

Universidade Federal de Minas Gerais  
Departamento de Geografia

Igor Rafael Torres Santos

**OS (DES)CAMINHOS DA  
METROPOLIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO  
SOCIOESPACIAL NA (RE)PRODUÇÃO DA  
METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte  
Agosto/2011

Igor Rafael Torres Santos

# **OS (DES)CAMINHOS DA METROPOLIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL NA (RE)PRODUÇÃO DA METRÓPOLE DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de Pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa  
(IGC/UFMG)

Belo Horizonte  
Departamento de Geografia  
Instituto de Geociências – UFMG  
2011

**OS (DES)CAMINHOS DA METROPOLIZAÇÃO: REESTRUTURAÇÃO  
SOCIOESPACIAL NA (RE)PRODUÇÃO DA METRÓPOLE DE BELO  
HORIZONTE**

**IGOR RAFAEL TORRES SANTOS**

**Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do  
Instituto de Geociências da UFMG.**

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr. Geraldo Magela Costa  
(Orientador/IGC-UFMG)**

---

**Prof. Dr. Sergio M. Martins  
(IGC-UFMG)**

---

**Prof. Dr. Rogério Palhares Z. de Araújo  
(EA-UFMG)**

---

**Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór  
(CEDEPLAR-UFMG)**

**Agosto de 2011**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS por ter me concedido saúde e capacidade para desenvolver esta tarefa.

A meus pais (especialmente minha querida mãe) e meus avós que me proporcionaram as condições para o desenvolvimento de minha pesquisa.

A minha amada (e agora) esposa que me incentivou durante todo o tempo, mesmo eu estando mais ausente do que presente em sua vida.

Aos meus mestres desde minha graduação como os professores Sergio Martins, Heloísa Costa e especialmente ao meu orientador, professor Geraldo Magela Costa, que me “tolerou” durante mais de dois anos!

Aos diversos amigos que diretamente e indiretamente contribuíram com este trabalho e aos novos amigos que fiz durante os tempos de IGC.

À CAPES, minha financiadora de pesquisa e ao programa de pós-graduação do IGC que tem se esforçado em proporcionar um bom ambiente de estudo mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.

*“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”*

*João Guimarães Rosa*

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	4
SUMÁRIO.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE TABELAS .....	8
RESUMO.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
ABSTRACT .....	10
INTRODUÇÃO: A METRÓPOLE COMO TOTALIDADE .....	11
CAPÍTULO I: O ESPAÇO: ESSE (DES)CONHECIDO PRODUTO SOCIAL .....	22
CAPÍTULO II: TEORIZANDO A REESTRUTURAÇÃO .....	46
2.1. O “ambiente construído” de David Harvey .....	49
3.1. O conceito de Desenvolvimento Desigual .....	55
3.1. O Estado, o espaço e o planejamento .....	64
CAPÍTULO III: ESPACIALIZANDO A REESTRUTURAÇÃO: O VETOR NORTE DA RMBH.....	85
3.1. Gênese e formação do Vetor Norte da RMBH.....	86
3.2. Tudo se junta no Vetor Norte .....	91
3.2.1. A Linha verde e o Contorno Viário Norte .....	95
3.2.2. O Centro Administrativo de Minas Gerais .....	104
3.2.3. Os empreendimentos imobiliários .....	109
3.3. Belo Horizonte 2030: a dimensão do Planejamento .....	125
3.3.1. O Belo Horizonte Multi-Modal Corridor .....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS PARA NÃO CONCLUIR .....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	149

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH	página 92
<b>Figura 2</b> – Croqui de localização da Linha Verde no espaço da RMBH	página 93
<b>Figura 3</b> – Contorno Viário Norte e sua área de influência	página 98
<b>Figura 4</b> – Contorno Viário Norte e sua relação com a mancha urbana	página 99
<b>Figura 5</b> – Vista aérea da localização do empreendimento com inserção de maquete digital	página 103
<b>Figura 6</b> – O CAMG em fase de finalização	página 105
<b>Figura 7</b> – Foto ilustrativa mostrando a entrada do Condomínio Represa Ville, em Matozinhos, empreendimento do Grupo Vitória da União	página 108
<b>Figura 8</b> – Vista aérea do condomínio Canto da Siriema Resort Residence, em Jaboticatubas	página 108
<b>Figura 9</b> – Imagem ilustrativa apontando a localização do empreendimento em relação aos demais pontos (locais) importantes do Vetor Norte	página 109
<b>Figura 10</b> – Imagem aérea com inserção digital mostrando a disposição da infraestrutura (loteamentos, área preservada, clube) no Residencial Gran Royale em Confins	página 110
<b>Figura 11</b> – Masterplan do empreendimento Reserva Real	página 112
<b>Figura 12</b> – Imagem ilustrativa do empreendimento Reserva Real	página 113
<b>Figura 13</b> – Mapa identificando a localização da região do Isidoro	página 116
<b>Figura 14</b> – Zoneamento da região do Isidoro segundo a Lei 7.166/1996	página 117
<b>Figura 15</b> – Operação Urbana do Isidoro	página 118

**Figura 16** – Empreendimentos localizados no Vetor Norte da RMBH página 122

**Figura 17** – Esquema geral e Layout de uma “Aerotropolis” página 133

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Taxa de crescimento da população – Municípios do Vetor Norte página 87

**Tabela 2** – Estimativas de mudanças com a Operação Urbana do Isidoro página 119

**Tabela 3** – Estimativas de custos para a adequação urbana da região do Isidoro página 120

**Tabela 4** – Macrozoneamento proposto para o Vetor Norte da RMBH página 134

**Tabela 5** – Distribuição do uso industrial nos macrozoneamentos propostos página 135

**Tabela 6** – Demanda prevista e provisão proposta para o uso industrial página 135

**Tabela 7** – Política de Desenvolvimento Produtivo Sustentável - A visão para 2030 página 147

## RESUMO

O presente trabalho busca tecer uma contribuição teórica acerca do contemporâneo processo de (re)produção da metrópole Belo Horizonte tendo como elemento central de análise um processo de *reestruturação socioespacial* que acreditamos estar em franco desenvolvimento em seu Vetor Norte de expansão.

Partindo do entendimento da metrópole como uma totalidade e do *espaço socialmente produzido* como elemento central, articulador e estruturador dos eventos em questão, buscamos relacionar os diversos empreendimentos e as muitas intervenções infraestruturais que aqui nos servem de exemplos tanto com os processos mais gerais (e globais) da reprodução social capitalista quanto com os mais locais, fundamentados na tentativa de viabilização ou abertura de um novo eixo de acumulação urbano-metropolitana na espacialidade do Vetor Norte.

A luz de conceitos como o de *materialismo histórico-geográfico e dialético*, de *desenvolvimento geográfico desigual* e de *formação econômico-social* buscamos situar uma análise que não perdesse de vista as contradições, a dialética socioespacial inerente aos processos sociais e que muitas vezes são esquecidas (ou simplesmente deixadas de lado) pelas análises que querem enxergar apenas aquilo que se apresenta na superfície das coisas, sua aparência, e quase nunca seu conteúdo (ou essência).

Apresentando alguns atores públicos e privados que tem participado ativamente deste processo de reestruturação e (re)produção socioespacial metropolitana, o trabalho acaba por dar um destaque maior ao papel exercido pelo Estado de Minas Gerais na “condução” de todos esses processos, evidenciando não somente os grandes equipamentos e infraestruturas perpetradas por ele (pelo Estado) na espacialidade em destaque, como também o retorno e o (re)interesse por um planejamento de cunho metropolitano levado a cabo pelo Estado e que na contemporaneidade tem tomado a forma de um *urbanismo neoliberal*.

## ABSTRACT

This study aims to make a theoretical contribution on the contemporary process of (re) production of Belo Horizonte having as a central element of analysis a restructuring socio-spatial process that we believe is rapidly developing in its North Vector Expansion.

Based on the understanding of the metropolis as a whole and the socially produced space as a central element, articulator of the events in question, we seek to relate the various projects and the many infrastructural interventions that serve here as examples of both the general process of social capitalist reproduction and a more specific process, based on the feasibility or attempt to open a new axis of accumulation in the urban-metropolitan spatiality of the North Vector.

Keeping in mind concepts such as historical-geographical materialism and dialectic, the uneven geographical development, and the social-economic formation, we seek to situate an analysis that does not lose sight of the contradictions present in the socio-spatial dialectics and social processes that are often forgotten (or simply left out) for some analysis that want to recognize only what appears on the surface, the appearance, and almost never its content (or essence).

Featuring some public and private actors who have participated actively in this process of restructuring and socio-spatial metropolitan (re)production, this project gives greater prominence to the role played by the State of Minas Gerais in the "driving" of all these processes, showing not only the major equipments and infrastructure committed by it (the State) in the spatiality highlighted, as well as the return and (re)interest in a metropolitan planning carried out by the State and that nowadays has taken the form of a neoliberal urbanism.

## INTRODUÇÃO: A METRÓPOLE COMO TOTALIDADE

“E a ilha desconhecida, perguntou o homem do leme,  
A ilha desconhecida não passa duma ideia da tua cabeça,  
os geógrafos do rei foram ver nos mapas  
e declararam que ilhas por conhecer  
é coisa que se acabou desde há muito tempo...”  
José Saramago

A tentativa de compreensão de um produto humano tão complexo como uma metrópole (ou de parte dela) não se pode dar por um processo de análise que se faça a partir dela mesma, nem por abstrações “racionalistas” que concebem o real apenas com o que está dado, não enxergando nele também as possibilidades ainda não realizadas.

Tal tentativa deve, obviamente, tentar trilhar o caminho aberto por Marx em seu *Para a crítica da economia política*<sup>1</sup> e perseguido por esse autor durante sua trajetória; uma postura teórica que nos instiga e nos convida a uma forma de reflexão, a trilhar um caminho mais complexo de pensamento sobre o mundo: o caminho da totalidade<sup>2</sup>, da concretude do real.

Pensar na metrópole como totalidade e como realidade concreta é pensá-la em relação a uma totalidade superior – o modo de produção capitalista - compreendendo que a realidade é construída pela síntese de

---

<sup>1</sup> Obra que deu início aos apontamentos econômicos de Marx nos anos de 1857/58 composta de um texto comumente chamado de *Introdução [à crítica da Economia Política]*, e de um segundo texto, o *Prefácio* ao livro primeiro d'O Capital que constitui a própria obra *Para a Crítica da Economia Política*.

<sup>2</sup> Conceito recebido de Hegel, assim como os de alienação e de negatividade, a relação entre Hegel e Marx, como observa Lefebvre, foi um combate revolucionário, uma “luta encarniçada” para arrancar à enorme massa do hegelianismo – “edifício simbólico da sociedade existente, de sua realidade e de sua idealidade, de suas relações sociais e de seu Estado, os materiais e os meios “espirituais” indispensáveis à total renovação” (1968a, pg. 92). Em outra passagem, Lefebvre nos diz que o sistema filosófico-político perfeito, o hegelianismo, em decorrência de sua perfeição acabada havia explodido pela crítica radical marxiana, mas não sem legar (...)“fragmentos utilizáveis: método (lógica e dialética); conceitos (totalidade, negatividade, alienação)” (1968b, pg. 2), fundamentais na obra do pensador alemão.

muitas determinações, uma unidade do diverso (MARX, 1982)<sup>3</sup>, um conjunto de relações que se estruturam, se desenvolvem e se criam dialeticamente e materialmente pelos homens em suas relações entre si.

Como bem observa KOSIK (1989) o método da *totalidade* busca compreender a realidade demonstrando que sob a superfície e a causalidade dos fenômenos há conexões internas, onde um fato social qualquer pode ser entendido *racionalmente* a partir de sua conexão com o todo, pois qualquer fato só pode ser compreensível em seu contexto e no todo, sendo que “cada fato na sua essência ontológica reflete toda a realidade”<sup>4</sup> (ibid, pg. 45).

Totalidade é, portanto, *unidade*. Os fenômenos têm relação entre si e formam um todo – uma unidade - que por sua vez não é uma simples soma de suas partes. “As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2002, pg. 115). Este todo – a realidade social – para o pensamento dialético não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. Ao todo dialético, afirma KOSIK (1989, pg. 42) “pertence a criação do todo e a criação da unidade, a unidade das contradições e a sua gênese”.

Somente quando concebemos a realidade social como uma totalidade, ou seja, como um todo estruturado que se desenvolve e se cria, entendemos que quando uma sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e qualidade (SANTOS, 2002). É a realidade do todo que buscamos apreender, e não de suas infinitas partes. É o lugar que os fatos ocupam na totalidade do real que buscamos elucidar, e não esgotar todos os processos, causalidades, consequências e interconexões que existem entre os fatos do real assim como se propõe o conhecimento sistemático.

---

<sup>3</sup> “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (pg. 14)

<sup>4</sup> “Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais” (KOSIK, pg. 40).

É nesse caminho que o presente trabalho se propõe a trilhar. Uma metrópole como Belo Horizonte deve ser entendida como um *todo*, inserida em uma totalidade superior, cuja realidade é marcada pela fugacidade. É porque o todo (o capitalismo) está sempre buscando renovar-se, superar suas contradições para se tornar, de novo, um outro todo (não sem ensejar novas contradições e possibilidades) que podemos compreendê-lo como *movimento* e, assim, apreender um processo como a *metropolização*.

Além disso, a realidade do mundo não está dada e petrificada. Ela está em constante construção e concretização. A isso chamamos de *totalização*: um processo que abarca, que traz para dentro das relações capitalistas os elementos sociais que historicamente isolados passam a ser integrantes do processo de reprodução do capital, existindo como seus momentos orgânicos. Um processo que busca dar uma unidade na multifacetada realidade social, seu fio condutor.

Em notável passagem dos Grundrisse<sup>5</sup>, Marx esclarece tal condição sob o modo de produção capitalista:

“Em um sistema burguês desenvolvido, toda relação econômica pressupõe outras relações na forma econômica burguesa e, portanto, todo fato é ao mesmo tempo um pressuposto; assim efetivamente acontece com todo sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e o seu desenvolvimento no sentido da totalidade consiste justamente no submeter a si todos os elementos da sociedade ou no criar para si órgãos que ainda lhe faltam. Transforma-se em totalidade histórica. O desenvolvimento rumo a esta totalidade é um momento do seu processo, de seu desenvolvimento”.

A metrópole enquanto uma realidade concreta possui este duplo caráter: ela é tanto um todo em constante processo de re-criação quanto um momento orgânico do próprio modo de produção capitalista, este também em constante processo de totalização.

---

<sup>5</sup> Marx, Grundrisse, 189 in KOSIK (1989).

É porque o modo de produção capitalista está em constante movimento, num incessante processo de totalização, movimentando conjuntamente o todo e as partes, superando e criando novas contradições e possibilidades que podemos cindir o real e dele tentar extrair o caráter conjunto-disjunto, a síntese superior, dialética, da realidade de uma metrópole: a de que ela também é integrante essencial na *reprodução das relações sociais de produção* através, principalmente, do processo de *produção do espaço*.

Já no *Prefácio*, Marx assinalava o que para ele consistia ser o fio condutor de suas pesquisas no campo Economia Política e que viria a ser o norteador da anatomia da sociedade (burguesa) nascente:

“na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade (...), que condiciona o processo geral de vida social, político e espiritual” (pg. 25).

O *insigth* inicial de Marx presente neste trecho consistiu em apreender que na totalidade da produção social da vida, no processo de “humanização do homem”, as relações sociais de produção engendradas em uma dada sociedade se reproduzem, quer os homens queiram quer não, historicamente e dialeticamente, produzindo e re-produzindo tanto suas formas de perpetuação (as relações jurídicas, políticas e ideológicas, por exemplo) quanto suas contradições<sup>6</sup>.

Podemos dizer então, que em Marx a concepção da realidade como totalidade, da reprodução do capitalismo como um todo através da reprodução de suas relações de produção já era premente e essencial em seu pensamento.

---

<sup>6</sup> “Chegamos assim a uma ideia fundamental. As relações sociais (inclusive as relações jurídicas de posse e de propriedade) constituem o núcleo da totalidade social: sua estrutura, mediação (intermediário) entre a “base” (forças produtivas, divisão do trabalho) e as “superestruturas (instituições, ideologias). (LEFEBVRE, 1968b, pg.4)

No entanto, mal compreendida, a reprodução social sob o capitalismo se transformou em estruturalismo<sup>7</sup> e, colocada à sombra, as relações de produção e a própria noção de produção foi reduzida ao produzir *coisas*, objetos e até *lugares*.

Foi necessário um filósofo da envergadura de Henri Lefebvre para trazer de volta a luz o conceito de reprodução das relações de produção, não sem acrescentar algo “novo”, um novo horizonte teórico-metodológico ao engessado pensamento marxista (não marxiano!) sobre a realidade social, a saber: a dimensão *espacial*.

Partindo obviamente das idéias marxianas e situando-as em um nível mais elevado, Lefebvre argumentava, desde os fins dos anos de 1960, que a compreensão da realidade social sob o jugo do capitalismo deveria ser feita levando-se em consideração tanto uma noção de produção mais rica do que a habitual - a da produção de coisas - quanto do próprio papel do *espaço* enquanto momento orgânico desta reprodução social. Nas palavras do próprio autor

“(…) o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: *a re-produção das relações de produção*. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do *espaço inteiro*” (LEFEBVRE, 2008a, pgs. 47 e 48. grifos nossos).

Em Lefebvre, o capitalismo concorrencial do século XIX tão bem constatado e contestado por Marx já se encontra superado. Um novo conteúdo, uma nova realidade social, com novas contradições fizeram com que o *espaço*,

---

<sup>7</sup> Vazio teórico, o estruturalismo althusseriano esvaziou o pensamento de Marx, engessando-o em estruturas – infra-estrutura e superestrutura – periodizando-o (deve-se relegar o “jovem Marx”, filósofo perdido em suas abstrações), elidindo as contradições e os possíveis, ou seja, a própria *dialética*, exasperando a rigidez e o cientificismo. Contra e sobre o estruturalismo cf. LEFEBVRE (1968a).

os *lazer*es, a *cotidianidade* adentrassem nos circuitos de valorização e reprodução da riqueza e do processo de dominação burguesa. Da produção das coisas *no* espaço, passa-se a produção *do* espaço como um todo, do espaço planetário.

Ora, não basta compreender apenas a produção restrita para se compreender a realidade social, nem mesmo sua *economia*. É preciso compreender as contradições ensejadas pela própria reprodução. O processo histórico, de complexificação, é o processo que conduz de uma velha a uma nova totalidade, pois as contradições redefinem o conteúdo, dando às velhas coisas um novo conteúdo. Eis aí porque as categorias desenvolvidas por Marx no curso de suas análises sobre a sociedade burguesa não devem ser tomadas como verdades absolutas, ossificadas ou até mesmo reduzidas<sup>8</sup>.

Por isso falamos de re-produção das relações de produção. Por isso falamos da produção do espaço. Enquanto totalidade social em permanente construção, o modo de produção capitalista superou contradições não sem produzir novas, contradições estas que reclamam novas formas de superá-las ou de apenas mascará-las. Eis aí o papel das *ideologias*.

Obviamente que contradições essenciais se perpetuam: a alienação, a dominação burguesa, a acumulação pela acumulação, a propriedade privada, a *práxis* fetichizada. Não obstante, novas contradições se afirmam; contradições

---

<sup>8</sup> “Não é de hoje que visitar Marx encerra grandes dificuldades e riscos. Desde logo é bom deixar claro que retirar Marx dos monturos da história a que a cientificidade o lançou não pode ser confundido com nenhum esforço de reanimação daquele marxismo pesado que se dizia de Marx desde de sempre e para sempre, posto que, além dos dogmas e legitimações a carregar, tal postura mostrou-se incapaz de reconhecer que a sociedade contemporânea não é a mesma do tempo de Marx. Se é certo que para compreender o mundo de hoje Marx não é mais suficiente, isso não significa que se pode prescindir de um pensamento que surpreendeu esse mundo em seu alvorecer, desvendando as suas raízes, os seus fundamentos, os seus mecanismos de funcionamento, as suas tendências, o seu sentido... a sua dialética. Mais que válida, uma obra como a de Marx, na qual se expôs cientificamente uma realidade social que definia seus contornos, permanece necessária para decifrar o mundo atual. A tarefa mais cômoda é a de rejeitá-la, assim ultrapassá-la. A mais árdua é, sem dúvida, a de superá-la, a de restituí-la em todo o seu vigor tendo em conta as novas e as antigas contradições que continuam movimentando o mundo depois de Marx”. (MARTINS in DAMIANI, A. CARLOS, A. F., SEABRA, O. (Org), 2001)

que aqui, no âmbito do presente trabalho chamaremos de *contradições do espaço*.

Nesse sentido, as questões do espaço e sua produção social (material e simbólica), do fim da cidade e da metropolização e das possibilidades do urbano se re-afirmam na prática social e na teoria social crítica e podem ser mais bem apreendidas. Como partes que exprimem o todo numa co-presença, tais categorias (como outras) podem agora ser analisadas em relação e em conformidade com a reprodução do todo, principalmente porque nele as *possibilidades* como latência também se perpetuam.

O espaço enquanto condição, meio e produto da realização da sociedade em toda a sua multiplicidade (CARLOS, 2006) é construído de modo objetivo, na prática socioespacial que exprime e revela tanto as marcas da existência comum dos homens quanto as contradições do processo de reprodução das relações produção. Enquanto produto de uma prática socioespacial

“revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social. No primeiro caso a reprodução do espaço se dá pela imposição de racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição/produto da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, o que impõe limites e barreiras a sua reprodução” (ibid, pg. 18).

No caso estudado na presente pesquisa, o que nos interessa é o desvelamento desse processo que se realiza reproduzindo continuamente a metrópole Belo Horizonte no e pelo seu espaço urbano. Enquanto totalidade de um momento histórico do processo de reprodução da cidade depois de sua implosão-explosão (LEFEBVRE, 2008b), materialização dos processos sociais de produção sob o capitalismo, a metrópole “ilumina a perspectiva do entendimento da cidade como obra humana, materialidade produzida ao longo

da história”, mediação entre o nível do lugar e o espaço mundial (CARLOS, 2006, pg. 12).

Nela (no espaço da metrópole) o choque entre o que existe e o que se impõe como novo constitui a base das transformações que reverberarão em novas contradições e em espaços que vão se integrando simultaneamente a uma nova ordem estabelecida. Essa ordem, a saber, as relações de produção capitalistas é que definem o modo como a metrópole vai se reproduzindo;

“(…)como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução” (ibid, pg. 15).

Em Belo Horizonte, o que se vislumbra na re-produção social de seu espaço contemporâneo - na verdade em uma dada espacialidade, seu Vetor Norte de expansão – é a produção de novos equipamentos (o Centro Administrativo de Minas Gerais, a Linha Verde, etc) como pressupostos para a reestruturação socioespacial da metrópole e criação de uma nova centralidade através da atuação direta do Estado na construção desses empreendimentos. Mais que isso, uma “nova” proposta de planejamento e gestão parecem acompanhar todo esse processo constituindo-se ao mesmo tempo a base técnica e jurídica de processos que se dão a revelia dos limites municipais.

O que está na base disso tudo, e é um dos motes que a presente pesquisa buscará tratar, é justamente a contradição que se dá entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação pelos interesses privados que, em uma sociedade fundada sobre as relações de troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais às necessidades da acumulação por meio das mudanças e readaptações do uso e das funções dos lugares (CARLOS, 2006).

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é de refletir acerca desse atual processo de reprodução socioespacial da metrópole Belo Horizonte a partir da análise das recentes transformações e intervenções que vem ocorrendo (e outras que ainda ocorrerão) no tecido urbano da metrópole,

notadamente aquelas que se configuram em seu Vetor Norte de expansão – como a construção da Linha Verde, do novo Centro Administrativo, do Contorno Viário Norte, do Aeroporto Indústria – tendo como fio condutor um processo de reestruturação socioespacial capitaneado por investimentos públicos e privados e pelo (re)interesse por uma forma de planejamento de cunho metropolitano.

\*\*\*

Privilegiando em um primeiro momento o entendimento dos processos mais gerais do desenvolvimento capitalista para assim melhor compreendermos os processos locais, buscamos situar no primeiro capítulo uma reflexão sobre o *espaço* enquanto um *produto social* para que em seguida (no segundo capítulo) pudéssemos exercer uma análise mais aprofundada sobre o próprio processo de reestruturação socioespacial aqui proposto.

Quanto a este primeiro capítulo, cuja reflexão teórica remete ao debate entre a *lógica formal* e o *materialismo dialético*, entre as formas de pensar que eclipsam o conteúdo material das relações sociais e suas contradições em favor de um pensamento *ideológico-idealista* que só enxerga causa e efeito e nunca as relações, buscamos situar um debate sobre o *espaço social* que contribua com as reflexões que o tomam (e o compreendem) como um *produto social*, e porque produto, *estratégico*, e porque estratégico, igualmente *político*.

De Descartes a Kant, passando por Hegel e essencialmente por Marx buscamos compreender o espaço social a luz do *materialismo histórico e dialético*, transformado também em *geográfico* com a “adição” e compreensão da própria dimensão espacial, agora entendida como essencial para as relações humanas, inclusive para aquelas relacionadas à reprodução das relações sociais de produção capitalistas que encontram no espaço (seu domínio, organização e produção) um elemento essencial para o seu continuado processo de reprodução.

Com essas páginas (e principalmente com Lefebvre) aprendemos que o *espaço é político*, porque existe uma política do espaço, que o espaço sempre foi e continua sendo uma “instância” de estratégias que se desenvolvem tanto no âmbito do Estado quanto na esfera privada (de grupos imobiliários, por

exemplo) e que carrega consigo uma *ideologia*, de quem o comanda, de quem o modela, apesar do esforço, muitas vezes velado outras vezes ignorante, de tentar manter desconhecido esse conhecido produto social, que porque produzido é, repleto de contradições. Apropriado por uns e dominados por outros o espaço reflete tanto a sua homogeneização funcional levada a cabo por uma prática ideológica – o *urbanismo*, quanto os possíveis presentes na dimensão do vivido.

Com o debate teórico sobre a natureza do espaço apresentado, o estudo passa então a verticalizar sobre o desenvolvimento do conceito de reestruturação, conceito este fundamental para a análise dos processos socioespaciais aqui apresentados.

A partir da contribuição de autores como Soja, Harvey e Lefebvre buscamos pensar sobre a reestruturação enquanto um multifacetado e complexo processo social e espacial inerente à totalidade das relações capitalistas, que incessantemente (re)constroem o mundo segundo as suas necessidades e interesses.

Consubstanciando diversos outros conceitos como os *de crise e superacumulação, regimes de acumulação, formação econômico-social e desenvolvimento (geográfico) desigual* procuramos construir, no segundo capítulo, um quadro de análise que relacionasse os momentos de reestruturação tanto com os processos mais gerais (e globais) das relações capitalistas quanto com os mais particulares (e locais), evidenciando, assim, o caráter geo-histórico destes processos (de reestruturação), momentos pelos quais os diversos atores sociais se veem “obrigados” a optar pela *preservação* das estruturas, instituições e relações sociais vigentes ou simplesmente pela sua *superação*.

São também nestas páginas que se encontrarão as reflexões sobre o complexo e fundamental papel exercido pelo Estado e pelo Planejamento (urbanismo) na moderna sociedade capitalista, cujas interpenetradas relações remetem à problemática do espaço enquanto condição e meio para a realização plena do capitalismo como *mundialidade e totalidade* e que tem nestes dois “constructos” sociais (o Estado e o Planejamento) importantes instrumentos para esta referida realização.

O último capítulo do presente estudo será dedicado ao momento *descritivo-analítico* da pesquisa, nos quais os empreendimentos e as intervenções infraestruturas, ou seja, as novas *especialidades* serão apresentadas; os Planos (propostas de planejamento) serão analisados, as intenções estratégicas poderão ser captadas a partir da fala e das ações dos atores públicos (estatais) e privados que neste momento parecem empenhados na concretização dos diversos projetos (e processos) aqui apresentados e uma reflexão acerca da natureza da relação dialética que se constrói entre a expansão das relações de produção capitalistas e a produção do espaço poderá ser mais bem apreendida a partir do entendimento do *urbanismo (ou planejamento) neoliberal* como uma das facetas atuais – notadamente político-argumentativas – do desenrolar dessa relação que se estrutura na forma de processos ininterruptos de modernização espacial e de produção de novas contradições.

Somente tomados em conjunto e com a concepção do todo que tais processos podem ser compreendidos. A virtude da reunião reside justamente na possibilidade de visualizar novas (e velhas) contradições emergirem dos processos socioespaciais e pensar no plano das *estratégias* que lançam mão da mobilização do espaço e se reúnem com mais vigor no âmbito do próprio Estado.

## CAPÍTULO I: O ESPAÇO: ESSE (DES)CONHECIDO PRODUTO SOCIAL

Há um conto de Jorge Luiz Borges em seu livro *Ficções*<sup>9</sup> em que o autor nos apresenta a descrição de um lugar fantástico cujas características, únicas, diferiam de tudo o que existia na terra. Tlön, que na verdade se constituía em um outro planeta, possuía nações que eram congenitamente *idealistas*.

Em Tlön, sua linguagem e as derivações de sua linguagem – a religião, as letras, a metafísica - pressupunham o idealismo. O mundo para eles não era um concurso de objetos no espaço, mas sim, uma série heterogênea de atos independentes onde tudo era sucessivo, temporal e nunca *espacial*.

A única disciplina que interessava em Tlön era a psicologia e os homens desse planeta concebiam o universo como uma série de processos mentais, que não se desenvolviam no espaço, mas sim, de modo sucessivo no tempo e nem mesmo concebiam que o espacial perdurasse no tempo.

Esse idealismo total acabava por invalidar as ciências, mas permitia que sistemas incríveis, de construções agradáveis e sensacionais comandassem o pensamento e a filosofia, pois todos, de antemão, sabiam que um sistema não era outra coisa que a subordinação de todos os aspectos do universo a qualquer um deles e em Tlön, sistematização e ordenação eram regra, nunca exceção.

Por causa disso nunca existiu doutrina mais escandalosa e combatida em Tlön do que o materialismo, cujas manifestações no pensamento e na prática eram tidas simplesmente como heresias...

Longe de quisermos tecer interpretações mais aprofundadas sobre esse conto do genial autor argentino, não há como negar que algumas das ideias presentes neste texto nos chamam atenção e nos servem como metáforas para o entendimento da relação sociedade/espaço. Dentre essas, a primazia da ideia e do tempo, da construção *ideal* na interpretação e construção da realidade do mundo pelos habitantes de Tlön e a incapacidade destes em compreender a importância da “dimensão espacial” em suas vidas se destacam.

---

<sup>9</sup> *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*

A metáfora do idealismo usado aqui por Borges para nos apresentar a principal característica dos habitantes de Tlön se confunde com o próprio caminhar do pensamento ocidental (principalmente moderno), fundamentado na indagação nevrálgica que se propõe a determinar a relação entre a mente humana (pensamento, razão) e o mundo exterior da experiência sensível. Desde Platão e sua Teoria das Ideias poetizada e obscurecida pelo uso da linguagem mítica passando por Descartes, Leibniz, Kant, Hegel (principalmente) desembarcando em nossos dias com os inúmeros sistemas (computacionais, econômicos, demográficos etc), a construção da realidade através da primazia da forma sobre o conteúdo, do concebido sobre o vivido, do tempo sobre o espaço nunca deixou de estar presente na formulação de pensamentos. E em dias como os nossos onde o conteúdo das relações sociais tem sido obliterado pelo fetichismo da troca e da mercadoria, a substituição ideológica de relações sociais por sistemas idealizados torna-se arma para a manutenção do *status quo*.

Quanto ao espaço, essa dimensão do viver humano, em verdade um produto da sociedade, vai do absoluto ao geométrico, do visual ao mental, relegado na maioria das vezes à condição de mero receptáculo, de passivo, sem conteúdo social, mascarando contradições e escondendo realidades.

A tarefa que se nos apresenta neste capítulo diz respeito a uma tentativa de compreender o espaço como um produto social assim como sua relevância para a constituição da moderna sociedade capitalista, cujo percurso deverá encontrar (e superar) as noções que o tomam apenas como forma (inclusive alienada) da sociedade, noções estas presentes a muito no pensamento científico moderno.

Neste caminho, o embate inevitável entre o pensamento formal que aliena o espaço da prática social e o pensamento dialético que confere a este um conteúdo material (de relações sociais) será o fio condutor que permitirá compreendermos melhor o que temos aqui chamado de espaço socialmente produzido.

\*\*\*

Talvez não haja dúvidas que foi com Descartes e seu *Discurso do Método* que alçou, na modernidade, a primazia do pensamento, da razão formal para a interpretação e construção do mundo e deu início à filosofia moderna.

Escrevendo em um momento no qual Galileu Galilei havia sido condenado pela Inquisição de Roma por causa de sua obra "*Diálogo sobre os dois Principais Sistemas do Mundo*", cujos exemplares haviam sido recolhidos e queimados, o pequeno texto de Descartes, quase uma profissão de fé na busca científica pela verdade, não excluía a fé apesar de tudo, mas pautava o método científico na razão e na experiência e preparava o terreno para a publicação de outra obra concluída, mas somente editada tempos depois – seu *Tratado do Mundo (Traité du Monde)*.

Neste texto, sem perder o divino como referência, Descartes identificava à faculdade de pensar do ser humano a sua própria existência enquanto ser e como o princípio fundador de sua filosofia, e por causa disso, caberia à razão – notadamente matemática - a primazia para o desenvolvimento de seu método na busca pela verdade;

“Ao notar que esta verdade *penso, logo existo*, era tão sólida e tão correta que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalá-la, julguei que podia acatá-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que eu procurava. (...) Compreendi então que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste somente no pensar e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material”. (DESCARTES, pg. 40, grifo da tradução)

Consolidava-se assim uma concepção de mundo na qual a razão, o pensamento (o *cogito* cartesiano), a consciência de si tornava-se sujeito, deixando para segundo plano a relação do homem com o mundo material e com ele próprio (as relações sociais), com mundo sensível que o cercava.

E quanto ao espaço? Este tornava-se o plano (cartesiano, o mapa!), o geométrico, a *tábula rasa* que seria preenchida com o passar do tempo, com o desenvolver da história.

Com Kant e através de seu criticismo, a refutação aos materialistas vulgares<sup>10</sup> que identificavam a origem do conhecimento unicamente através dos sentidos, do contato com um mundo material que era fixo e acabado se fez recolocando em plena luz o papel ativo e participante do pensamento, da Razão na elaboração do conhecimento. “Ele faz da razão o supremo tribunal ante a qual deve se justificar tudo aquilo que em princípio reivindica validade” (HABERMAS, 2002, pg. 28)

Em Kant, cujo conhecimento não poderia advir dos canais deformadores dos sentidos, mas da Razão Pura - formadora, criadora ou aperfeiçoadora do conhecimento através da estrutura própria da racionalidade – algumas das categorias são verdadeiras *a priori* pois independem da experiência. Aqui, o espaço, como também o tempo, fazem parte destas formas *a priori*, pois permitem que as sensações e as ideias captadas pelos sentidos ganhem estrutura e ordenação no pensamento.

Desnecessário dizer que uma vez mais o espaço, apesar de ativo na ordenação do pensamento sobre o mundo continuou idealizado, passivo, fruto da razão absoluta e não da prática social. E assim como em Leibniz, cujo espaço e tempo constituíam uma ordem geral das coisas, o espaço se torna uma “forma” onde apenas coexistem as coisas e, por causa disso, não possui outro significado e até outra importância a não ser permitir que a razão reflexione sobre o mundo a partir dela mesma.

Consequência inevitável para o pensamento sobre o mundo como sobre o espaço: a relação do sujeito com o objeto, do espírito (da razão) com o mundo exterior em seu processo de formação (inclusive com seu espaço) se fará por um privilégio do conhecimento, mas de um conhecimento formal, que livra da história dos homens suas contradições inerentes e impõe um dualismo que dissocia a forma do conteúdo, o pensamento do mundo real.

---

<sup>10</sup> Devemos esta terminologia a Marx e Engels em sua crítica ao materialismo que não era nem histórico e nem dialético, mas sensitivo empiricista.

É justamente contra esse dualismo separador e mistificador que cindia a reflexão da ação e essa lógica formal<sup>11</sup> que eliminava o movimento da história que Hegel se levanta no pensamento ocidental.

Com o recurso de sua dialética do esclarecimento Hegel irá criticar as teorias lógicas do real que tem se ocupado de extirpar do mesmo “as contradições para transporta-las ao espírito, e deixa-las sem resolver” produzindo uma forma de pensamento que se propõe a ter pouco ou nada a ver com o objeto que se pensa (LEFEBVRE, 1962, pg. 3, tradução livre). Partindo do conteúdo, “do rico conteúdo”, e não da forma, Hegel queria salvar a lógica, situando-a a um nível mais elevado, “o nível da alta consciência, da unidade do pensamento discursivo e da razão reflexiva; da razão inteligente ao entendimento racional” (ibid, pg. 08).

Introduzindo a *contradição* no pensamento e na história Hegel eliminava as sínteses *a priori* (Kant), colocava a história humana em constante movimento e tornava a negação (dialética) criadora, “raiz do movimento, pulsação da vida” (LEFEBVRE, 1962).

Contra o mundo simplificado da lógica formal que afirmava o instante formado de objetos isolados e sem relação entre si Hegel propõe o movimento ternário da dialética e uma totalidade concreta, “infinitamente rica em determinações, contendo uma infinidade de momentos” (ibid, pg. 21), unidade nas contradições, supremacia do tempo na construção do pensamento, anulação do espaço na construção do vivido.

Contudo, em Hegel, a identidade absolutamente plena, concreta, rica de todas as determinações é a Ideia. Em outros termos, o real define-se pelo movimento de interiorização e exteriorização da própria razão, tornada em sujeito pela teoria hegeliana.

---

<sup>11</sup> “A lógica formal busca determinar as operações intelectuais independentes do conteúdo experimental, portanto particular e contingente, de toda a afirmação concreta. O formalismo se justifica por essa contingência de universalidade. A lógica formal estuda transformações puramente analíticas, inferências nas quais o pensamento não tem outro objeto que ele mesmo. Toda a afirmação definida não tem pra um lógico mais que o valor de um exemplo pedagógico: os exemplos, os pretextos são intercambiáveis. Uma vez iniciado, o pensamento se repete no interior de si mesmo, com um mínimo de conteúdo, sempre pronto a se desembaraçar deste conteúdo , e sem agregar-lhe nunca outro novo, sem risco de errar, portanto” (LEFEBVRE, 1962, pg. 1, tradução livre).

Com Hegel a realidade do mundo, uma vez mais, se realiza pela atividade da *razão* que ao se reconhecer nas obras que produz (sua exteriorização), compreende (interioriza) essas obras e sabe que elas são seus produtos. A razão se descobre a si mesma no conteúdo e eleva-se em saber absoluto; terceiro termo (momento) do movimento ternário do pensamento (dialético), que encerra e resolve as oposições e contradições do universo (ibid, pg. 26).

Como vai afirmar Lefebvre,

a ambição hegeliana coincide com a ambição filosófica, com o mais secreto desejo da vida espiritual considerada como potência e expansão: não excluir nada, não deixar nada fora de si... O hegelianismo afirma implicitamente que todos os conflitos podem se resolvidos em um desenvolvimento do ser... (ibid, pg. 27)

em resumo, pela potência (ou astúcia) da própria razão.

Apesar de conceder relevo ao conteúdo (material) da vida, Hegel não se esforçou em aprofundar e explicitar o conteúdo para chegar a forma, “o reduziu ao pensamento, pretendendo captá-lo totalmente e esgotá-lo”. Depois de haver afirmado a primazia do conteúdo, Hegel declara que “os pensamentos lógicos não são momentos exclusivos em relação a eles, mas são o fundamento absoluto de todas as coisas”. O pensamento, então, torna-se a origem secreta do conteúdo (ibid, pg. 32 e 33). O hegelianismo transforma-se em um dogma: um dogma da razão absoluta.

Não obstante, Hegel vai além: concretiza a ideia absoluta na forma do Estado-nação pondo fim ao próprio movimento da história que ele havia anunciado ao dissipar as contradições na forma do Estado acabado e articula o saber com o poder na figura de um Estado racional<sup>12</sup>. Nas palavras de Lefebvre (1978, pg. 75)

“El movimiento ascendente que conduce el saber absoluto no pasa sólo por la ciencia o las ciencias, por las aventuras y los

---

<sup>12</sup> Sobre esse assunto cf. *O fim da história* (LEFEBVRE, 1971)

avatares de la consciencia, por los lentos progresos de las instituciones. El logos hegeliano resume e concreta el Logos occidental a través de ese producto que el mundo entero iba imitar: el Estado-nación. El hegelianismo no se presenta como un discurso de segundo grado sobre la filosofía, sobre la ciencia y sobre su historia, sino como un discurso de primer grado sobre una acción política que ya no posee su expresión directa” .

Diante disso, o que fazem Marx e Engels quando se deparam com um idealismo elevado a máxima potência, com um saber robusto e monstruoso como o de Hegel?

Se afastam e se reaproximam, refutam-no e recorrem a ele, criticam-no e dele extraem categorias para formulações de seus pensamento. Enfim, o pensamento de Marx e Engels mantém com o pensamento de Hegel uma *relação dialética*.

Sabemos que Marx inicia sua trajetória teórica se afastando e criticando o pensamento hegeliano. Com sua *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* Marx dirige seu ataque crítico à utopia do Estado racional defendido e teorizado por Hegel, referência obrigatória para justificar o estado prussiano (apesar de Hegel não o fazê-lo), e a dialética idealista do pensador alemão, responsável por colocar o mundo as avessas, nas palavras do próprio Marx.

Neste momento, lançando mão do materialismo sensualista de Feuerbach advindo da crítica à religião e da teoria da alienação perpetrada por este autor, Marx refuta a lógica especulativa hegeliana e lança-se à influência feuerbachiana fundamentada na intuição, na sensibilidade, no coração, na experiência, no olhar, na contemplação, na natureza e na relação do homem com o homem. (FREDERICO, 2009, pg. 27). Contra o império da razão que se realiza no tempo, Feuerbach vai reclamar uma filosofia centrada no imediato fornecido pelos sentidos, reivindicar um *espaço* que se apresenta na forma de uma natureza glorificada onde não existe superação nem contradição, onde se permite a exaltação dos sentidos. Contra a filosofia hegeliana, Marx irá propor uma *inversão materialista* a partir da crítica posta por Feuerbach.

Com a *Ideologia Alemã* Marx e Engels desenvolverão suas teses fundamentais sobre o materialismo histórico, ainda sob certa influência do

humanismo de Feuerbach. Partindo do exame filosófico do problema da alienação apreendido de Hegel e transformado em crítica da alienação religiosa em Feuerbach, o materialismo histórico irá integrar e superar a filosofia deste último cuja limitação já se tornava evidente aos jovens autores que identificavam no homem feuerbachiano um indivíduo biológico abstrato, passivo, vivendo em uma natureza mitificada, um homem sem ação, sem atividade concreta que em seu ato de agir modificava o mundo exterior e a ele mesmo.

Não obstante, partirá também de Hegel e, como dissemos, de sua teoria da alienação, onde a criação do homem por ele mesmo é tomado como processo histórico, mas um processo que em Hegel se encontra invertido. Isso porque, naquilo que realiza o homem, seus produtos objetivos e suas coisas criadas Hegel vê uma alienação. E nos objetos e potencialidades humanas que vão tomando forma externa como a riqueza, o Estado e a religião, que desarraiga o homem de si mesmo e os submete, Hegel enxerga uma realização do Espírito. Com efeito, Hegel substitui o homem por sua consciência, substituindo toda a realidade histórica criada pelo homem por sua própria razão.

Com o materialismo histórico Marx e Engels propõem uma unidade entre o idealismo e o materialismo, retirando do primeiro sua essência – o processo histórico – e do segundo, seu agente – o sujeito real, o homem.

Uma vez formado, destaca Lefebvre (1962, pg. 54, tradução livre) “o materialismo histórico se voltará contra a filosofia com a qual se originou: contra o hegelianismo, contra a filosofia de Feuerbach e contra a filosofia em geral”.

Contra uma reflexão contemplativa – sem ação, sem *práxis* - e uma consciência enquanto sujeito Marx e Engels propõem uma concepção materialista da história que

“tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma de intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendra, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a

história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas de consciência, religião filosofia, moral etc... ela não a prática segundo as ideias, explica as ideias segundo a prática material... Esta soma de forças produtivas, de capitais, de formas de relações sociais, que cada indivíduo e cada geração encontram como dados existentes constitui a base concreta da representação que os filósofos fazem do que seja “substância” e “essência” do homem, daquilo que eles elevaram às nuvens ou combateram, base concreta cujos efeitos e influência sobre o desenvolvimento dos homens não são absolutamente afetados pelo fato de esses filósofos se revoltarem contra ela na qualidade de “consciência de si” e de “únicos” (MARX & ENGELS, 2001, pg. 35, 36 e 37”).

Até esse momento (o da Ideologia Alemã) o materialismo era histórico, mas não dialético. Somente após o contato e Marx com a economia política que o materialismo se tornará dialético, forma de pensamento (e ação) que possibilitará uma interpretação da realidade do mundo (e posteriormente do espaço!) através de seu conteúdo – de um conteúdo material produzido pelas relações sociais, através da *praxis*.

A reconciliação de Marx com a dialética se dá no seu reencontro com o Hegel da *Fenomenologia do Espírito*, “verdadeira matriz e segredo da filosofia hegeliana”, obra na qual Hegel, pela primeira vez na história do pensamento “concebeu a produção do homem por si mesmo, como um processo, de ter visto o homem como sujeito pressuposto, como resultado de seu próprio trabalho” (FREDERICO, 2009, pg. 174).

Lefebvre também nos diz que a origem teórica e filosófica do materialismo dialético não se encontra, por exemplo, na Lógica de Hegel, mas sim em sua *Fenomenologia*, chave do sistema hegeliano e onde Marx encontra a “essência do trabalho como atividade criadora e compreende o homem objetivo, o homem real como resultante desta potência criadora”. Na *Fenomenologia*, a “relação do homem consigo mesmo e com a espécie humana, a realização de si mesmo, não é possível mais que graças a atividade

da humanidade inteira, e supõe a história inteira da humanidade” (LEFEBVRE, pg. 41, tradução livre).

Através de uma leitura crítica de Hegel, Marx vai restabelecer o método dialético desembaraçando-o de sua envoltura idealista concebendo um homem que de “ser sensível, passivo e sofredor passa a ser visto como o ser “automediador da natureza” que, por meio do trabalho, desprende-se da natureza, diferenciou-se dela, elevou-se acima de seus limites, e sobre ela passou a exercer uma ação transformadora” (FREDERICO, 2009, pg. 179). Marx, assim, atribui uma prioridade ontológica a atividade material dos homens com a natureza e dos homens entre si. Como bem afirma Lefebvre (1967, pg. 93 e 94)

Marx extrai do hegelianismo um núcleo a um tempo racional e real, inseparavelmente (sem que, com isso, o real e o racional nele se reconciliem não dialeticamente, isto é, sem conflito). E, inicialmente, toma de Hegel a noção de práxis: produção no sentido amplo (do homem por ele mesmo), trabalho, obras. Rejeita a casca sistemática, rígida e endurecida que envolve esse gérmen de pensamento concreto e o restitui em sua integridade; refuta essa inversão pela qual Hegel destrói o que adquiriu e mata sua própria conquista.

Do conceito de *atividade* que em Hegel estava encapsulada na forma de uma atividade abstrata do pensamento produtor de si mesmo e da realidade, Marx vai propor uma *atividade produtiva*, partindo e dando prioridade ao conteúdo, às relações fundamentais mais simples que encontramos na sociedade, historicamente, as relações econômicas.

E aqui a crítica se faz aos vulgarizadores e críticos do marxismo: as relações econômicas não são as únicas relações, são as mais simples, momentos das relações mais complexas, implicadas histórica e metodologicamente nas relações mais ricas e complexas do viver humano. A totalidade concreta, como vimos na introdução, pode agora ser apreendida (inclusive pelo pensamento) porque sabemos de onde partir. O materialismo dialético não é um economicismo, pelo contrário. Parte das “relações práticas

inerentes a toda existência humana organizada e as estuda enquanto condições concretas de estilos de vida, de culturas” (LEFEBVRE, 1962, pg. 66, tradução livre).

Em outros termos, sintetizados por Lefebvre (1962, pg. 85) temos que

1) “A dialética materialista confere expressamente a primazia ao conteúdo. A primazia do conteúdo sobre a forma não é então mais que uma definição do materialismo; o materialismo afirma essencialmente que o ser (descoberto e experimentado como conteúdo, sem que se pretenda defini-lo a priori e aprisioná-lo) determina o pensamento”;

2) “A dialética materialista é uma análise do movimento deste conteúdo, e uma reconstrução do movimento total. É assim, para cada grau e para cada totalidade concreta, para cada situação histórica original. Ao mesmo tempo, é um método sintético que se dá por tarefa a compreensão do movimento total. Não cabe a axiomas, a constâncias ou permanências, ou a simples analogias, senão a leis de desenvolvimento”;

3) “O método dialético deste modo compreendido constrói assim o objeto histórico e sociológico, situando e determinando ao mesmo tempo sua objetividade específica. Estabelece a objetividade econômica sem hipostasia-la; situa a realidade objetiva da história, mas vai além, como realidade independente dos homens. E torna os homens vivos em suas ações, interesses, nas finalidades e projetos generosos, nos sucessos e nos acasos na trama e na estrutura do devir. Analisa uma totalidade coerente e, no entanto, multilateral e dramática”.

Em Marx o materialismo dialético torna-se “guia para a transformação de um mundo no qual a forma (econômica, social, política, ideológica) não está de acordo com o conteúdo (a potencialidade real e possível do homem sobre a natureza e sobre suas própria obras), mas entra em contradição com ele”, onde o terceiro termo (momento) da dialética (a síntese, a superação, a transcendência) “torna-se em solução prática para os problemas levantados

pela vida, pelos conflitos e contradições nascidos da prática e experimentados praticamente” (ibid, pgs. 87, 88).

Somente os homens através da *práxis* – atividade total dos homens, ação e pensamento, trabalho material e conhecimento – podem reconhecer e tentar superar suas contradições criando algo novo e não apenas se contentando em conhecer o que já está consumado.

A *práxis* torna-se, portanto, o ponto de partida e de chegada do materialismo dialético: sua finalidade não é outra que a expressão lúcida da *práxis*, do conteúdo real da vida, e correlativamente, a transformação da *práxis* atual em uma prática social consciente, coerente e livre.

\*\*\*

Restituir aqui de forma limitada a trajetória de Marx até a elaboração de seu materialismo dialético - embate entre idealismo e materialismo, entre a lógica formal e a lógica dialética, entre Hegel e o próprio Marx - se fez por uma necessidade teórico-metodológica: se queremos realmente compreender o papel do espaço “resgatando-o” do pensamento tradicional que o aliena da prática social, deveremos estar munidos de categorias de análise que rompam justamente com as concepções formais sobre ele (o espaço) e seu uso social.

Diante disso, uma pergunta que é simples em seu princípio, mas complexa em seu desdobramento se faz: como poderíamos definir ou tentar definir uma noção sobre o espaço?

Se esta resposta advém de um pensamento formal e alienado, de um pensamento que mantém apenas a razão (ideal) e o tempo como categorias superiores de análise, ela não pode ser outra além daquela que diz que o espaço é um dado (*datum*), um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo. Coleção de coisas e objetos situados aqui e ali o espaço é o plano, lócus onde os diversos sistemas (de cidades, de estados, países, de empresas) se situam e dele extraem recursos que por causa disso o modificam e/ou destroem.

Espaço de espaços: espaço da empresa, espaço da cidade, do campo, espaço do lazer, do consumo, do gueto; continente de um conteúdo que com ele mantém uma relação formal, mas não dialética. Espaços que se relacionam entre si aparentemente sem maiores contradições a não ser aquelas que se

apresentam na superfície, na aparência das coisas. Espaços construídos pelos mapas, pelos fluxos, pelas redes: estradas, finanças, etc.

É também o espaço de uma natureza glorificada e perdida no tempo, de um espaço transformado pelo homem quando este começou a nele intervir construindo cidades, transformando o campo, produzindo a terra.

Enfim, um espaço por onde se estende a natureza segunda produzida pelo homem, até agora passivo, mas que sinaliza novas relações e consequências devido à anunciada crise ambiental: “revolta” da natureza contra as ações inconsequentes da humanidade.

Contra essa corrente de pensamento que idealiza e mascara a realidade do espaço a aquisição do pensamento marxiano restituído e (re)colocado em movimento pelas novas contradições e processos que emergiram nas últimas décadas (como as contradições do espaço) se faz necessário.

Pois com Marx e a partir dele o pensamento pode investir sobre o real, retirar as máscaras das *coisas* (sua aparência) para, assim, revelar as relações sociais que produzem e reproduzem o mundo a partir de suas relações essenciais - as relações de produção. A partir da concepção materialista do real criada e produzida pela *práxis* humana e tão bem apreendida por Marx em seu embate contra as proposições ideológicas que põe e propõe um mundo as avessas e que respondem a necessidades de classe (da classe dominante) podemos desenvolver um pensamento genuíno sobre o espaço.

Eis aí a importância de um pensamento como o de Lefebvre que partindo de Marx - mas não o reduzindo e dogmatizando-o como fizeram outros marxistas - nos permite pensar o espaço como um produto social que, por essa causa, é permeado de contradições, ideologias, funções, estratégias e interesses.

De imediato, Lefebvre em sua obra *A Produção do Espaço* busca precisar o conceito de *produção*. Partindo de Hegel, cuja *produção* tinha importância determinante, afinal, a Ideia Absoluta produzia o mundo, Marx irá situá-la em seu conceito de atividade (como vimos acima), colocando finalidades e objetivos nas ações humanas uma vez que são esses (os homens) que produzem sua história, seu mundo. Produzir então se relacionará à atividade humana uma vez que a natureza não produz, mas sim, *cria*. A natureza cria obras, que tem algo de insubstituível e de único, e fornece

*valores de uso* a atividade criadora e produtiva do homem social. Os homens algumas vezes criam *obras*, mas sempre estão produzindo, pois os produtos resultam dos atos humanos tornados repetitivos pela organização e divisão do trabalho social. Por causa disso, os produtos têm como característica principal a faculdade de serem *reprodutíveis*.

Ao precisar o conceito de produção, Lefebvre (2006, pg. 99) abre então a perspectiva para o entendimento sobre o espaço e permite que para ele olhemos e nele enxerguemos um *produto* social:

“Ora, o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “idealidade” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. Entre tais ações, umas produzem, outras consomem, ou seja, gozam os frutos da produção. O espaço social implica múltiplos conhecimentos”.

A partir dessa perspectiva de compreensão do espaço, aqui entendido como um produto social, o que também se explicita em relação ao mesmo é que de forma alguma existe uma passividade inerente ao espaço, como se com *ele* a sociedade não mantivesse momentos relacionais, como se *nele* não estivesse implicado *relações sociais* e com elas estratégias, relações de poder, de dominação, de apropriação.

Dessa forma, o espaço “sai da sombra”, emerge na teoria social crítica e rompe com a tendência ideologicamente dominante que o considera como um receptáculo vazio. Uma tendência que

“no lugar de revelar as relações sociais implicadas nos espaços (aí incluídas as relações de classe), no lugar de se voltar para a produção do espaço e para as relações sociais inerentes a essa

produção (que introduzem nela contradições específicas, retomando a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas), cai-se na armadilha do espaço “em si” e como tal: da espacialidade, do fetichismo do espaço” (ibid. pg. 119).

Uma vez que se aceite que o espaço e sua organização é um produto social, que emerge da *práxis* social, temos aí aberta a possibilidade de compreender que essa relação sociedade/espaço se dá por uma dialética sócio-espacial. Em outros termos, a de que o espaço também não é somente a expressão de processos sociais, mas que as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes, que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes a ele; que a organização do espaço expressa as relações sociais, mas também reage contra elas dialeticamente (LEFEBVRE, 2008).

Cada forma de sociedade ao longo de sua história cria, produz seu espaço e com ele mantém uma relação intrínseca, uma relação que se dá entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas, dentro de determinada formação econômico-social. O espaço, nesse sentido, vincula-se ao político, ao econômico, ao religioso, às formas de poder. Vincula-se ao vivido e ao concebido, restitui o mental nas formas materiais produzidas pela prática social. Torna-se ao mesmo tempo condição geral de existência e reprodução da sociedade e produto desses mesmos processos.

Desnecessário dizer que sob o capitalismo essa relação de interdependência entre sociedade e espaço se perpetua, mas sem deixar de ensejar novas características, processos e contradições.

Em verdade, o que se afirma e confirma (a partir dessa dialética socioespacial) é o que justamente a ideologia capitalista tenta dissimular: se o espaço é produto, produzido a partir de uma “matéria-prima”- a natureza -, ele o é por atividades que implicam o econômico, a técnica, o poder político (estatal) e as estratégias (políticas e econômicas);

“Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências<sup>13</sup>. O espaço não tem, portanto, nada de uma “condição” a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às *relações de propriedade* (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às *forças produtivas* (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua “realidade” ao mesmo tempo formal e material. *Produto* que se utiliza, que se consome, ele é também *meio de produção*; redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social, que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas” (LEFEBVRE, 2006, pg. 113, 114, grifos do autor).

O espaço, sob relações capitalistas, torna-se paulatinamente força produtiva, passa a ser consumido produtivamente e valorizado, adentra na reprodução das relações de produção e nela proporciona uma mudança qualitativa e quantitativa. Nas palavras de Lefebvre (ibid, pg. 114)

O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de *produção* e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação “produção-consumo” aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. Uma unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado).

---

<sup>13</sup> No capítulo II empreenderemos uma análise mais aprofundada da relação existente entre o espaço (e sua produção) com o desenvolvimento do Estado.

Isso ocorre fundamentalmente porque as relações capitalistas, como uma totalidade, possuem a faculdade de valorizar, revalorizar e desvalorizar objetos, estruturas e processos segundo as necessidades de sua reprodução.

Quanto ao espaço, este passa a ser alvo do processo de valorização capitalista, numa verdadeira *valorização para a valorização*. Sob o capitalismo, o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital cuja valorização (do espaço) não é outra senão a própria valorização do capital. Em outros termos, o espaço passa a ser um componente ativo na perpetuação e reprodução desta formação econômica e social.

Mas, como se dá tal processo de valorização? Em primeiro lugar, pela própria relação capital-espaço onde este último “(e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor, expresso sob a forma de capital constante” (MORAES e COSTA, 1987, pg. 159). Aqui, as frações do espaço ocupadas e parceladas, assim como o próprio capital fixo incorporado na forma de infraestruturas se configuram como um meio de produção. Como a “apropriação” privada dos meios de produção é condição (determinação) geral para a existência do capitalismo, o espaço enquanto capital passa a ser “dominado” privatamente e valorizado enquanto tal.

Em segundo lugar, porque o espaço, sob o capitalismo, passa a ser consumido, “sendo que este consumo surge para a produção em sua dupla forma: enquanto meio de produção, o espaço é consumido produtivamente; enquanto condição de produção ele é consumido improdutivamente” (ibid, pg. 161). O consumo produtivo do espaço liga-se à transformação dos recursos naturais (o espaço enquanto valor de uso) em meios de produção e estes à forma da troca, através de sua mercantilização. Por outro lado o “consumo improdutivo” do espaço implica o uso (capitalista) das virtualidades do espaço” (ibid) e não seu consumo direto. Aqui, o uso que o capital faz das cidades, dos espaços de lazer, etc aparecem como pressupostos para o próprio consumo produtivo, enquanto condição geral de existência e reprodução da sociedade.

Uma terceira característica deste processo de valorização diz respeito à própria produção do espaço enquanto condição geral de produção. Nesse sentido, a quantidade de capital fixo necessário à reprodução do capital tende a um crescimento devido ao progresso técnico, ao volume de investimentos em

meios de produção e ao crescimento das infraestruturas necessárias ao aumento da produtividade do capital. Como resultado geral desses processos, tem-se que o valor do espaço tende a um aumento, principalmente naqueles lugares e regiões onde a concentração destes processos são maiores, como por exemplo, em uma metrópole.

Dessa forma, o espaço consumido nas estratégias da acumulação capitalista é transformado, tem suas qualidades alteradas por esse consumo e ao ser transformado produz tanto mais-valia quanto um “novo” espaço – o espaço urbano.

O espaço – e em particular o espaço urbano/metropolitano – passa, então, a adquirir cada vez mais importância para o capital, sofrendo “influências” e “influenciando” na reprodução do capitalismo como um todo. A produção, o consumo do espaço e a urbanização/metropolização acabam por se inserirem no amplo processo da *reprodução das relações de produção* capitalistas na medida em que são guiados pelos ditames da troca e da acumulação<sup>14</sup>. Forma e ao mesmo tempo conteúdo, o espaço metropolitano emerge enquanto espaço real, atributo da materialidade, do próprio movimento do capital, enquanto história de homens e lugares reais.

Assim se estabelece o espaço da *trindade* capitalista, vai afirmar Lefebvre (2006), um espaço que é ao mesmo tempo: *global*, lócus da soberania, lugar onde se manifestam os constrangimentos e se reduz as diferenças – *fragmentado*, onde as separações, as disjunções, as particularidades emergem e são controladas - e *hierarquizado*, dos lugares interditos aos lugares soberanos. É o espaço transformado em estratégia, em

---

<sup>14</sup> Já nos anos de 1970 Lefebvre chamava a atenção para a crescente dependência do capitalismo pela produção e consumo do espaço. Em notável e conhecido trecho de seu livro *A Revolução Urbana* (cuja primeira edição francesa data de 1970) o autor já destacava tal processo quando de sua crítica ao urbanismo: “A produção do espaço, em si, não é nova. O novo é a produção global e total do espaço social. O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. Esse é o caminho (imprevisto) da socialização das forças produtivas, da própria produção do espaço. É preciso acrescentar que o capitalismo, visando a sua própria sobrevivência, tomou a iniciativa nesse domínio? A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização da produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (LEFEBVRE, 2008b, pg. 140 e 141)

instrumento de um poder de Estado e de classe (que domina e se apodera das estruturas do Estado), um espaço que pode se chamar de *abstrato*<sup>15</sup>.

Este espaço urbano/metropolitano (e paulatinamente mais *abstrato*) que emerge sob o capitalismo enquanto um *produto* de suas relações o é principalmente porque reproduzi-lo continuamente – urbanização total da sociedade – torna-se necessidade econômica e também política. *Econômica*, porque, como vimos, este mesmo espaço pode servir às necessidades do lucro e da acumulação - e *política*, porque a hegemonia da classe dominante - da burguesia - tem na produção deste espaço um instrumento político-econômico essencial para a perpetuação de seu domínio.

Em verdade, a história do espaço e de sua produção sob a égide das relações capitalistas é uma história marcada pela violência, pela segregação e dispersão, pela reunião forçada, por uma homogeneização ao mesmo tempo ilusória e pretendida, pela constituição de um poder instrumental que se liga à

---

<sup>15</sup> “O espaço *abstrato* não se compreende *abstratamente* a não ser por um pensamento que *separa* (que disjunta a lógica e a dialética), que *reduz* (as contradições à coerência), que *mistura* os resíduos da redução (a lógica do social, por exemplo). O espaço *abstrato*, considerado como instrumento (e não mais somente como aparência social) é primeiro o lugar da natureza, a ferramenta que quer submetê-la, que visa com este golpe destruí-la (no limite). Este mesmo espaço corresponde à amplificação da prática (social) que engendra redes cada vez mais vastas e densas, à superfície da terra, abaixo e acima desta superfície. Mas ele corresponde também ao *trabalho abstrato* (Marx designa assim o trabalho em geral, - o trabalho social médio, produtor do valor de troca, em geral, da forma geral da mercadoria); este trabalho *abstrato* não tem nada de uma abstração mental, nem de uma abstração científica no sentido da epistemologia (que separa os conceitos da prática para inventaria-los e estabelece-los em saber absoluto); ele tem uma existência *social*, como valor de troca e a forma valor elas mesmas. Se se tenta enumerar as “propriedades” deste espaço, é preciso primeiro considera-lo como meio de troca (com suas implicações: a intercambialidade) tendendo a absorver o uso. Isto não exclui em nada, ao contrário, o uso político; o espaço da dominação estatista, da violência (militar) é também onde se desdobram as estratégias. Mas sua racionalidade demarcada tem qualquer coisa de comum com a racionalidade de empresa (sem que se possa por isto ajustar a divisão técnica do trabalho à divisão social). Neste espaço se desdobra o mundo da mercadoria, com suas implicações: acumulação e crescimento, cálculo, previsão, programação. (...) O espaço *abstrato* contém portanto ao mesmo tempo o intelecto analítico hipertrofiado, o Estado e a razão de Estado burocrática, o saber “puro”, o discurso do poder. Implicando uma “lógica” que o dissimula mascarando suas contradições, este espaço *abstrato*, aquele da burocracia, reúne em si o espetáculo e a violência (em oposição ao “puro” espetáculo). Descobre-se enfim que este espaço se discerne mal daquele que elaboram os filósofos, de Descartes a Hegel, fusionando o inteligível (a “res extensa”) com o político, o saber com o poder. O que desemboca numa prática espacial autoritária e brutal: aquela de Haussmann, depois aquela codificada pela Bauhaus e Le Corbusier, a saber a eficácia do espírito analítico na e pela dispersão, separação, segregação.” (LEVEBVRE, 2006, p.370-371, grifos no original)

organização do espaço em muitas escalas diferentes, capaz de disciplinar a vida cotidiana, reorganizar espaços em escala global e de desenvolver geograficamente e desigualmente cidades, regiões e países<sup>16</sup>.

Entretanto, a produção desta espacialidade no capitalismo não é nem um acontecimento que ocorre de uma vez por todas, sem que haja constantemente a necessidade dessa matriz espacial ser reforçada e/ou reestruturada<sup>17</sup>, nem um processo sereno e automático onde a estrutura social se imprima, sem resistência, na paisagem.

Se a espacialidade é um processo (re)produzido socialmente, ao mesmo tempo resultado/encarnação, meio/pressuposto, produto/produtor das relações sociais e da estrutura social, referência material da vida social, essa (re)produção não se desenvolve sem conflitos, crises e contradições e a ligação problemática da reprodução social e espacial é uma decorrência disso.

Por isso que Lefebvre assim como outros autores como Harvey, Soja, Santos dentre outros não hesitam em apontar para as contradições inerentes decorrentes desse processo de constituição da espacialidade capitalista, contradições que não são determinadas pelo espaço em si, mas são fruto das contradições da sociedade capitalista que se materializam *no espaço*, engendrando as contradições *do espaço*.

Uma primeira contradição que podemos apreender a partir do pensamento lefebvriano diz respeito à *quantidade e à qualidade* do espaço. Este espaço (sob o capitalismo) passa a ser cada vez mais quantificado, subordinado às manipulações estatísticas, às programações, à eficácia operacional. Triunfo da troca sobre o uso, o quantitativo liga-se ao crescimento econômico, ao espaço controlado pelo Estado e atravessado pelos fluxos, ao espaço destinado para a produção. Quanto ao qualitativo, a contradição se expressa pelo progressivo abandono, pelas pessoas, dos espaços da produção, dos *espaços do consumo*, em direção ao *consumo do espaço*. Este é o espaço do lazer, das férias, da diversão, natural ou simulado, espaço que surge como necessidade porque sem a sua materialização nem os signos, nem

---

<sup>16</sup> No capítulo II também faremos uma discussão mais bem elaborada sobre o conceito de desenvolvimento geográfico desigual.

<sup>17</sup> Sobre o processo de reestruturação sócio-espacial conferir o capítulo II da presente pesquisa.

os espetáculos são suficientes. Resumindo empiricamente: sob o capitalismo o espaço dominado divide-se em regiões exploradas pela e para a produção e em regiões exploradas pelo e para o consumo do espaço através dos lazeres.

No entanto, a divisão é apenas aparente, pois ambos são ao mesmo tempo produto e resultado do mesmo e amplo processo da reprodução social capitalista, separados ideologicamente como pressuposto para a dominação social.

Não obstante, entre a globalidade e homogeneidade funcional do espaço produzido (mundial) e sua fragmentação emerge outra contradição fundamental. Sob o capitalismo o espaço é ao mesmo tempo global - porque a extensão e expansão das relações capitalistas é imperativa para sua reprodução – e também pulverizado, porque (e como consequência deste processo de reprodução) o espaço é transformado em migalhas, trocado (vendido) aos pedaços e conhecido fragmentariamente pelas ciências parcelares. Este é o espaço do homogêneo-fragmentado, sendo que esta homogeneidade pretendida diz respeito à abolição das diferenças e distinções pela ideologia, e a fragmentação advinda das necessidades das divisões do trabalho. É um espaço ao mesmo tempo total e quebrado, global e fragmentado, onde o global e o fragmentado são experimentados ao mesmo tempo.

Dessa contradição (globalidade-parcelas) emerge outra: centro-periferia. É porque justamente o espaço sob o capitalismo (notadamente o urbano-metropolitano) possui essa característica e esse movimento inerente que o espaço se diferencia. Toda globalidade acarreta o estabelecimento de uma centralidade vai afirmar Lefebvre (2006, pg. 427), lugar onde se concentra “tudo” o que há no espaço, em verdade, a própria forma do espaço social<sup>18</sup>. Esse centro subordina ao seu poder todos os elementos e momentos do

---

<sup>18</sup> “A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há *no espaço*, tudo o que é produzido, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisa, objetos, obras, signos e símbolos. O espaço-natureza justapõe, dispersa; ele coloca uns ao lado dos outros, os lugares e o que os ocupa. Ele particulariza. O espaço social implica a reunião atual ou possível em um ponto, em torno deste ponto. Logo, a acumulação possível (virtualidade que se realiza em certas condições). Esta afirmação se verifica no espaço da aldeia, da morada; ela se confirma no espaço urbano, que revela os segredos do espaço social ainda incertos na aldeia. O espaço urbano reúne as multidões, os produtos nos mercados, os atos e os símbolos. Ele se concentra, os acumula. Quem diz “espacialidade urbana”, diz também centro e centralidade, atual ou possível, saturada, quebrada, inquieta, pouco importa; ou seja, centralidade *dialética*.” (LEVEBVRE, 2006, p. 132-133, grifos no original)

espaço produzido, dispersando e segregando periferias ao mesmo tempo em que reforça a riqueza e o poder da centralidade.

Por consequência, a cidade explode e se estende desmesuradamente. As extensões urbanas como as periferias, os subúrbios, enfim, o espaço de uma metrópole, são incorporados e submetidos às tramas da privatização do espaço, da propriedade da terra, e às suas reverberações como as rendas fundiárias, à especulação imobiliária, ao consumo do espaço.

Da contradição fundamental do capitalismo revelada por Marx, aquela que se dá entre as forças produtivas e as relações sociais de produção (e de propriedade), o espaço e sua produção a eleva a um nível superior e a aprofunda: passa-se da produção das coisas no espaço para a produção do próprio espaço. Em outros termos, a produção do espaço dá um salto quantitativo e qualitativo nas forças produtivas quando engloba o espaço (mundial) na reprodução das relações de produção. Mas como bem apontava Marx, tal processo não se dá ao bel-prazer da sociedade, uma vez que sua geografia e sua história não são feitas em circunstâncias escolhidas, mas sim por circunstâncias encontradas, dadas e transmitidas a partir das geografias históricas produzidas no passado. Nesse sentido, o embate entre novas forças produtivas e o espaço herdado engendra contradições enormes resolvidas, por exemplo, por processos como da reestruturação, (como veremos no capítulo II) que, por conseguinte, engendrarão novas e, muitas vezes, aguçadas contradições.

Todo esse processo contraditório de expansão do capitalismo e de formação de sua espacialidade correspondente se faz pela imposição de uma unidade repressiva e de uma segregação generalizada de grupos, funções e lugares no espaço urbano através de um poder – uma violência – que desune e mantém separado o que separou, e une e mantém na confusão o que lhe convém (LEFEBVRE, 2006. pg. 429).

No espaço dominado, coações e violências estão aqui e ali para manter a “ordem” necessária para a hegemonia de uma classe. Nele, os “modelos” estratégicos se realizam, se materializam, tomam forma e dão forma ao espaço dominado. Não seriam porventura as reformas de Hausmann em Paris, ou as vias expressas de um Robert Moses em Nova York, ou mais recentemente os Planos Estratégicos Urbanos materializações de modelos estratégicos e

hegemônicos para o controle do espaço (e da sociedade) como um todo? Não seria este o espaço de coações, de estipulações, de prescrições, de uma eficácia normativa-repressiva onde o cotidiano é vivido de forma programada, controlada? Não seria este um espaço de ilusões que mascara (e massacra) a realidade e torna “natural” toda a segregação, toda espoliação, e não o usufruto das qualidades do urbano por todos e para todos? Se o capitalismo se defende em um novo *front* para a sua sobrevivência – a dominação e produção do espaço – ele não o faria através da imposição de um poder, às vezes velado, às vezes escancarado, mesmo porque não seria nesse mesmo espaço que as resistências se evidenciariam?

Todas essas contradições observadas (e outras não faladas) e questões levantadas (e incompletamente feitas) emergem porque agora sabemos que a *práxis espacial* regula a vida, mas não a faz, sendo que o espaço pode ser considerado como mais uma dimensão (se assim podemos dizer) da vida e da *práxis social* como um todo. E como o espaço não possui nenhum poder em si e suas contradições não são determinadas por ele, enquanto tal, mas são fruto de contradições sociais que se expressam no espaço socialmente produzido ele se transforma em um palco privilegiado para ações e percepções.

Disso resulta uma importância fundamental: a de compreendermos o espaço como um produto social, e especificamente o espaço contemporâneo como um produto da sociedade capitalista. E se, porventura, algumas das contradições desveladas por Marx em sua análise inicial do capitalismo conseguiram ser diminuídas ou mascaradas pela estratégia burguesa nos últimos decênios, hoje o espaço urbano-metropolitano, com todas as suas fissuras e contradições materializadas, oferecem ao pensamento crítico-prático novas perguntas, novas respostas, evidências “empíricas” da problemática reprodução e perpetuação desta formação econômica e social.

Cabe, portanto, ao pensamento crítico-prático se livrar das amarras - teórico-metodológicas e ideológicas - que ainda persistem em conceber um espaço que não fornece nada mais do que aquilo que os olhos conseguem enxergar (o ótico-geométrico) ou que a mente (e seus sistemas) consegue imaginar para assim, colocar em evidência (e em discussão) as contradições que se reproduzem.

A crítica aqui, munida das categorias mais básicas (e por isso elementares) do pensamento marxiano – o materialismo histórico-geográfico-dialético restituído ao seu devido lugar - fornece a empiria que os próprios “empiristas” às vezes não conseguem enxergar. E se isso é verdade, é do espaço de uma metrópole como Belo Horizonte (e de suas contradições) ou de apenas de uma de suas “espacialidades”, como é o caso de seu Vetor Norte aqui estudado, que o que (a)parece *abstrato* torna-se *concreto*, constatado, visto a olho nu, mesmo que o pensamento formal recuse as incoerências e as disfunções inerentes à problemática reprodução social.

A partir da experiência vista e vivida na metrópole Belo Horizonte nos últimos anos podemos identificar alguns dos processos sociais que a tem reproduzido e neles enxergar algumas dessas contradições que além de expressarem tais processos nos fornecem os fatos necessários para sua constatação e análise.

Esse, portanto, é o caminho tortuoso que percorreremos na presente pesquisa daqui em diante, um caminho aberto pela importância de se conceber e perceber o espaço como um produto material da sociedade, mas não um produto qualquer, e que por causa disso permite-nos uma análise das relações sociais que o produzem a partir das contradições que nele se expressam dialeticamente.

## CAPÍTULO II: TEORIZANDO A REESTRUTURAÇÃO

São nas páginas dedicadas ao capítulo vindouro (cap. III) que nosso objeto (espacialidade) escolhido para o desenvolvimento do presente estudo – o Vetor Norte da RMBH - será melhor apresentado e desenvolvido. Não obstante tal fato, a necessidade que se nos apresenta neste capítulo de já conhecermos previamente uma de suas principais características – seu caráter periférico – se faz necessário justamente porque é nele que acreditamos estar se desenvolvendo um processo de reestruturação sócioespacial que *possivelmente* promoverá importantes transformações nesta grande espacialidade.

Se, portanto, acreditamos que tem se desenvolvido um processo de reestruturação metropolitana no Vetor Norte, carece-nos desenvolver uma melhor discussão sobre esta hipótese. E esse será justamente o mote do capítulo que se apresenta: o de desenvolver uma discussão sobre o que entendemos ser este processo/conceito de reestruturação socioespacial à luz de estudos e outros conceitos desenvolvidos por autores como Soja, Harvey, Lefebvre, dentre outros.

\*\*\*

Em seu *Geografias Pós-Modernas* Soja nos apresenta o que para ele consistiria ser o processo de reestruturação: em sentido mais amplo, transmitiria a noção de uma “freada”, uma ruptura com tendências seculares, de uma mudança em direção a uma ordem diferente da vida social, econômica e política. Evocaria uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição da totalidade social, onde novas práticas sociais se impõem sobre antigas (pg. 193)

A reestruturação deve então ser entendida não como

“um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas

situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente”. (ibid, pg. 194).

Trata-se, portanto, de um processo que se dá pelo inevitável e irrefreável movimento da totalidade social, característica de uma formação social e econômica que possui na instabilidade, no fugidio e na superação motores de um processo de complexificação e transformação social.

Já no *Manifesto Comunista* Marx assinalava este caráter *instável* da sociedade capitalista nascente, fruto de um incessante processo de negação-contradição-superação, motores da história humana como afirmava Hegel, modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência como ratificava Marx.

Para o autor do *Manifesto* a burguesia fora a primeira classe a “dar provas do que a atividade humana pode empreender” realizando maravilhas que de longe superavam outras do passado<sup>19</sup>. Mas, ao mesmo tempo, sua existência estava condicionada a “revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas todas as relações da sociedade”. Por isso que a época burguesa se distinguiria de todas as anteriores, pois “a revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes” não deixariam de acompanhar a sociedade nascida da ascensão da burguesia (MARX e ENGELS, 1998).

---

<sup>19</sup> “A burguesia, durante o seu domínio de quase cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações precedentes juntas. Sujeição das forças da natureza pelo homem, maquinarias, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafos, remoção do cultivo de continentes inteiros, canalização de rios, populações inteiras conjuradas fora de suas áreas – que século anterior teve, mesmo que fosse um pressentimento de que tais forças produtivas ficariam inativas no colo do labor social?” (MARX e ENGELS, 1998, pg. 17).

De onde, porém, adviria toda esta tensão? Se a burguesia como um “feiticeiro havia perdido controle sobre seu feitiço”, se ela própria e, conseqüentemente, toda a sociedade estava condicionada à revolução constante das práticas sociais, onde residiriam as causas de todos esses processos?

A resposta dada por Marx é tanto convincente quanto iluminadora para desdobramentos a partir de sua teoria. Nas penas do pensador alemão são as “leis coercitivas” da competição de mercado, do processo de acumulação que forçam todos os capitalistas a procurar constantemente mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem sua lucratividade com relação à média social, levando todos a saltos de inovação dos processos de produção, organização e circulação. Há um processo constante de *destruição criativa*, de desvalorização de investimentos passados, frutos do incessante processo de inovação. “Esta (inovação) exacerba a instabilidade e a insegurança, tornando-se, no final, a principal força que leva o capitalismo a paroxismos de crises” (HARVEY, 1994, pg. 102).

Como falamos de formação social e econômica - afinal o capital não é uma coisa, e sim, uma relação social – a mesma lógica transformativa e relacional do capital existente no jogo entre capitalistas é a força que move, que constantemente reconfigura as práticas sociais, que torna a organização social irreversivelmente dinâmica. Como observa HARVEY (1994, pg. 307) nele há “regras internalizadas de operação concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido”.

É, portanto, a partir desta perspectiva teórica aberta por Marx que procuraremos compreender o processo de *reestruturação*, tendo como fio condutor o papel exercido pelo *espaço* no desenrolar destes eventos, uma vez que como dissemos tanto na introdução quanto no capítulo precedente, a reprodução social não pode ser dissociada de seu espaço, de sua espacialidade correspondente. Há uma dialética sócioespacial, uma relação material, política, ideológica da sociedade com seu espaço e, sob o jugo das relações capitalistas, uma relação deste com o processo de acumulação.

Nesse sentido, só compreenderemos melhor os processos de reestruturação metropolitana se conseguirmos compreender melhor a tríade

espaço-acumulação-reestruturação, dialeticamente relacionados e interdependentes.

Por isso, lançaremos mão de conceitos como os de *ambiente construído*, *de formação econômico-social* e *desenvolvimento desigual* para podermos compreender melhor teoricamente o que aqui temos chamado de *reestruturação sócioespacial*.

## 2.1- O “ambiente construído” de David Harvey

Desde a sua guinada para o pensamento marxiano<sup>20</sup>, Harvey, em uma série de artigos e livros dedicados aos processos urbanos sob o capitalismo buscou, dentre outras coisas: apreender o processo de acumulação capitalista e sua relação com o espaço<sup>21</sup>; pensar sobre a articulação global do espaço aos processos globais do capitalismo<sup>22</sup>; refletir sobre o papel do capital financeiro na produção e circulação do ambiente construído nos grandes centros urbanos<sup>23</sup>; no papel das rendas urbanas no capitalismo contemporâneo<sup>24</sup> e no papel exercido pela produção do espaço nos processos de crises e de resolução das crises inerentes à formação social e econômica capitalista<sup>25</sup>.

A primeira característica que Harvey nos leva a apreender a partir de suas pesquisas é que dentro de um processo de crescimento econômico sob o capitalismo, a acumulação do capital se situa no centro das coisas; “ela é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista” (HARVEY, 2005, pg. 43). Por causa disto, esta formação econômico-social é extremamente dinâmica e inevitavelmente expansível, criando uma força

---

<sup>20</sup> Cf. o prefácio do livro *A justiça social e a cidade* no qual Harvey descreve os porquês de sua chegada à tradição do pensamento marxiano.

<sup>21</sup> Cf. “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ambulante, 2005.

<sup>22</sup> Cf. “A geopolítica do capitalismo”. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ambulante, 2005.

<sup>23</sup> Cf. *Los Limites del capitalismo y la Teoria Marxista*: Fondo de Cultura Económica. México: 1990.

<sup>24</sup> Cf. HARVEY, D. & SMITH, N. *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Museu d’Art Contemporani de Barcelona y Servei de Publicaciones de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

<sup>25</sup> *Los Limites del capitalismo y la Teoria Marxista*: Fondo de Cultura Económica. México: 1990.

permanentemente revolucionária, que, “incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (ibid, pg. 43).

Assim, para que essa acumulação (motor do modo de produção capitalista) se realize e gere o crescimento econômico tão almejado – no entanto, nunca livre de contradições e crises – há necessidade, segundo HARVEY (ibid pg. 44), de alguns pressupostos e fatores:

- “- da existência de um excedente de mão-de-obra, ou seja, um exército industrial de reserva, que pode alimentar a expansão da produção;
- da existência de mercados de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infra-estrutura física – que possibilitem a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido;
- da existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas;”

que, somado ao fator “tempo de giro do capital”, dão contornos a esse crescimento.

Não obstante, devido à própria natureza caótica e espontânea da produção sob o capitalismo, em cada um desses aspectos destacados, a continuidade desta acumulação pode encontrar barreiras que, uma vez atingidas, provavelmente precipitará o sistema econômico em numa crise ou tensão de determinada natureza. Daí o princípio das contradições: uma vez que todos estes aspectos são “produzidos” no e pelo próprio modo capitalista de produção, conclui-se que o capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento, ou seja, as crises são endêmicas ao próprio processo capitalista de acumulação (ibid, pg 45).

No entanto, é no processo de circulação ou, na vitalidade permanente desse processo de circulação, que HARVEY (2005) entende estar a sustentação da sobrevivência do capitalismo (pg. 130).

Uma vez que a circulação de capital resulta em valor (já que a mercadoria produzida tem que circular para poder ser consumida), esta deve ser completada em uma determinada extensão de tempo, denominado pelo

autor de “tempo de rotação socialmente necessário”, ou seja, “o tempo médio necessário para girar certa quantidade de capital em relação à taxa média de lucro sob condições normais de produção” (ibid, pg. 137). Daí se apreende uma conclusão importante: a busca incessante dos capitalistas por baixar seu tempo de giro de capital em relação à média social a fim de obter lucros excedentes é condição inerente ao desenvolvimento do capitalismo.

Para tanto, os capitalistas (e seus teóricos) devem devotar um esforço permanente em criar estratégias que possam superar todas as barreiras espaciais que impedem a expansão/extensão da acumulação a fim de permitir que, tanto o capital quanto a força de trabalho possam se mover, rapidamente e a baixo custo, de um lugar para o outro, fazendo com que o tempo de giro do capital possa ser cada vez menor e, conseqüentemente, maior a taxa de lucro.

Entretanto, esses objetivos só podem ser alcançados pelo capital por meio da produção de configurações espaciais fixas, imóveis, seguras e, em grande medida inalteráveis, mas que trazem em si a contradição inerente à produção do espaço. Nas palavras de HARVEY (1990, pg. 397)

“el capitalismo confía cada vez más en el capital fijo (incluyendo el que está incrustado en un paisaje específico de producción) para revolucionar el valor de la productividad del trabajo, y lo único que encuentra es que su calidad de fijo (la distribución geográfica específica) se convierte en la barrera que hay que superar. La tensión entre la inestabilidad generada por el capital recién formado y el estancamiento relacionado con las inversiones pasadas, siempre está presente dentro de la geografía de la producción capitalista”

Isso significa dizer que sob o capitalismo a busca por superar as barreiras espaciais acaba por criar estruturas espaciais, que, no fim, agirão como barreiras contra a acumulação adicional. “O capital passa a ser representado na forma de paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva de capital numa escala expansível” (HARVEY, 2005, pg. 53) onde essa paisagem geográfica, de capital fixo e imobilizado, acaba por ser “tanto a glória coroada do

desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional à acumulação”. O desenvolvimento capitalista deve, portanto, “superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação”. (ibid, pg. 54).

Não obstante, tais contradições possuem ainda outras dimensões complexas no seio das crises capitalistas que se instalam na sociedade.

Não muito raro, as tendências de crise no capitalismo apresentam uma disposição a produzir fases periódicas do que Marx denominou de *superacumulação* – definida como uma condição em que podem coexistir, ao mesmo tempo, capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de uni-los na realização de tarefas socialmente úteis.

Como na teorização marxista a tendência de *superacumulação* nunca pode ser eliminada sob o capitalismo, etapas de reestruturação a fim de conter, absorver e administrar essa tendência devem ser desenvolvidas e postas em prática pela política econômica burguesa.

Dessa forma, escolhas e ações como a desvalorização, o controle macroeconômico e a absorção da *superacumulação* por intermédio do deslocamento temporal e espacial (HARVEY, 1994) tem sido muitas vezes a chave do “sucesso heroico” da política econômica burguesa ao longo da história do capitalismo a fim de mantê-lo enquanto formação econômica e social.

Como o nosso esforço aqui é tentar compreender como tais processos relacionam o espaço a momentos de reestruturação destacaremos os que são mais significantes para tal entendimento segundo a teoria “Harveyniana”, a saber; a desvalorização e a absorção da *superacumulação* por intermédio do deslocamento temporal e espacial.

Segundo HARVEY (2005), em condições de *superacumulação*, os excedentes que não podem ser absorvidos devem ser, muitas vezes, desvalorizados, ou até mesmo destruídos fisicamente. Isto pode ser feito através da desvalorização do capital em forma de moeda, mercadoria, como também pela desvalorização das infraestruturas físicas e sociais que servem de suporte à circulação de capital e reprodução da força de trabalho (ibid, pg. 133).

Dessa forma, o capital, ao provocar uma desvalorização de suas infra-estruturas (físicas e sociais), permite que o excedente de capital e de trabalho ociosos sejam absorvidos em processos de deslocamento temporal e espacial, através da retirada destes (capital e trabalhos ociosos e superacumulados) do consumo corrente para os investimentos públicos e privados de longo prazo em instalações e infraestruturas físicas e sociais:

“Aquí está una base para entender los procesos de la formación e resolución de las crisis dentro de la economía espacial de la producción capitalista. Un rompimiento con las mezclas tecnológicas pasadas y las configuraciones espaciales pasadas a menudo provoca una desvaluación masiva, pero el hecho de no “racionalizar” las mezclas tecnológicas y las configuraciones espaciales sirve de base a las crisis de acumulación excesiva. La devaluación general que ocurre en el curso de las crisis “libera” capital para establecer nuevas tecnologías y nuevas estructuras espaciales simultáneamente (...)” (HARVEY, 1990, pg 397).

Não obstante, a contradição se reafirma, pois o capitalismo, ao deslocar e absorver capital e força de trabalho na criação de infraestruturas físicas compromete parte da totalidade deste capital e desta força de trabalho que passa a ficar imobilizada, congelada no espaço (o espaço *fixo fixado* como dizia Milton Santos), a fim de proporcionar a absorção de parte da superacumulação.

No entanto, ao fazer isso, a viabilidade do capital e do trabalho comprometidos com a produção e a manutenção destas infraestruturas “apenas fica assegurada se o capital remanescente circular por vias espaciais e num período de tempo compatíveis com o padrão geográfico e a duração de tais compromissos”. Se esta condição não for satisfeita, “(...) então o capital e o trabalho comprometidos ficarão sujeitos à desvalorização” (HARVEY, 2005, pg. 150).

Além disso, os capitalistas, ao utilizarem tal estratégia, ou seja, deslocar capital e força de trabalho para a construção de infraestruturas a fim de resolver os problemas de *superacumulação*, acabam por dar ainda mais

contorno e significância ao processo contraditório de constante (re)criação da paisagem geográfica marcada pela tensão inerente ao capitalismo de preservar os valores passados ou simplesmente destruí-los para mais uma etapa de acumulação.

A consequência de todos esses contraditórios processos é a constante instabilidade das configurações espaciais, ou seja, a tensão constante entre as estruturas espaciais imobilizadas que formam a paisagem geográfica e que tanto contribuem para o processo de acumulação capitalista.

Daí a conclusão extraordinária de Harvey sobre o importante papel que o espaço urbano desempenha no desenvolvimento capitalista e na superação das crises inerentes à própria natureza contraditória deste modo de produção:

“continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar”(2005, pg. 150).

Obviamente que a riqueza do pensamento e da obra de Harvey não se resumem a essas poucas páginas descritas acima. Além disso, as próprias contradições e nuances do capitalismo são muito mais complexas do que conseguiremos aqui apreender.

Mas de fato, se atentarmos para a relação espaço-acumulação e destes com momentos de reestruturação, poderemos perceber a importância crucial que a produção do espaço urbano através do ambiente construído possui para a política econômica burguesa, seja através da produção de riqueza gerada pelo processo de urbanização, seja pelo seu papel “acomodador” em períodos de crise e, conseqüentemente, de reestruturação.

Nesse sentido, sejam esses momentos (de reestruturação) relacionados aos grandes períodos de crise, superação da crise e emergência de um novo

modo de regulação como nos fala SOJA (1992) e o próprio HARVEY (1990, 1994)<sup>26</sup> ou, seja em processos mais locais como a criação de um novo eixo de acumulação metropolitana como sugere nosso estudo, o fato é que o espaço, com seus múltiplos agentes produtores, estarão ali como momentos ativos deste processo de reprodução social.

## 2.2- O conceito de Desenvolvimento Desigual

Em Lefebvre, a perspectiva aqui abordada sobre momentos de reestruturação se encontra diluída em sua teoria sobre a sociedade capitalista moderna da qual podemos extrair argumentos indispensáveis para a compreensão do que aqui apresentamos como hipótese teórica e explicativa sobre os processos estudados, notadamente naquelas contribuições feitas pelo autor sobre os conceitos de *formação econômico-social* e de *desenvolvimento (geográfico) desigual*.

É em Marx e principalmente em Lênin que Lefebvre vai apreender o conceito de *formação econômico-social* e desenvolvê-lo a partir de então. Exposta por Marx no prefácio ao *Capital* e nos textos anteriores e preparatórios para o mesmo (como no *Para uma crítica a economia política*) esta noção é retomada por Lênin para pensar nas temporalidades do desenvolvimento social (aí incluída sua economia) que não avançam uniformemente em regiões, cidades e países.

Marx, como sabemos (ver a Introdução do presente trabalho), tinha em conta que o desenvolvimento da sociedade e sua história constituem um todo (uma totalidade), na qual cada momento da história, cada regime ou modo de produção também constitui um todo que se desenvolve sem se separar desse desenvolvimento total. Quando então Marx fala de formação econômico-social ele se refere a uma sociedade, a uma formação (por exemplo, da sociedade capitalista) como um conjunto da história e do desenvolvimento da sociedade. É essa noção de todo, do desenvolvimento social como uma totalidade e do materialismo dialético como método que possibilitará a compreensão do

---

<sup>26</sup> Cf. a segunda parte do livro *Condição Pós-Moderna* sobre as transformações político-econômicas no capitalismo no final do século XX.

desenvolvimento desigual da sociedade capitalista e, no presente caso, do desenvolvimento desigual de uma região como a RMBH.

Em Lênin, a noção de formação econômico-social tem um duplo e profundo significado, metodológico e teórico ao mesmo tempo na composição de cada termo. *Formação* dirá respeito a uma “realidade que se transforma, que evolui e que muda – de uma maneira histórica e objetiva, como uma realidade da natureza”; enquanto o termo *econômico-social* remeterá a uma formação que possui dois aspectos que não se podem separar nem confundir: “*econômico* (forças produtivas, relações práticas dos grupos humanos com a natureza) – *social* (relações dos homens uns com os outros, relações de produção, classes e forças sociais)” (LEFEBVRE, 1969, pg. 189).

Procedendo de Marx, Lênin vai conceber e desenvolver a ideia-conceito de formação econômico-social como um processo de história natural, dotada de *leis naturais*, não como as leis físicas ou químicas, mas leis análogas às leis naturais aqui advindas das relações do homem com a natureza e com ele mesmo.

Estas leis, destaca Lênin, são leis objetivas, uma vez que Marx demonstrou que as relações humanas (sociais) se transformam em coisas, objetos (a mercadoria, o dinheiro, o capital, etc) sendo que esta objetivação é ela própria necessária, pois está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e não são exteriores as relações humanas, mas nascem de seu interior.

São também leis de *tendência e dialéticas*, pois ligam-se a um devir (dialético) da sociedade, *devir* este que não é incerto nem vago, mas envolve a própria essência da lei de tendência, e também comporta as contradições que nascem de seu movimento. Nesse sentido, todas as leis da sociedade capitalista estão assim subordinadas à lei do próprio movimento da sociedade - às leis da formação econômico-social tomada como um todo e posta em movimento pelas suas contradições.

Por consequência, “cada formação econômico-social vai possuir leis específicas, particulares, que se subordinam às leis gerais da formação econômico-social”. A lei mais geral apenas estipula “que o desenvolvimento da sociedade é condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que as relações sociais dependem desse desenvolvimento”, mas não só dele. Elas (as

leis) nos dizem que temos a “formação econômico-social, a história e o desenvolvimento da sociedade como um todo – e as *formações econômico-sociais* como momentos, ou fases sucessivas, os modos de produção, as estruturas sociais, os regimes” (ibid, pg. 198).

A partir do desenvolvimento do conceito de formação econômico-social podemos compreender que “há leis *universais* do devir (dialético) – as leis *gerais* (da formação econômico-social) – e leis *específicas*, próprias de cada época, modo de produção, estrutura ou regime social” (ibid, pg. 198, grifos do autor). São leis que se envolvem, se interpenetram, que se limitam e se excluem, mas são sempre leis do devir, leis em devir e leis no devir e , por causa disso, não são independentes ao tempo, não são eternas e nem imutáveis.

Lefebvre vai argumentar em favor de Lênin que sua grande contribuição ao pensamento (econômico) marxista foi justamente não se limitar a aplicar, pura e simplesmente as ideias de Marx, mas desenvolvê-las e aprofundá-las a partir das experiências de seu momento e de sua realidade social – a Rússia do início do século passado.

Perante uma realidade extremamente diversificada e complexa (crescimento do capitalismo, múltiplas formas de exploração do solo e resquícios feudais) Lênin irá lançar mão da ideia de formação econômico-social para assim formular uma análise que possibilite compreender como formas distintas – econômicas, políticas, sociológicas - se desenvolvem no mesmo “espaço” (o território russo) e ao mesmo “tempo” histórico.

Dessa análise Lênin irá compreender que o desenvolvimento histórico e social não avança uniformemente e que o devir concreto tem um caráter ainda mais complexo que Marx previra em suas obras.

É assim que a formação econômico-social adquire um sentido profundo, vai destacar Lefebvre; a partir dos estudos que Lênin realiza sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Nas palavras de Lefebvre (1969, pg. 199-200)

Da interação do econômico e do social nasce uma formação em sentido pleno: não uma “estrutura” fixa mas uma realidade que se desenvolve como um organismo vivo (embora especificamente humano, histórico e social). Esta formação

arrasta atrás de seu presente atual (a indústria moderna) um imenso passado e, por fim, a história inteira. A formação econômico-social mostra assim uma sedimentação, uma série de camadas sucessivas, datando de todas as épocas: arcaísmos, feudalidade e semifeudalidade, estruturas pré-capitalistas (artesanato, pequena produção), indústria média e pesada... As “estruturas sociais” bem determinadas, e portanto descontínuas, que a análise distingue (a grande nobreza, a grande burguesia, o proletariado) estão assim por dizer recobertas por todas as espécies de transições e de intermediários.

Destes estudos desenvolvidos por Lênin e retomados por Lefebvre aprendemos que o crescimento do capitalismo não se faz só de uma maneira, ele é multiforme e multilateral; algumas vezes ele faz tábua rasa de tudo o que o procedeu, outras vezes ele penetra insidiosamente, mais corrói do que destrói, sujeitando a si o que já era existente. Sob o avanço das relações capitalistas estruturas anteriores ao seu desenvolvimento são *subordinadas* na medida em que persistem.

Nesse ponto Lênin (vai afirmar Lefebvre) amplia a concepção marxiana sobre a contradição fundamental do capitalismo – aquela que se dá entre o crescimento das forças produtivas e as relações de produção – mostrando que este não encontra apenas *limites internos* ao seu desenvolvimento, mas também *externos*, através das geografias históricas, das relações sociais pré-existentes em determinados lugares. O processo dialético que move o desenvolvimento da sociedade burguesa é portanto *externo-interno*.

Desse entendimento podemos compreender que o condicionamento econômico das relações sociais não é simples, imediato e direto; ele é profundamente dialético. Além disso, o acordo necessário entre o econômico e o social – o condicionamento mútuo - será sempre uma lei dialética, de tendência; em verdade, a lei mais geral do desenvolvimento social. Por isso que na ideia-conceito de formação econômico-social a tônica está justamente no *social*, incluindo aí o *político*, que não se separa do econômico e reage profundamente sobre ele. E é justamente dessa tensão, dessa interação contraditória entre o econômico e o social que nascem as forças sociais

(político-econômicas) que podem resolver as contradições nascidas no desenvolvimento social.

Partindo do conceito de formação econômico-social Lênin vai, segundo Lefebvre, conceber a lei do *desenvolvimento desigual* como a grande lei (tendência) da *formação econômico-social* capitalista.

A ideia de um *desenvolvimento desigual* já encontrava-se em Marx, em forma embrionária, uma vez que o método marxista não apreende a unidade sem as diferenças, nem as diferenças sem a unidade. Como Marx deixou sua grande obra sobre o desenvolvimento do capitalismo inacabada o que Lênin faz é demonstrar que uma vez que as leis capitalistas se estabelecem em determinado lugar é necessário sempre levar em consideração as sobrevivências, as transições imbricadas e as diferenças existentes em qualquer sociedade.

São essas sobrevivências e essas diferenciações sociais (históricas, econômicas, políticas, *geográficas*, culturais, etc) que fazem com que o devir histórico se apresente muito mais acidentado para o pensamento. É a lei do desenvolvimento desigual que faz com que países capitalistas não avancem regularmente ou ao mesmo nível; que no mesmo momento histórico (da formação econômico-social) haja países onde as relações capitalistas se apresentem mais agudas, mais desenvolvidas que em outros; da mesma forma que faz com que haja diferenças dentro de um determinado país, de uma região ou mesmo de um ramo de produção. É essa tendência que faz com que países díspares participem do e coexistam no mesmo mercado mundial de mercadorias e capitais. É a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo que faz com que as forças produtivas, as relações sociais e as superestruturas (políticas, culturais) não avancem igualmente, simultaneamente, ao mesmo ritmo histórico requerendo da análise tanto a consciência do todo (da totalidade) quanto das diferenças.

Lefebvre vai então chamar atenção para a impossibilidade de se sobrestimar a importância da lei do desenvolvimento desigual, enquanto lei de um período histórico, de um momento da formação econômico-social, uma vez que não se trata apenas de uma lei econômica ou social, mas estende-se a todos os domínios, incluindo as superestruturas políticas e culturais (ibid, pg. 223). Além disso, vai também destacar que a desigualdade de

desenvolvimento é uma das formas da contradição fundamental do capitalismo sendo sua manifestação evidenciada na desigualdade econômica que se estende, que se aprofunda e que provoca a cada dia novas desigualdades, novas contradições sociais.

Destes dois conceitos – formação econômico-social e desenvolvimento desigual - já apreendemos características importantes: a desigualdade do desenvolvimento é inerente à reprodução global do capitalismo que faz com que, mesmo em uma metrópole como Belo Horizonte, suas regiões se desenvolvam de formas diferentes ainda que sob a influência de relações de um mesmo processo; não obstante, como falamos de uma formação social e econômica falamos de um processo que está em constante movimento, nunca acabado, construindo e desconstruindo, valorizando e desvalorizando, estruturando e *reestruturando* quando necessário à continuidade de sua reprodução.

Frente a esses conceitos, o que fazem autores como Lefebvre - em um primeiro momento - seguido posteriormente por outros como Harvey, Soja, Smith dentre outros? Incorporam-nos (os conceitos) em suas análises sobre a sociedade capitalista (cada um a seu modo, obviamente), elevam-nos a um novo patamar e passam a refletir a partir da ideia de um *desenvolvimento geográfico desigual* e de uma formação econômica e social no qual o espaço e suas características (naturais e sociais) desempenham um papel fundamental na análise.

Nesse sentido, e apesar da amplitude que o termo *urbano* possui no pensamento lefebvriano, porventura não uma das dimensões do conceito de *sociedade urbana* usado por Lefebvre como sendo o de uma formação econômico-social? Se não, vejamos.

No início da obra *O Direito à cidade* Lefebvre (2008, pg. 11, grifos do autor) vai nos apresentar seu projeto sobre a análise da sociedade nascente, a sociedade urbana, delimitando uma de suas características, a sua emergência e atualidade:

“Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se

acentuam de tal modo que se pode definir a *sociedade urbana* como a realidade social que nasce à nossa volta”.

Mais a frente, Lefebvre começa a dar contornos à dimensão socioeconômica que o termo comporta:

“O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se se subordina a vida urbana ao crescimento industrial. Este fornece as condições e os meios da sociedade urbana. Proclame-se a racionalidade industrial como necessária e como suficiente e se estará destruindo o sentido (a orientação, o objetivo) do processo. No decorrer dessas mudanças, a relação entre a industrialização e a urbanização se transforma. A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. *O centro da decisão*, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para *os meios da produção e para os dispositivos da exploração do trabalho* por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão”. (ibid, pg. 137-138, grifos do autor)

Em obra subsequente, no *A revolução urbana*, novamente Lefebvre vai apontar a sociedade urbana como uma formação econômico-social, como um “novo” momento da formação econômico-social capitalista:

“Para denominar a sociedade *pós-industrial*, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: *sociedade urbana*, que designa, mais que um fato consumado, a tendência a orientação, a virtualidade” (2008, pg. 14, grifos do autor).

Poderíamos obviamente trazer outras passagens para ressaltar o que aqui estamos dizendo, mas o mais importante a ser dito é que só podemos compreender a dimensão do conceito de *sociedade urbana* em Lefebvre se tivermos em conta a ideia de formação econômico-social, uma vez que esta

realidade apresentada pelo autor é tanto um fato quanto uma tendência, é tanto uma característica sócio-política quanto econômica, é tanto uma mudança qualitativa quanto quantitativa na reprodução continuada da sociedade.

O conceito de *sociedade urbana* assim entendido desembaraça as compreensões distorcidas sobre ele – como aquelas que o reduzem ao processo de urbanização – e ampliam seu horizonte: pois é na sedimentação do conceito e do processo que encontramos a chave para a compreensão do momento contemporâneo da sociedade e assim procedendo, podemos argumentar em favor de uma reestruturação *urbana, metropolitana, espacial* para os processos em desenvolvimento no vetor norte da metrópole Belo Horizonte, processos esses que são *espaciais*, característicos de um momento em que processos ligados ao fenômeno urbano - ao espaço e o cotidiano produzido pela relações urbanas – se tornam predominantes na reprodução da sociedade.

Quanto a ideia de um *desenvolvimento geográfico desigual* na formação social capitalista podemos retornar a Harvey e a Soja e aos seus esforços de tentar compreender a geografia dos processos de desenvolvimento.

Para Harvey, a existência de um desenvolvimento geográfico desigual na sociedade se dá pelo fato de que

“el capitalismo no se desarrolla sobre una superficie plana dotada por todas partes de materias primas y de fuerza de trabajo homogénea, con vías y medios de transporte en todas direcciones, sino que crece y se extiende dentro de un ambiente geográfico sumamente variado que abarca gran diversidad en la munificencia de la naturaleza y en la productividad de la fuerza de trabajo...” (1990, pg. 414)

características essas que não são um “dom” da natureza, senão de uma história (social) que abarca milhares de anos.

Por se tratar de uma formação, o capitalismo e suas forças internas em expansão atacam, corroem, dissolvem e transformam grande parte das relações socioeconômicas anteriores a eles. Essas estruturas são revolucionadas a medida que se comportam como barreiras a sua expansão ou

são apenas transformadas a medida que são incorporadas pelo processo de reprodução capitalista. Dessa interação entre o precedente – a geografia histórica herdada – e o procedido – o momento do processo de reprodução capitalista – vão se formando as diferenciações geográficas sob a égide do movimento integrador da circulação do capital em geral.

Não obstante, o capitalismo também encontra barreiras dentro da sua própria natureza que o obrigam a produzir novas formas de diferenciação geográfica como estratégias para a superação de tais obstáculos.

Ao fazê-lo, o capitalismo constrói, fragmenta e produz configurações espaciais na distribuição das forças produtivas, criando frequentemente novas diferenciações sociais e regionais (muitas vezes sobre formas antigas), porquanto a mais-valia necessita não só de um tempo necessário, mas também de um território geográfico – de um espaço – para ser produzida. As diferenciações regionais aparecem então como recursos construídos – como ajustes espaciais - dentro do próprio modo de produção capitalista para a continuidade da acumulação e não como resíduos históricos regionais.

Seguindo a mesma linha de pensamento Soja vai argumentar, a partir da posição lefebvriana, que o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo é fruto, ou melhor, é inerente a ele mesmo devido ao seu processo difuso e problemático de espacialização, de sua “sobrevivência” e “crescimento” alavancada pela conquista e ocupação contraditória do espaço.

Para o autor, o processo efetivo de crescimento do capitalismo nunca atinge a igualação setorial e espacial uma vez que a necessidade de extração de “superlucros” acima da média, da formação de regiões “subdesenvolvidas” para a exploração (do trabalho, de recursos, etc) são próprias do movimento do capital em geral. É a própria acumulação de capital, a própria atividade normal dos capitalistas em busca de lucros que produz o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento conjunto e desigual do capital. Em outros termos, é a própria sobrevivência do capitalismo que pressupõe a formação das desigualdades regionais e espaciais.

Essas desigualdades resultarão em uma gama de estruturas e processos geograficamente diferenciados como a produção e extração da mais-valia e das taxas de lucros, a composição orgânica do capital, a paisagem espacial na

forma do ambiente construído, as infraestruturas físicas e sociais, os níveis de tecnologia, etc, o que fará com que a diferenciação regional (espacial) seja a marca distintiva da geografia histórica do capitalismo.

Mas, ao mesmo tempo em que o capital produz a diferenciação geográfica como princípio ativo de seu processo de reprodução, ele faz com que haja uma tendência persistente para a crescente homogeneização e redução dessas diferenças geográficas, pois assim, seu processo de circulação tende a se tornar cada vez mais fluido. *“Essa tensão dialética entre diferenciação e igualação é a dinâmica subjacente do desenvolvimento geograficamente desigual”* vai afirmar Soja (1993, pg. 199), a irrequieta paisagem geográfica apontada por Harvey no qual o capital tem de optar pela preservação ou pelo fim do que já está presente.

Momentos de reestruturação são, portanto, inerentes à geografia do desenvolvimento capitalista, seja porque recorrentemente o capital lança mão de processos de (re)produção espacial para remediar crises ou dar impulsos ao contínuo processo de acumulação; seja porque, por se tratar de uma totalidade em constante movimento, o modo de produção capitalista crie e recrie espaços, paisagens, superestruturas, necessidades, modos de regulação, etc, em concordância com seu momento de reprodução. Ou talvez porque o capitalismo, ao se reproduzir desigualmente e relegar determinada região ao subdesenvolvimento pode, em um momento posterior, dar início a um processo que “recoloque” essa mesma região nos circuitos de valorização do capital, ensejando nela transformações sócioespaciais profundas.

### *2.3. O Estado, o espaço e o planejamento*

Apesar de o subtítulo proposto chamar a atenção para três instâncias, ou três dimensões fundamentais para a perpetuação da sociedade capitalista contemporânea, nosso interesse aqui não será o de debatê-los exaustivamente.

Ainda que temos em conta que o debate crítico sobre cada um deva ser constantemente revisitado pelo pensamento que milita em prol de uma

sociedade diferente da atual<sup>27</sup>, a discussão que procederemos a seguir já parte de pressupostos teórico-metodológicos contidos no pensamento e na crítica de diversos pensadores que se debruçaram sobre a hercúlea tarefa de analisar e tentar compreender a complexa relação existente entre cada um deles e o papel exercido por cada um na reprodução da sociedade contemporânea:

Nesse sentido, a breve discussão que se segue servirá tanto para apresentar um pouco de nossa visão sobre o papel que o Estado e o planejamento exercem na reprodução da sociedade (capitalista) quanto para evidenciar a importância que ambos possuem neste processo de reestruturação ora apresentado.

Sabemos que desde suas reflexões iniciais, Marx tinha uma preocupação premente de compreender o papel exercido pelo Estado no desenvolvimento da sociedade (capitalista) de sua época, tanto que por mais de uma vez prometeu empreender uma análise mais aprofundada sobre este tema, promessa essa que sabemos nunca conseguiu realizar. Mas ao mesmo tempo, nos legou ao longo de sua obra, apontamentos fundamentais para compreender um pouco a natureza e função exercida pelo Estado no desenvolvimento da sociedade.

Em sua “*Crítica da filosofia do direito de Hegel*” (2005) Marx, contrariando Hegel, vai estabelecer que a essência do ser humano é social e não política. São as relações sociais e suas contradições que explicam o Estado, e não o inverso. Para Marx (como também posteriormente para Engels), a realidade humana está mergulhada em uma cisão profunda entre vida pública e a vida privada, entre cidadania e individualidade, cisão esta que agrava a alienação política e abre o espaço para o fundamento (e a fundação) do Estado moderno:

---

<sup>27</sup> O adjetivo *diferente* aqui usado remete a uma sociedade qualitativamente melhor do que atual, sabendo também que esse *melhor* tenha uma profusão de possibilidades. Mas quando falamos *diferente* ou *melhor* pesamos em uma sociedade na qual não haja tanta miséria, tanta exploração e expropriação humana, uma sociedade na qual a democracia seja um fato e não apenas um horizonte a ser alcançado, um constructo social no qual a natureza primeira não seja reduzida à condição de um mero recurso por uma ideologia fundamentada na utopia do ilimitado.

“Assim, o Estado não é, de modo algum, um poder, de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é ‘a realidade da ideia moral’, ‘a imagem e a realidade da razão’, como sustenta Hegel. Em vez disso, o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que a sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado. (ENGELS apud HARVEY, 2005b, pgs. 79 e 80)

Dessa visão “hobbesiana” da emergência do Estado em meio a contradições insolúveis no seio da sociedade conseguimos extrair a ideia fundamental do Estado enquanto um *produto* e um *processo* da sociedade<sup>28</sup>, que se erige acima dela e a domina da mesma forma que o capital que, criado pela ação humana, se transforma em um instrumento de sua própria dominação. E como o Estado exerceria essa dominação? Através das leis, do poder de tributação, do poder de coação, de sua burocracia... e de um “consentimento” social que nos faz remeter a La Boétie<sup>29</sup>.

Para Marx, o Estado moderno não emana de uma racionalidade transcendente, superior à vida social; tampouco ele é interior à sociedade, expressão de sua racionalidade imanente. “A razão do Estado e a razão de Estado, vai nos dizer Lefebvre (1968, pg. 90), provêm de uma sem-razão – de uma maturidade insuficiente – da realidade humana, isto é, social”.

Como o Estado necessariamente se origina das contradições inerentes à sociedade (entre interesses particulares e o da comunidade, entre os conflitos e antagonismos de classes, entre as disputas intra-capitalistas, etc) ele deve

---

<sup>28</sup> “As forças sociais, buscando cegamente seu caminho através de seus conflitos, deixam-se submeter pelo poder político: o Estado.” (LEFEBVRE, 1968, pg. 89).

<sup>29</sup> Cf. *O discurso da servidão voluntária*, (Etienne de la Boétie, 1987).

assumir uma existência “independente” da mesma, como um poder “alienígena” (disse Marx) para garantir o suposto “interesse comum”, para exercer a dominação dos indivíduos e dos grupos sociais.

Por causa disso, dessa propriedade de se colocar acima da sociedade e nela exercer uma forma de dominação - através de seus aparelhos, instituições, da ilusão de sua independência, da ilusão de manifestar o interesse comum e do papel exercido pela ideologia que predomina - o Estado pode servir (e acaba servindo) como instrumento de dominação de uma classe sobre as demais – no caso da sociedade capitalista, a dominação exercida pela classe burguesa;

“O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. O Estado antigo era, antes de mais nada, o Estado dos senhores de escravos, para controlar os escravos, assim como o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão-de-obra assalariada pelo capital. No entanto, ocorrem períodos excepcionais – quando classes antagonicas quase se igualam em forças – em que o poder do estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes” (ENGELS apud HARVEY, 2005b, pg. 80).

Corroborando com essa condição evidenciada por Marx, Lefebvre, em um texto de 1968 [1966], vai argumentar que é justamente no caráter incompleto, no vazio deixado pela *práxis* humana não plenamente realizada que o Estado se estabelece e fornece os meios para que “os homens no poder” se apoderem da “racionalidade inerente à *práxis*”, dirigindo-a “para obtenção de seus próprios fins”, voltando-a “contra o conjunto da sociedade” (LEFEBVRE, 1968 [1966], pg. 90).

O movimento dialético do Estado (e seu papel) vai tornando-se cada vez mais complexo na história social, sendo que este processo (do Estado) de erigir-se acima da sociedade não deve ser encarado como um mero exercício de abstração do pensamento, uma vez que ele (o Estado), no curso de seu desenvolvimento, produz seu próprio suporte social – a burocracia – e seus próprios interesses – ligados a sua própria reprodução e à reprodução das relações sociais de produção.

Para Lefebvre, o Estado moderno detém múltiplos poderes – organização, ideologia, coerção e decisão política – mas apesar deles, ele não pode se abstrair da sociedade real, que lhe serve de base: as classes e as lutas de classes. Conquanto contenha uma realidade distinta, porém não autônoma - embora tendente a tornar-se tal – sua realidade é dependente das relações sociais. Ademais, destaca Lefebvre

“Se, por consequência, o aparelho de Estado tende a se estabelecer acima das classes, nem por isso está menos penetrado pelas classes existentes e seus conflitos. Serve à classe dominante ou às classes dominantes, arbitrando suas rivalidades, quando estas ameaçam a existência da sociedade. Ele é, pois, ao mesmo tempo, o terreno das lutas, sua finalidade, e prêmio final muito disputado” (ibid, pg. 90).

Em estudos posteriores, notadamente nos monumentais *A produção do espaço* e *De L'état* (4 tomos) Lefebvre novamente vai tecer apontamentos fundamentais para a compreensão (marxista) do Estado, não sem deixar de acrescentar novos elementos para esta análise, como por exemplo, o papel que o espaço e sua produção exercem no desenvolvimento da forma estatal.

No *A produção do espaço* (2006, pg. 340, 341) Lefebvre vai, então, nos dizer:

“O que é o Estado? Um quadro, dizem os especialistas ‘politicólogos’, o quadro de um poder que toma decisões, de sorte que interesses (aqueles de minorias: classes, frações de classes) se impõem, a tal ponto que eles passam por interesses gerais. De acordo, mas é preciso ajuntar: *quadro espacial*. Se

não se tem em conta este quadro espacial, e sua potência, não se retém do Estado senão a unidade racional, volta-se ao hegelianismo. Somente os conceitos do espaço e de sua produção permitem ao quadro do poder (realidade e conceito) atingir o concreto. É neste espaço que o poder central se erige acima de todo outro poder e o elimina”.

Para o pensador francês, somente tendo em conta o “quadro espacial”, ou seja, o espaço socialmente produzido, assim como o é o próprio Estado, é que podemos compreender este último: como uma potência – lócus do político e do poder - que se erige sobre uma base concreta, uma base socioespacial.

Posteriormente, com a publicação dos 4 tomos sobre o estudo do Estado<sup>30</sup>, Lefebvre retoma a tese acima esboçada, especialmente no V capítulo (*L'espace et l'état*) do IV volume (*De L'état: Les contradictions de L'état moderne*, 1978), reafirmando a intrínseca relação estado-espaço na sociedade contemporânea.

No transcorrer desse estudo aprendemos que o Estado se ligaria ao espaço por uma relação complexa desde o princípio (e no decorrer) de sua gênese. De início, essa relação se estabeleceria com a construção do *território nacional*, através da produção de um espaço “físico, marcado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: estradas, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas

---

<sup>30</sup> O 4 tomos da obra *De L'état* constituem uma fonte imprescindível para a compreensão do Estado, de sua história (complexa, multiforme e desigual) e de seu papel na sociedade contemporânea. Neles, Lefebvre parte do que chama de *mundialização do Estado*, um fenômeno extraordinário que permitiu não a formação de um *Estado mundial*, mas na generalização do Estado, entendido como forma do político, na escala do planeta, constituindo um *sistema mundial dos Estados*. Dos diversos temas abordados pelo autor encontramos argumentações sobre a produção política das relações sociais (do Estado como produtor e reprodutor das relações sociais); da generalização das relações contratuais e institucionais na sociedade capitalista, que tornam imprescindíveis a ação do Estado; do Estado enquanto o fomentador da equivalência entre os desiguais, da homogeneização e da hierarquização social; de um *Modo de Produção Estatista* (MPE) quando o Estado penetra em todos os poros, em todas as camadas da vida social, sedimentando a “sociedade burocrática do consumo dirigido”, termo cunhado pelo próprio autor em um momento anterior de seus estudos sobre a vida cotidiana; da função da burocracia e da tecnocracia (como agentes do terror) nas sociedades contemporâneas, da crise do Estado através da emergência das diferenças, etc. Enfim, uma gama expressiva de teses, análises, proposições, apontamentos que nos limites do presente trabalho não terão por nossa parte uma apreciação mais detalhada e aprofundada, apesar de merecida, sendo que nossa atenção ficará voltada para a temática acima apresentada.

aéreas, etc” (LEFEBVRE, 1978, pg. 259). No decorrer desse processo “l’État qui a la ville pour centre” ensejando novas relações (e contradições) entre a cidade, o campo e o próprio Estado, transformando as (grandes) cidades nos centros de controle de um território dominado.

O Estado também se ligaria ao espaço através da “produção de um espaço social propriamente dito, edifício de instituições hierarquizadas, de leis e convenções sustentadas por valores veiculados pela língua (idioma) nacional” (ibid, pg. 260). Para Lefebvre, toda esta arquitetura social (o espaço das instituições, do poder), toda esta monumentalidade (espacial e política) constitui o *próprio Estado*, “a abstração concreta, plena de símbolos, sede de uma circulação intensa de informações e mensagens, de representações, de ideologia, de um saber ligado ao poder” (ibid, pg. 260).

O Estado ocuparia igualmente um “espaço mental”, que não se confunde nem com o espaço físico nem com o social, mas dos quais não se pode separar. Adviria daí o discernimento entre os *espaços de representação* (o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, espaço dos habitantes, modificado pela imaginação e apropriado pelos “usuários”) e as *representações do espaço* (o espaço concebido, aqueles dos cientistas, dos planejadores, dos tecnocratas; o espaço de um determinado modo de produção).

Desses apontamentos provisórios concluímos que para Lefebvre a existência do Estado – território de uma nacionalidade construída – só pôde ser concretizada através da dominação e produção de um determinado espaço. Posteriormente, o Estado se volta dialeticamente sobre suas próprias condições e antecedentes históricos, para então lhes transformar:

Ele (o Estado), engendra as relações sociais no espaço; ele produz um suporte, um espaço, seu espaço, ele mesmo complexo, regulador e ordenador do espaço nacional que tende a explodir... O espaço produzido pelo Estado deve se dizer *político*, com suas características próprias e com seus objetivos específicos. Ele reorganiza as relações (sociais de produção) em função do *suporte* espacial... Ele tende a reconduzir não somente as relações sociais inerentes à produção industrial, mas

as relações inerentes à hierarquia dos grupos sociais em seus lugares. Ao caos das relações entre os indivíduos, os grupos, as frações de classe e as classes, ele tende a impor uma racionalidade, a sua, que tem no espaço um instrumento privilegiado (ibid, pg. 262, grifos no original).

De condição primeira, o espaço torna-se para o Estado também produto, produzido por relações sociais que já não são apenas mera reprodução da base econômica, das forças produtivas, mas são relações sociais produzidas e conduzidas *politicamente* também pela ação do Estado.

Essas novas relações, por sua vez, engendram transformações no modo de produção capitalista, sendo que seu desenvolvimento histórico, sua ampliação e sua extensão pelo mundo já não pode mais ser desvinculado do crescimento e fortalecimento do Estado e de seu papel na reprodução da totalidade social, assim como não deve ser desvinculado do próprio *espaço social* que surge dessas transformações.

O espaço que emerge desse cenário, cujo Estado é seu grande *gestor* e um dos seus principais produtores, é o espaço do capitalismo. Para Lefebvre, somente podemos compreender este conceito (o de modo de produção capitalista) se o relacionarmos também a seu espaço correspondente, assim como o fizemos em relação ao desenvolvimento do Estado. Se assim não o fizermos, nossa análise não será suficiente:

“O MPC (modo de produção capitalista) se define também pela produção de relações sociais e políticas, *pelo Estado e pelo estatismo*. Ele se define enfim pela produção de um *suporte espacial* (suporte das relações de produção e de seu acompanhamento ou reprodução)”. (ibid, pg. 304, grifos nosso)

Mais a frente Lefebvre reitera:

O MPC (modo de produção capitalista) em seu desenvolvimento produz seu espaço, como *produto social*. Ele utiliza a partir de certo nível (de crescimento das forças produtivas) o espaço pré-existente, mas não se contenta. Primeiro, ele incorpora as áreas

devastadas dos espaços antigos (a natureza, o campo, as cidades históricas); ele investe o saber no gerenciamento de mais e mais espaço conquistado (o solo, o subsolo e seus recursos, o espaço aéreo). Ele produz seu próprio espaço...

As características desse espaço produzido pelas relações capitalistas e estatais nós já conhecemos: fragmentado, feito em pedaços, parcelado para a venda, hierarquizado e que tende ao homogêneo. Mas como o espaço poderia ser ao mesmo tempo fragmentado e homogêneo, pergunta o autor? Não seria isso um absurdo, uma impossibilidade? Para Lefebvre não, porque o poder do Estado consegue “administrar” essas incoerências, regular (incompletamente) através de sua força (instituída) essas contradições.

Desses apontamentos gerais esboçados em relação ao Estado moderno gostaríamos de destacar pelo menos algumas de suas características que foram e são essenciais para a manutenção da ordem burguesa até então, a saber - seu caráter ordenador/organizador e mantenedor das relações capitalistas - e que mais a frente servirão de base para nossa argumentação sobre a emergência das práticas de planejamento territorial e, mais especificamente, sobre o atual processo de reestruturação metropolitana.

Já em Marx e Engels encontramos apontamentos rumo a esta caracterização. Diante de um quadro social mergulhado em jogos de interesses e conflitos dos mais variados, no qual o caráter classista das relações capitalistas de produção determinam as contradições que se apresentam mais agudas, os pensadores alemães (2001, pg. 74) vão argumentar em relação a um Estado que não é outra coisa “senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente”.

Há, portanto, uma conseqüente dependência do capital e dos próprios capitalistas em relação ao Estado, na medida em que este último é o mantenedor “final” das relações sociais (de produção) existentes, das condições gerais de existência da formação econômica e social capitalista:

“Em geral, o Estado, e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito á propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão dentro do campo de ação do Estado” (HARVEY, 2005b, pg. 84).

Como as relações capitalistas de produção e circulação são “naturalmente anárquicas”, uma vez que estão fundamentadas na competição, o Estado, no capitalismo, deve funcionar (pelo menos minimamente) também como um veículo pelo qual os interesses capitalistas se realizem em todos os campos da economia (e da vida), desde a produção, a troca e a circulação. Ele, portanto, deve desempenhar um importante papel na

“regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sobre os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo” (ibid, pg. 85)

Dessa caracterização, Harvey vai então desdobrar outras duas análises indispensáveis sobre esta interdependente relação entre o Estado e a formação capitalista.

Para o autor inglês, essa forma de Estado – que se pode chamar de *democracia social burguesa* – “está bem aparelhada para satisfazer as

exigências formais do modo capitalista de produção”. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que o Estado incorpora “uma poderosa defesa ideológica da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos”, ele também se coloca como protetor do direito de propriedade e de exploração, pelo capital, da força de trabalho (transformada em mercadoria). Na generalização das relações de troca, ele permite o florescimento de uma liberdade ambígua, que inclui “liberdade de consciência, expressão e emprego”, ao mesmo tempo em que incorpora a liberdade “para explorar, para obter lucros privados à custa do próprio Estado e para monopolizar os meios de produção” (HARVEY, 2005b, pg. 86).

Sob a *democracia burguesa*, uma (aparente) separação entre os interesses privados (a esfera econômica) e as necessidades comuns (representados pela própria “figura” do Estado, a esfera política) se realiza, sendo que o direito de propriedade constituiria a base da esfera econômica enquanto o sufrágio universal a do poder político, sendo a relação entre ambos obscurecida pela ideologia da neutralidade estatal<sup>31</sup>.

Por causa disso (dessa relação dialética entre o econômico, o político e o social), os mecanismos de dominação de classe no “Estado democrático burguês” seriam ainda mais difusos e sutis. A fragmentação do próprio Estado em diversas instituições (governo central, burocracia administrativa, governos locais, assembleias legislativas, etc) constituiria, por exemplo, um obstáculo para que qualquer fração de classe exercesse o controle total de todos os instrumentos de dominação de classe (apesar da possibilidade de uma ditadura militar “burguesa” como a ocorrida no Brasil). A tripartição dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) configurar-se-ia como um sistema de “freios e equilíbrios, para impedir a concentração do poder político nas mãos de algum subgrupo” (ibid, pg. 87)

Por sua vez, a hegemonia exercida pela classe dirigente sobre o Estado adviria de um sistema político que ela conseguiria controlar apenas de modo indireto. Baseando-se em Gramsci e em seu conceito de hegemonia, Harvey vai então nos dizer que para preservar sua hegemonia na esfera política, a

---

<sup>31</sup> Para Poulantzas (1980, pg. 23) a separação entre Estado e economia “é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção [da existência] e, dessa maneira, em sua produção”.

classe dirigente (a burguesia) muitas vezes tem que fazer “concessões” que não são de seu interesse (econômico) imediato<sup>32</sup> como, por exemplo, fornecer “padrões mínimos de vida e condições de trabalho” para a classe trabalhadora, etc.

O delicado equilíbrio entre o “consentimento da maioria dos governados” e o “interesse distintivo da classe dirigente” “se resolve apenas se o Estado se envolver ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas” (ibid, pg. 87). Através da ideologia, que o poder estatal utiliza para “influenciar a educação e controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações” e da internalização de mecanismos políticos que refletem a luta de classes entre capital e trabalho e que permitem organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores, o Estado consegue tanto receber “a obediência genérica das classes subordinadas” quanto controlar e organizar o consumo e proporcionar certa estabilidade ao mercado e a acumulação (HARVEY, 2005).

Corroborando com essa posição de inspiração gramsciana Poulantzas em *O Estado, o poder e o socialismo vai*, com outras palavras, reafirmar essa contraditória relação:

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso*, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (Poulantzas, 1980, p. 36, grifo do autor).

É desse entendimento que a clássica definição de Poulantzas sobre o Estado emerge, ou seja, a de que ele (o Estado) deve ser entendido como uma

---

<sup>32</sup> O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (Poulantzas, 1980, p. 213).

relação, “mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (ibid, 1980, p. 147).

Apesar do pensamento de Poulantzas se abrir para a possibilidade de mudanças na *geografia do poder* a partir desse jogo de forças sociais (dessa disputa entre classes), o próprio autor reconhece que a análise das funções do Estado (e do poder) capitalista não pode se circunscrever apenas a questões da economia, a seu relacionamento com as relações de produção e com a divisão social do trabalho, pois em cada fase ou estágio do capitalismo, as ações estatais em seu conjunto e de modo específico, “quer se trate da violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização do espaço e do tempo ou da criação do consentimento” (Poulantzas, 1980, p. 187), se inscrevem conjuntamente à reprodução da sociedade.

Por isso que o caráter *espacial* dado por Lefebvre para a análise do Estado e do Capitalismo se faz tão necessário, uma vez que é nele e através dele (do espaço) que a lógica ordenadora da reprodução capitalista se expressa tão bem, através do controle dos tempos, da vida cotidiana<sup>33</sup>, do exercício do poder pela dominação e subordinação da sociedade civil ao próprio Estado e aos ditames da acumulação (levadas ao extremo pela ordem burguesa). Lefebvre chega mesmo a argumentar no *L'état* (1978) que a partir de certo momento o capital passa a “investir” no Estado para que esse assegure as condições de reprodução das relações de dominação (pg. 308). Dessa forma, as características do/no espaço (homogeneização, fragmentação e hierarquização) passam à condição de *estratégias* do Estado moderno para exercer essa dominação, na medida em que promovem uma ruptura e uma fragmentação das oposições, repartindo e “excluindo” as pessoas em *guetos*; uma hierarquização dos lugares em relação aos poderes; e um controle de tudo e todos através de uma vida cotidiana “programada”.

Dessa relação conflituosa (porque dialética) entre o Estado, os interesses privados e o espaço, cujo caráter ordenador e organizador que o

---

<sup>33</sup> Cf. “La vida cotidiana en el mundo moderno” (LEFEBVRE, 1972).

Estado exerce sobre as relações sociais capitalistas<sup>34</sup> foi por nós brevemente destacado, tem nas práticas do planejamento territorial (ou o urbanismo) uma das principais “ferramentas” para o desenvolvimento de uma espacialidade “correspondente” as necessidades da acumulação e da reprodução do próprio Estado.

Nesse sentido, dizer que alguma ideia de planejamento territorial - na forma de planos urbanos, por exemplo - seja fruto da modernidade capitalista é cair no engano, pois como nos diz Bloch em seu magnífico *O princípio esperança*, a própria “antiguidade” nos legou “nítidas plantas de cidades”, desde Aristóteles que menciona, por exemplo, “um arquiteto de nome Hipódamo cuja obra se tornou memorável pela duplicidade de planejamento arquitetônico e político” à Idade Média, “rica em planejamento urbano *sui generis*” (BLOCH, 2006, volume II, pg. 291 e 292). Mas foi somente no século XIX, com o advento do “cálculo capitalista, esse reverso da sociedade comercial, que levou ao surgimento de utopias urbanas racionais de forma particularmente numerosa”, fazendo prosperar uma verdadeira “matemática urbana de planejamento” e a “utopia moderna da ordem característica de todos os planos urbanos da Idade Moderna” (ibid, pgs. 292; 295).

Sabemos com Benévolo (*As origens da urbanística moderna*) e Munford (*A cidade na história*) que as práticas do planejamento, do urbanismo dito moderno, não surgiram contemporaneamente aos processos técnicos e econômicos que deram origem à cidade industrial, mas formaram-se posteriormente, “quando os efeitos quantitativos das transformações em curso se tornaram tão evidentes e entraram em conflito entre si, tornando inevitável uma intervenção reparadora” (BENÉVOLO, pg. 9).

São nas ruas tortuosas e infétidas das *Coketowns* europeias, lugares que, como aponta ironicamente Munford (pg. 567), se especializaram na

---

<sup>34</sup> Poderíamos, obviamente, trazer para a discussão questões relacionadas, por exemplo, à emergência dos modelos fordista/keynesiano (nos EUA nos anos do pós-guerra), ou do estado do bem-estar social (na Europa), ou do modelo desenvolvimentista (no Brasil); ou ainda do próprio estado neoliberal, que como bem destaca Harvey (2004 e, principalmente, 2008) sempre precisou de recorrer a força e à violência (ele o chama de neoconservadorismo) para colocar em prática o receituário neoliberal, como forma de ilustrarmos esse papel “ordenador” desempenhado pelos Estados (nacionais) em relação à sua “base” econômica capitalista. Mas como nosso objetivo aqui não é o de debater essas questões exaustivamente, nos ateremos mais às questões relacionadas as questões do planejamento urbano.

produção de “maus rapazes” e nos quais o jovem Engels, com um misto de admiração e perplexidade em seu ensaio sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, nos descreve as condições de exploração, miséria e aviltamento pelo qual a classe operária estava obrigada a “sobreviver”, que vê emergir a racionalidade urbanística.

Benévolo vai então nos falar que é diante desse quadro (degradante e grotesco), pintado pelo crescimento descomunal e acelerado da cidade industrial, que as primeiras tentativas para corrigir esses “males” são apresentadas, polarizando-se em dois grupos principais: de um lado estavam aqueles que defendiam a “necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria” (BENÉVOLO. pg. 9), aos quais participavam os chamados utópicos como Owen, Saint-Simon, Fourier, Cabet, Godin, dentre outros.

Ao segundo grupo pertenciam os “especialistas e funcionários” que introduziram “na cidade os novos regulamentos de higiene e as novas instalações e que, tendo de encontrar os meios técnicos e jurídicos para levar a cabo estas modificações, deram efetivamente início à moderna legislação urbanística” (ibid, pg. 10).

Com Mumford e sua visão reformista, aprendemos que este início das práticas de planejamento constituiu-se em um verdadeiro “contra-ataque” aos problemas surgidos do crescimento desmesurado das cidades sob o capitalismo industrial, ao ponto de afirmar que “talvez a maior contribuição dada pela cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra os seus próprios maiores descaminhos (pg. 603)”. Em outras palavras, para Mumford além de “técnica” o urbanismo surge praticamente como uma “benção” para colocar em “ordem” o que o capitalismo industrial havia colocado em “desordem”.

Para ficar apenas nestes dois autores que com suas obras buscam nos situar historicamente à emergência das práticas do planejamento, não há como não extrairmos dessas análises – mesmo porque elas ficam evidentes – a natureza ordenadora, ou o compromisso ordenador do planejamento (urbanismo) com a ordem capitalista. Há, em ambos os autores, o claro reconhecimento de que o urbanismo, nascido das tramas “irracionais” da sociabilidade capitalista industrial, vinha incumbido com a “progressista” tarefa

de colocar ordem ao caos urbano de então. Apesar de Benévolo dar um passo além, e reconhecer o caráter *político* das práticas do planejamento – reconhecimento este que não fica evidente em Munford – é também em suas palavras que encontramos as (reais) esperanças depositadas sobre o planejamento: “Ainda hoje a técnica urbanística se encontra normalmente atrasada relativamente aos acontecimentos que deveria *controlar*”... (pg. 09, grifo nosso).

O fato é que logo após de iniciadas, as práticas urbanísticas passam ao controle do Estado, que apesar de reforçar (e querer transparecer) apenas os aspectos técnicos do planejamento, descobrem nele (no planejamento) um caráter *político-estratégico*.

Bastaram as revoluções de 1848 na Europa para que nos vinte anos subsequentes surgissem as primeiras grandes intervenções urbanas, ligadas largamente ao novo conservadorismo (político-estatal) europeu:

“Napoleão III em França, os jovens Tories guiados por Disraeli em Inglaterra, Bismarck na Alemanha depressa se dão conta da importância que uma política orgânica de obras públicas pode ter para a estabilidade política dos respectivos países; as reformas parciais, mesmo as elaboradas pela oposição de esquerda, podem ser promovidas para evitar uma pressão demasiado forte sobre as instituições a conservar” (BENÉVOLO, pg. 116).

Desses, talvez o exemplo mais extraordinário seja o produzido em Paris, através das intervenções conduzidas pelo Barão de Haussmann a mando de Napoleão III, responsáveis por criar um *novo espaço urbano*, condizente às necessidades do Estado vigente:

“O que dizer, agora, do urbanismo haussmaniano, senão o que já se sabe? Estripação de Paris de acordo com uma estratégia, expulsão do proletariado para a periferia, invenção simultânea do subúrbio e do habitat, aburguesamento, como despovoamento e apodrecimento dos centros. Acentuemos, no entanto, alguns aspectos desse pensamento urbanístico. Ele encerra uma lógica inerente à estratégia de classe e pôde levar

ao limite essa coerência racional, vinda de Napoleão I e do estado absoluto. Haussmann talha, implacavelmente, linhas retas no tecido urbano. Uma tal racionalidade só pode emanar de uma instituição. É a mais alta, a instituição suprema, que intervém: o Estado” (LEFEBVRE, 2008, pg. 101, 102).

A partir de então, podemos dizer que as práticas de planejamento se confundem com as ações dos Estados nacionais, que veem, progressivamente, aumentarem sua importância na manutenção da sociabilidade capitalista e na reprodução das relações de produção. Como o ideário do planejamento remete sempre a uma “preparação para o futuro”, à construção (prévia) de cenários que possam posteriormente ser (de certa forma) *controlados*, o planejamento torna-se imprescindível para as ações do Estado, quer sejam estas aplicadas em nível macro - nacional e estadual - através da construção de grandes obras públicas, do provimento das *condições de gerais de produção*; quer no nível micro - das cidades e metrópoles – através dos planos urbanos e metropolitanos de “ordenamento e desenvolvimento”.

Talvez seja por isso que, mesmo tendo sido “capitaneado” pelos aparelhos de Estado, tecnicamente e ideologicamente a racionalidade urbanística nunca tenha perdido de vista seu “corolário” utópico-ordenador, ou seja, a utopia de que a construção (ideal) de um espaço pré-concebido e previamente organizado - de cima, pela força do Estado, por exemplo - consiga produzir novas relações sociais (principalmente relacionadas ao crescimento econômico). Como essa característica – a de prover, dominar, controlar e produzir espaço – torna-se também inerente ao poder de Estado, o planejamento encontra um “porto-seguro”, um garantidor de suas ações.

Nesse sentido, Harvey (2004) vai então nos dizer que seja desde as “utopias de forma espacial” concebidas no século XIX (como as de Ebenezer Howard, de Robert Owen ou de Fourier) como as “nascidas” no século XX com a Bauhaus de Frank Lloyd Wright e Le Corbusier (e o urbanismo modernista/funcionalista<sup>35</sup>) que boa parte daquilo que se passa por

---

<sup>35</sup> Segundo CHOAY (2003) o urbanismo progressista modernista enquanto prática de planejamento deve ser entendido como a tentativa de promover uma aproximação entre as ideias advindas da indústria moderna (entendida como o marco fundamental de rompimento

planejamento urbano ou de cidades tenha sido “infectado” ou inspirado por estes modelos utópicos de pensamento:

“Todos os grandes planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos do século XX dedicaram-se a suas tarefas combinando um intenso imaginário de algum mundo alternativo (tanto físico como social) com uma preocupação prática com a engenharia e reengenharia de espaços urbanos e regionais de acordo com projetos radicalmente novos” (HARVEY, 2004, pg. 214).

No entanto, Harvey vai além! Para o autor inglês em todas essas formas de “utopia espacial” existe um aspecto extremamente importante que não deixa de se refletir sobre os processos de planejamento territorial existentes desde então: a relação entre o espaço e o tempo, entre a geografia e a história, neles propostos. Em outros termos, para Harvey, sempre existe em cada proposta de planejamento territorial, em maior ou menor medida, a ideia de que a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social – a história real – pode ser suprimida ou controlada, ao passo que a estabilidade social pode ser garantida por uma forma espacial fixa, por um espaço previamente idealizado<sup>36</sup> (HARVEY, 2004).

---

com o passado) com os novos padrões concebidos para a organização espacial. Nesse sentido, algumas de suas premissas principais traziam as ideias de ordem, de eficácia, de funcionalidade e de racionalidade como norteadoras para o “novo planejamento”: “a cidade do século XX precisa realizar, por sua vez, a revolução industrial: e não basta empregar sistematicamente os materiais novos, aço e concreto, que permitem uma mudança de escala e topologia: é preciso, para obter a “eficácia” moderna, anexar os métodos de estandarização e de mecanização da indústria” (pg. 20). O urbanismo modernista passou a pensar e a incidir sobre o espaço urbano com a concepção do homem-tipo, das necessidades humanas universais que devem ser atendidas pela prática do planejamento: “habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito” (ibid, pg. 21). São essas as necessidades que devem, portanto, nortear a lógica da organização espacial de todas as sociedades humanas, industriais e modernas. Frank Lloyd Wright com seu projeto de *Broadacre City* e Le Corbusier em “*The city of tomorrow*” constituem os pilares dessa prática de planejamento que viu nas obras desse último a base fundamental da teoria urbana incorporada à *Carta de Atenas*.

<sup>36</sup> Em um momento anterior de sua obra, mais precisamente no livro em que inicia sua guinada ao pensamento marxista, Harvey (1980, pg. 265), em seu diálogo com Lefebvre no tocante à questão do urbanismo, já apontava para o caráter ideológico-utópico-ordenador do mesmo quando escreve que “o urbanismo não é meramente uma estrutura decorrente de uma lógica

Essa provavelmente seja uma das características fundamentais na crítica radical que Lefebvre (2008) exerce sobre as práticas do planejamento (urbanista). Para o filósofo francês há no urbanismo (notadamente aquele inspirado pelo movimento modernista/progressista/funcionalista) um caráter ilusório em sua tentativa de se tornar um saber científico que abarcará em seu “sistema” a totalidade das relações sociais urbanas, suplantando a prática urbana por representações e modelos da realidade sem, contudo, compreendê-la. Para o autor:

“Como filosofia clássica, o urbanismo considera-se sistema. Ele pretende abraçar, abarcar, possuir uma totalidade nova. Ele se considera filosofia moderna da *Cité*, justificada pelo humanismo (liberal), justificando uma utopia (tecnocrática)” (2008, pg. 138).

Tal ilusão se vincularia também ao pensamento tecnocrático (do urbanismo oficial, de Estado) sobre o espaço. Pois esse pensamento, assim como discutido no capítulo I, seria justamente aquele que “oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias” (ibid, pg. 139). Ao não compreenderem o espaço como um produto (social), que resulta das relações de produção, os urbanistas acabam por ignorar que eles próprios figuram nas relações de produção, pois “obedecem uma *commande* [encomenda] social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse objeto de troca: o espaço” (ibid, pg. 140).

Por consequência, o urbanismo adquire um duplo caráter, dos quais não se pode dissociar: ao mesmo tempo ideologia e superestrutura.

Enquanto ideologia, o urbanismo possui a tarefa de encobrir a “gigantesca operação” de dominação e produção do espaço exercido pelas relações sociais (de produção) capitalistas e pela ação estatal. Como vai nos dizer Lefebvre, ele (o urbanismo, o planejamento) “dissimula seus traços

---

espacial. Ele está ligado a ideologias específicas (...) e, por isso, tem certa função autônoma em moldar *o modo de vida de um povo*” (grifo nosso).

fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço...” (ibid, pg. 141). É através da ideologia urbanística e de sua aplicação que o valor de uso do espaço é posto de lado em favor do valor de troca, reduzindo a prática urbana – do *habitar*<sup>37</sup>, da *poiésis*<sup>38</sup> - no simples *habitat*, no espaço da prática industrial, da mercadoria, da homogeneização redutora que restringe o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se, encerrado em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar” (LEFEBVRE 1999, pg. 80 e 81). Na forma de *superestrutura* da sociedade no capitalismo tardio, “o urbanismo organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e do habitat. Enquanto superestrutura, ele se distingue, e é preciso distingui-lo fortemente, da prática, das relações sociais, da própria sociedade” (ibid, pg. 147). Ele se relaciona com o econômico e com o político e a eles se subordina, tornando-se “funcional” para as práticas que incidem sobre o social (a sociedade civil), mas não sem conflitos. Porque entre os interesses ditos “privados” e os interesses do próprio Estado emergem contradições, na medida em que esses (interesses) se tornam conflitantes, quando, por exemplo, as ações do Estado (na forma de leis, regulamentações, intervenções, etc) colocam limites a própria atuação dos capitais. Lefebvre vai então nos dizer que

“O urbanismo se vê atezado entre os interesses particulares e os interesses políticos, entre os que decidem em nome do ‘privado’ e os que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes. O urbanista se insinua entre ambos, na fissura entre promotores imobiliários e poderes, quando há fissura (ibid, pg. 143)

---

<sup>37</sup> Heidegger vai nos dizer que “somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir”, e não apenas coisas, mas um deixar-habitar privilegiado, do homem consigo mesmo, com seu pensamento e com seu espaço. (HEIDEGGER, 2002). Pois, por mais que se fale em uma crise habitacional, “por mais difícil, angustiante, avassaladora e ameaçadora seja a falta de habitação, a crise propriamente dita do *habitar* não se encontra, primordialmente, na falta de habitações. A crise propriamente dita do *habitar* consiste em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do *habitar*, consiste em que os mortais devem primeiro aprender a *habitar*” (pg. 140, grifos nosso). Enfim, como nos diz Hölderlin “habitar como poetas”.

<sup>38</sup> Cf. o conceito de *poiésis* no livro *Metafilosofia* (LEFEBVRE, 1967).

Nesta dialética entre Estado e capital privado, cujo espaço socialmente produzido emerge como uma instância privilegiada de *ação*, a sociedade dita civil aparece quase como um *resíduo*. Passiva e em silêncio ela (a sociedade) deixa-se dominar. Como mera expectadora no “palco do mundo” ela assiste, continuamente, o Estado “separar, dispersar, abrir amplos vazios – as praças, as avenidas – à sua imagem, a da força e da coação” (LEFEBVRE, 1999, pg. 147), politizando e dominando o espaço através da ideologia e da prática do urbanismo reduzido a um urbanismo de classe (dominante), “superestrutura” de poder (de classe) e de dominação.

Com efeito, as relações entre o Estado, o planejamento, o capital privado e o espaço se complexificam, na medida em que a interdependência entre eles aumentam. Mas apesar de termos em conta o panorama geral desse complicado processo, seria errôneo reduzi-lo, por exemplo, a momentos de causa e efeito, ao Estado apenas como um epifenômeno das relações capitalistas, a uma não dependência do capitalismo em relação ao Estado (como apregoa o movimento neoliberal), etc.

Quanto ao processo de reestruturação aqui estudado, podemos dizer que o Vetor Norte da RMBH surge na cena contemporânea como um grande palco para observarmos muitos desses processos em ação. Começando pelo (re)interesse por um planejamento de cunho metropolitano, passando pelas intervenções infraestruturas levadas a cabo pelo Estado e por algumas ações do capital privado (notadamente o imobiliário) o Vetor Norte pode justamente nos fornecer a empiria para os processos em questão, e é justamente esse o percurso apresentado no próximo capítulo.

### CAPÍTULO III: ESPACIALIZANDO A REESTRUTURAÇÃO: O VETOR NORTE DA RMBH

O Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, espacialidade escolhida para o desenvolvimento da presente pesquisa<sup>39</sup>, configura-se no momento atual como um dos espaços privilegiados de um processo de reestruturação sócioespacial que vem se desenvolvendo na metrópole Belo Horizonte. Nele, uma multiplicidade de espaços e tempos, advindos de diferentes temporalidades fazem-no heterogêneo e complexo, permeado de contradições sócioespaciais que re-emergem neste cenário da reprodução social contemporânea.

Produto de um contraditório processo de urbanização e expansão metropolitana, podemos dizer que o cenário urbano contemporâneo do Vetor Norte da RMBH é marcado pela *transformação*. Nele, empreendimentos estatais e privados erguem-se a uma velocidade que o expectador mais desatento ao cotidiano dessa região espanta-se com a magnitude dessas mudanças.

A hipótese da *reestruturação*, portanto, não se faz a revelia do que já vem se desenvolvendo. A espacialidade do Vetor Norte, com toda a sua complexidade e multiplicidade, vem sofrendo modificações que mesmo que ainda não sejam tão agudas e abrangentes, ou seja, ao ponto de modificarem por completo o quadro social da região, apontam para uma *tendência* que nos permite pensar no desenvolver de um processo que perdurará por mais tempo e talvez produza transformações ainda mais significativas na região estudada.

O que o momento nos permite analisar (e ele nos permite muita coisa) limitar-se-á no presente capítulo a uma reflexão sobre alguns dos processos (e projetos) que acreditamos serem *estruturantes* e sobre alguns dos principais atores e agentes envolvidos nessas transformações, não nos esquecendo, é claro, de evidenciar o papel que o *espaço* possui nisso tudo.

---

<sup>39</sup> Nos limites do presente trabalho o Vetor Norte da RMBH envolverá os seguintes municípios: o setor norte do município de Belo Horizonte e as cidades de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Jaboticatubas, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, São José da Lapa e Confins. Além dessas, os municípios de Betim, Contagem e Sabará também aparecerão em alguns momentos do estudo, apesar de suas não-localizações nessa espacialidade.

Pois, na verdade, acreditamos que foi e tem sido justamente o espaço (sua mobilização, seu planejamento e sua produção) a dimensão essencial que tem possibilitado o desenvolver desse processo de reestruturação, principalmente quando observamos que muitos dos projetos articulam-se em torno de interesses ligados a processos de modernizações espaciais a fim de “atualizarem” a infraestrutura local para novas formas (ou etapas) do ininterrupto processo de acumulação.

### 3.1. Gênese e formação do Vetor Norte da RMBH

Podemos dizer que a gênese do Vetor Norte, assim como de outras periferias metropolitanas brasileiras, liga-se fundamentalmente aos processos de modernização econômica e de expansão metropolitana que se iniciaram no Brasil em fins da década de 1940 caracterizados pelo aporte de investimentos públicos em infraestruturas físicas e sociais a fim de responderem às exigências do processo de industrialização<sup>40</sup> e pela produção, em massa, do chamado loteamento popular onde frações da riqueza socialmente produzida puderam ser apropriadas pela manipulação da renda fundiária urbana.

No presente caso, tais processos adquiriram maior vigor com a criação da *Cidade Industrial Juventino Dias* no então distrito de Contagem (dando origem ao Vetor Oeste de expansão da metrópole), empreendimento este que viria a redefinir o caráter industrial de Belo Horizonte (e de Minas Gerais)<sup>41</sup>; e da Avenida Antônio Carlos e do Complexo da Pampulha na região norte de Belo Horizonte, indutores iniciais do processos de ocupação do Vetor Norte da RMBH.

Estes processos, notadamente a criação da Cidade Industrial, já apontavam para o caminho que caracterizaria o esforço da política-econômica mineira e belo-horizontina pós-anos 1950: consolidação de Belo Horizonte e

---

<sup>40</sup> “A emergente burguesia nacional abalara a hegemonia das oligarquias agro-exportadoras com a Revolução de 30. A indústria se impunha. Enquanto alternativa para o desenvolvimento, entre as elites brasileiras. Assim, as cidades brasileiras, historicamente centros comerciais e administrativos, de forma dominante, passaram a carecer de profundas mudanças para se transformarem, efetivamente, em sede da produção, lócus da indústria, por excelência” (*Memória da Economia da cidade de Belo Horizonte, BH 90 anos*).

<sup>41</sup> Cf. o importante trabalho de DINIZ (1981) sobre a industrialização mineira.

seu entorno como lócus de um processo de acumulação industrial e como região polarizadora de Minas Gerais. Assim, pois, prescrevia o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de 1947:

“O nosso arcabouço econômico e financeiro não se concentra, em proporções consideráveis, em nenhuma região especial do Estado (...) Enquanto o centro de Minas não adquirir pujança suficiente para polarizar as economias regionais estas permanecerão a mercê de influências que, ao invés de lhes estimularem o desenvolvimento, as manterão em escala de crescimento incompatível com a época e as aspirações do povo mineiro<sup>42</sup>”

Desse esforço resultariam no Vetor Norte, a partir da década de 1950, dois distritos industriais em Santa Luzia, a implantação da FRIMISA - Frigoríficos de Minas Gerais – neste mesmo município e a criação do Distrito Industrial de Vespasiano. Importantes investimentos em uma espacialidade que iniciava seu processo de crescimento urbano/metropolitano, uma vez que somente a cidade de Lagoa Santa - que nessa época já despontava como um polo de interesse científico, paisagístico, turístico e de lazer - firmava-se como um espaço em desenvolvimento.

Formava-se aí o que viria a ser o embrião da aglomeração e do crescimento metropolitano de Belo Horizonte: em seu sentido oeste, induzido pela Cidade Industrial e pela extensão da Avenida Amazonas; e em seu sentido norte pela implantação do Complexo da Pampulha, da Avenida Antônio Carlos e pela criação dos citados empreendimentos industriais.

Com a continuidade da política concentracionista em Belo Horizonte e seu entorno imediato ao longo dos anos 1950, 60 e 70, a expansão do que viria se tornar a região metropolitana de Belo Horizonte se deu em todas as suas frentes, reforçada pelo incremento de novas indústrias e pelo processo de imigração, que a cada ano trazia migrantes em grandes proporções à metrópole em formação. Especificamente ao Vetor Norte (ver Tabela I), que se viu ainda mais intensamente ocupado pela intensificação de suas ligações

---

<sup>42</sup> Cf. em ANDRADE (1979, pg. 43)

viárias (como a construção da rodovia para Brasília - atual BR-040 e da Avenida Cristiano Machado) e pela alocação de indústrias de bens intermediários (metalurgia e cimento) e de alimentos em alguns municípios como Santa Luzia, Pedro Leopoldo e Vespasiano, o que se viu foi o desenvolvimento de um processo de conurbação (já nos anos de 1970) entre Belo Horizonte (Venda Nova), Ribeirão das Neves (Justinópolis) e Santa Luzia (São Benedito), formando o que viria ser o núcleo mais densamente ocupado do Vetor Norte.

Não obstante, todo este processo de metropolização não se fez somente como um “subproduto” do processo de industrialização, mas também (e posteriormente, principalmente) por um processo de *urbanização*, que no caso do Vetor Norte de Belo Horizonte se pautou pelas “gravíssimas condições sanitárias e ambientais, pela falta de equipamentos sociais, culturais e de lazer” (COSTA, 1994).

A expansão do tecido urbano na RMBH passa então, a partir dos anos 1970, a se apoiar fortemente na produção de *loteamentos populares*, notadamente em seus eixos oeste e norte (onde se localizavam as principais atividades industriais da metrópole em formação), incentivada principalmente pelo continuado processo de “modernização” sócio-econômico, pela intensa imigração campo-cidade e pela oferta de “terra barata” (caracterizada pela irregularidade fundiária e urbanística), “alternativa” habitacional para amplos setores da população sem acesso a políticas públicas efetivas de habitação.

**Tabela 1: Taxa de crescimento da população – Municípios do Vetor Norte**

	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
<b>RMBH</b>	5,63	4,51	2,51	<b>2,39</b>
<b>Belo Horizonte</b>	5,94	3,73	1,15	<b>1,15</b>
<b>Capim Branco</b>	2,80	1,74	2,32	<b>2,47</b>
<b>Confins</b>	1,12	1,64	2,82	<b>4,86</b>
<b>Jaboticatubas</b>	-0,40	-0,50	0,86	<b>0,69</b>
<b>Lagoa Santa</b>	2,12	3,59	4,08	<b>3,99</b>
<b>Matozinhos</b>	2,70	6,44	3,48	<b>2,76</b>
<b>Pedro Leopoldo</b>	2,35	3,80	3,02	<b>2,93</b>
<b>Ribeirão das Neves</b>	4,27	21,36	7,16	<b>6,18</b>
<b>Santa Luzia</b>	7,09	9,00	7,87	<b>3,32</b>
<b>São José da Lapa</b>	-	7,26	-0,35	<b>9,09</b>
<b>Vespasiano</b>	<b>4,08</b>	<b>7,26</b>	<b>9,37</b>	<b>5,30</b>

Fonte: 1960/70 – Instituto Horizontes - 1970/80, 1980/91, 1991/2000 - Fundação João Pinheiro

Entretanto, os limites colocados pelo planejamento urbano e metropolitano logo colocariam empecilhos a essa expansão metropolitana via loteamentos populares e de baixo custo, principalmente após a elaboração pelo Plambel – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – de diretrizes para o controle do parcelamento, logo adotadas pelos municípios que sentiam mais fortemente as pressões do mercado de terras e da intensa migração para a RMBH, notadamente os municípios do eixo oeste de expansão como Contagem e Betim.

O Vetor Norte, particularmente Ribeirão das Neves, passa então a reunir as condições ideais para essa “forma” de crescimento urbano: novos

loteamentos com investimentos urbanísticos baixíssimos ou inexistentes em áreas não urbanizadas, mas com localização privilegiada de acesso aos eixos rodoviários e as áreas industriais, beneficiam-se da permissividade urbana no município, um dos últimos a adotar as diretrizes do Plambel (EIA-RIMA CAMG, 2006).

Somente no período 1975/79, dos 103 loteamentos identificados no município de Ribeirão das Neves, 96% não tinham pavimentação, 97% não tinham esgoto, 91% não tinham água encanada e 71% não tinham acesso a transporte coletivo. Entretanto, as condições de compra e financiamento, com até 60 prestações crescentes pré-fixadas, fortaleciam os sonhos de inserção metropolitana a partir da casa própria (COSTA, 1994).

O que se observa, na verdade, é um descompasso entre a intensidade do parcelamento do solo e sua efetiva ocupação, produzindo inicialmente uma conurbação de baixa densidade, cujos vazios urbanos só posteriormente foram sendo ocupados pelos mais variados processos e práticas de apropriação do espaço (como subdivisão de lotes, construção de várias unidades habitacionais no mesmo lote, aluguéis de cômodos, barracões etc), constituindo parte importante das estratégias de sobrevivência e de geração de renda da população residente nestas áreas, responsável, em grande medida, pela manutenção de elevadas taxas de crescimento da população urbana nestes municípios nas últimas décadas<sup>43</sup>.

A nova periferia que se forma neste contexto urbano-industrial apresenta um padrão extremamente precário que traz as marcas do improvisado, do inacabado e da carência absoluta e reflete o ritmo acelerado de construção exigido pela dinâmica de crescimento da cidade, caracterizando-se como espaço da simples reprodução da força de trabalho, totalmente excluído da fruição do urbano (PLAMBEL, 1986).

Como bem observa COSTA (1994), o Vetor Norte acabou por se transformar também em um espaço para a reprodução, uma reprodução social que se deu pela produção de um espaço materialmente esqualido, consubstanciando acumulação urbana pela sobre-exploração da força de

---

<sup>43</sup> Cf. no volume IV do *Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte*.

trabalho e permissividade institucional frente a todo este processo, reafirmando um modelo de segregação e espoliação urbana presente na formação das grandes metrópoles brasileiras (KOVARICK, 1979).

A partir dos anos 80 ocorre uma relativa retração da produção dos loteamentos periféricos – em grande medida devida à promulgação da lei federal 6766, de 1979, que passa a regular a produção de loteamentos urbanos -, aumentando a concentração urbana através de um processo de favelamento no interior de áreas já ocupadas, e por um processo de ocupação através da produção de grandes conjuntos habitacionais pobres, cujas regiões de São Benedito, Morro Alto, dentre outras constituem notáveis exemplos.

Um duplo processo de concentração/centralização – notadamente na região central de Belo Horizonte que passa a concentrar os principais serviços - e de expansão/extensão da malha urbana se consolida na geografia metropolitana, gerando pequenos núcleos locais periféricos, acompanhados de periferias com características similares e cada vez mais distantes.

Os municípios do Vetor Norte, concentradores em sua maioria de uma população pobre e migrante, com altas taxas de crescimento populacional e um caráter industrial pouco dinâmico tornam-se incapazes de reunir condições para atrair serviços e comércio de caráter metropolitano. Nem mesmo a implantação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins, em 1984, investimento de grande expressão cujos impactos esperados seriam a realocação de atividades econômicas na RMBH em direção ao Vetor Norte, com a implantação de indústrias leves e serviços produtivos voltados para a exportação conseguiu produzir um quadro socioeconômico diferente das condições existentes.

### *3.2. Tudo se junta no Vetor Norte<sup>44</sup>*

Se em momentos anteriores o Vetor Norte da RMBH (assim como a própria região metropolitana) foi produzido por processos ligados à (clássica) formação da metrópole industrial latino-americana, capitaneado pela industrialização – motor do processo de acumulação de capital pós anos 1950

---

<sup>44</sup> Esse subtítulo faz referência ao “Tudo se junta em Los Angeles”, texto encontrado no livro *Geografias Pós-Modernas* de Edward Soja.

– e pela formação das chamadas periferias precárias, o momento contemporâneo nos fornece novos processos e elementos para entendimento do continuado processo de modernização das metrópoles brasileiras.

A começar pelo próprio processo de *urbanização*, que de induzido se tornou indutor de transformações socioeconômicas profundas nos países do capitalismo tardio que viram, por exemplo, setores como o do *imobiliário* crescerem em importância e se tornarem fundamentais no processo de acumulação geral de capital<sup>45</sup> e, mais recentemente, no próprio processo de financeirização da economia, como bem atesta o estudo de BOTELHO (2007). A partir daí, do crescimento do processo de urbanização, novas exigências e necessidades, assim como novas contradições emergiram na sociedade contemporânea, transformando quantitativamente e qualitativamente muitas dos processos relacionadas ao econômico, ao político e ao social.

As transformações (ou reestruturações) nos padrões gerais de acumulação – passagem do fordismo à acumulação flexível como atesta Harvey (1994) – desencadeadas pelas mudanças nos níveis tecnológicos e produtivos, assim como pela emergência da política (ou doutrina) neoliberal também trouxeram consigo novas “realidades”, novas necessidades e novos imperativos que se refletiram no próprio espaço das grandes metrópoles. Aqui

---

<sup>45</sup> Já nos anos de 1970 Lefebvre chamava a atenção para o crescimento (em importância) do setor imobiliário no processo de acumulação capitalista: “Durante muito tempo, o ‘imobiliário’, no capitalismo, só teve uma importância menor. O solo pertencia aos destroços de uma classe vencida, os proprietários fundiários, classe, enquanto tal, de origem feudal. Outrora a construção, ramo da produção inicialmente subordinado, quase artesanal, tinha menos importância que a produção do aço ou do açúcar (em que pese o adágio: quando a construção prospera, tudo vai bem). Ora, a situação desse ramo mudou completamente, e não apenas nos grandes países industriais. Para explicar esses fatos não basta lembrar os fenômenos gerais de urbanização, a extensão das cidades, os progressos técnicos, etc. É preciso mostrar como e porque o capitalismo apossou-se do solo, do *espaço*. Daí a tendência disso que outrora foi o ‘imobiliário’, doravante *mobilizado* (construções, especulações), torna-se *central* no capitalismo, por se tratar de indústria nova, menos submetida aos entraves, saturações, dificuldades diversas que freiam as antigas indústrias. Essa tendência, no entanto, é contrariada. O ‘imobiliário’ vê-se tolhido, isto é, relegado a uma posição subordinada, pois o afluxo dos capitais para esse ramo – tanto quanto os abusos especulativos – tende a perturbar os mecanismos reguladores, mais ou menos espontâneos ou controlados, do capitalismo. De tal modo que o ‘imobiliário’ (produção e especulação) oscila entre uma função subordinada de retomada econômica, uma função diversionista, uma função de regulação, uma função dominante. De acordo com os momentos, os países, etc. Ele entra na *desigualdade geral* dos setores, dos crescimentos, das situações econômicas.” (LEFEBVRE, 2008, pg. 117-118, grifos do autor.)

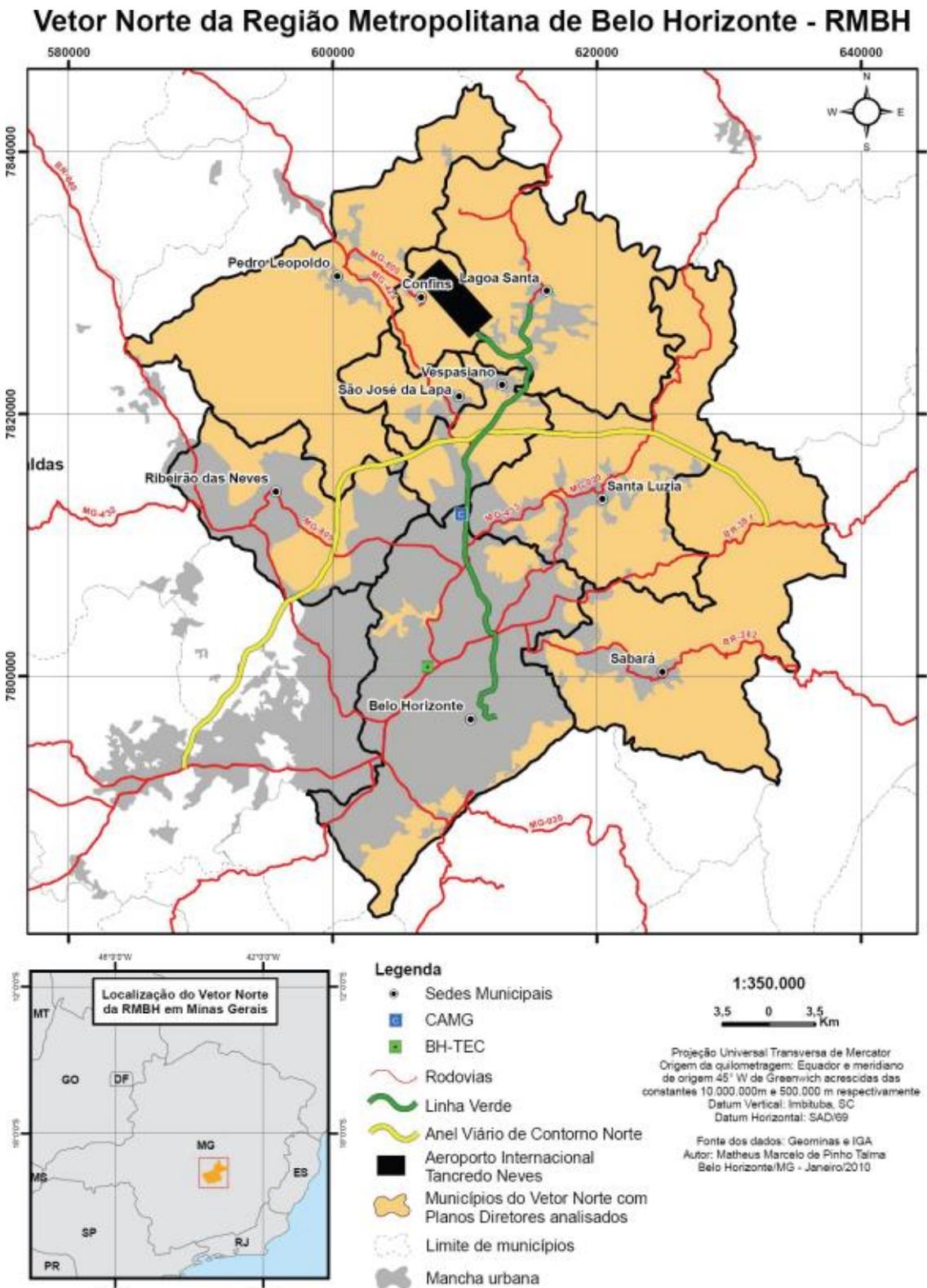
– nos espaços das grandes cidades e metrópoles – vimos emergir “novas” formas de planejamento e gestão embebidas nos receituários neoliberais do “empresariamento” da administração urbana, do planejamento estratégico e do *city marketing*, mobilizando e (re)produzindo o espaço de acordo com as necessidades “da nova economia de fluxos e capitais”, provocando mudanças espaciais reais e virtuais e renovando o papel do espaço nos processos de valorização do capital através, por exemplo, das operações urbanas, da espetacularização e seu consumo, dos grandes projetos urbanos como indutores de desenvolvimento, etc.

A própria emergência da dimensão ambiental no debate socioespacial trouxe consigo redefinições em algumas políticas públicas, incorporação de outros valores as práticas urbanísticas (de planejamento), ensejando novas demandas sociais como, por exemplo, a fuga da cidade ancorada em uma espécie de “nostalgia da natureza” propagandeada pelos incorporadores dos condomínios ditos “fechados”, as “cidades de muros” de Tereza Caldeira.

O fato é que com o desenvolvimento desses novos processos (e de outros não relacionados) os espaços metropolitanos – como os de Belo Horizonte - se abriram nas últimas décadas a uma urbanização que passou a não responder simplesmente aos ditames da industrialização e/ou a um processo de expansão/extensão metropolitana oriundo de uma intensa migração campo-cidade. Pelo contrário; com o refreamento desse processo migratório as periferias já existentes passaram a ser responsáveis pelo maior incremento demográfico nas metrópoles, principalmente pelo adensamento e ocupação das áreas parceladas já existentes. Além disso, frente a uma metrópole super-edificada como Belo Horizonte as requeridas modernizações espaciais a fim de “atualizarem” o espaço da metrópole aos novos padrões de desenvolvimento econômico se complexificam, requerendo intervenções cada vez mais “estrategicamente concebidas”, indutoras dos processos de reestruturação.

A seguir, relacionaremos alguns desses processos e projetos que acreditamos serem exemplos empíricos de todo esse processo de reestrututação e revalorização pela qual acreditamos estar em franco desenvolvimento no Vetor Norte da metrópole Belo Horizonte.

Figura 1:



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do IBGE, do GEOMINAS e do IGA.



Lançado em maio de 2005 pelo governo do estado de Minas Gerais o empreendimento incluiu intervenções nas avenidas dos Andradas, do Contorno e Cristiano Machado, e na rodovia MG-010, atravessando quase 100 bairros da capital mineira e dez municípios da RMBH, facilitando o fluxo de deslocamento para essa região, tendo um custo estimado em mais de R\$ 400 milhões de reais.

Considerada um “marco para a promoção do desenvolvimento econômico das regiões norte e nordeste de Belo Horizonte”<sup>46</sup> a Linha Verde veio estabelecer as condições para que, segundo propagado pelo governo do estado, a região experimentasse um “novo” ciclo de desenvolvimento ligado a uma “nova” plataforma de bens e serviços articulada ao Projeto Cidade Aeroporto.

Não há dúvidas que pelo porte do empreendimento – valores e dimensões – por sua localização e papel viário estratégico e por sua importância propagandística a Linha Verde seja encarada como um marco de “modernidade” para a RMBH, como um dos símbolos de um momento que expressa (ou quer expressar) a imagem de uma metrópole moderna, competitiva, promotora de desenvolvimento, como um “bom lugar” para os negócios.

Nas próprias justificativas e objetivos registrados nos documentos oficiais sobre os porquês desse empreendimento, aparecem algumas dessas ideias que corroboram o que afirmamos acima:

“diminuição do tempo gasto entre o aeroporto Tancredo Neves e o centro de Belo Horizonte devido, entre outros, à existência de um projeto estadual que visa consolidar o ‘aeroporto industrial’, cuja implementação será determinante para a criação de um polo de comércio exterior em Minas Gerais;”

“somar recursos técnicos e financeiros para a viabilização de obras públicas de grande vulto, especialmente para a otimização e balanceamento da utilização do Sistema Aeroportuário

---

<sup>46</sup> Cf. <http://www.codemig.com.br/site/content/parcerias/projetos.asp?id=15>

Metropolitano de Belo Horizonte, bem como o desenvolvimento de acessibilidade ao aeroporto internacional;”

“atrair investimentos para a RMBH bem como aumentar a competitividade e o desempenho exportador das empresas mineiras;” (EIA, 2005, p. 06 *in* UFMG/IPPUR, 2008)

Marco simbólico, mas também empreendimento estruturante, podemos inferir que a Linha Verde se tornou um dos primeiros passos significativos dados pelo Estado para a consolidação de seu ideário de inclusão da capital mineira, de maneira competitiva, na economia de fluxos de capitais, de mercadorias e serviços em escala mundial, além de estimular e induzir o crescimento urbano para esta região. Nas palavras do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, no momento da finalização do empreendimento em 2008 encontramos a síntese de sua importância:

“A Linha Verde é indutora do crescimento econômico, da geração de renda e empregos em toda a Região Metropolitana. Ela vem acompanhada de inúmeros outros investimentos na área da segurança pública, na área de educação, na área da saúde. Belo Horizonte se prepara para um grande salto, para criar a infraestrutura necessária à atração de novos investimentos e mais empregos. Minas tem a expectativa e se planeja para isso, para vir a ser o estado brasileiro que na próxima década mais vai crescer e mais empregos vai gerar”<sup>47</sup>

De fato, foi depois da concretização do projeto Linha Verde que outros empreendimentos públicos e privados puderam ser viabilizados, tendo-a como referencial de acesso, localização, oportunidades de investimentos etc, dando um impulso significativo ao processo de reestruturação do Vetor Norte. O próprio Centro (ou Cidade) Administrativo de Minas Gerais configura-se como um desses exemplos (e que será mais bem retratado a frente) de empreendimentos viabilizados pela Linha Verde:

---

<sup>47</sup> Cf. [http://www.lagoasanta.com.br/reportagens/mg\\_10\\_linha\\_verde\\_\\_mg\\_10\\_\\_em\\_fase\\_fi.htm](http://www.lagoasanta.com.br/reportagens/mg_10_linha_verde__mg_10__em_fase_fi.htm)

Essa é uma obra de dimensões históricas. A ela estarão acrescentados os benefícios do novo *Centro Administrativo*, que caminha também numa velocidade extraordinária. Estamos falando de uma cidade que, a partir do final do ano que vem, começará a abrigar 20 mil servidores que lá estarão diariamente para prestar serviço de maior qualidade à população de Minas e não seria possível aquela obra sem não houvesse antes a *Linha Verde*<sup>48</sup> (grifos nosso).

A concretização da Linha Verde desencadeou também um processo de valorização fundiária em todo Vetor Norte, principalmente nas áreas lindeiras à via, ao que viria ser o Centro Administrativo e ao Aeroporto Tancredo Neves.

Segundo o Instituto Horizontes (2006) no ano de 2006 já se registravam 358 empreendimentos em processo de licenciamento ambiental na área de influência da Linha Verde sendo que 148 se localizavam na região norte de Belo Horizonte, 90 em Lagoa Santa, 93 em Vespasiano e 27 em Confins.

Houve um aumento especulativo de 30 a 50% nos valores dos imóveis dessa região e, segundo aponta o estudo promovido pela UFMG/IPPUR (2008) a partir da *Planta Genérica de Valores* desenvolvida pela Prefeitura de Belo Horizonte, uma valorização de 2 a 3 vezes no valor dos lotes vagos para a região de influência da Linha Verde.

Mais a frente destacaremos alguns desses empreendimentos imobiliários, mas o que mais nos interessa nesse momento é justamente ressaltar a importância do projeto Linha Verde para a indução do movimento do capital imobiliário rumo ao Vetor Norte da RMBH devido a este processo de valorização e a possibilidade de extração de rendas superiores a partir desses processos de valorização.

No entanto, entre o discurso e a prática o projeto Linha Verde se concretizou e se confirmou de forma contraditória, ensejando novas contradições sócioespaciais.

A começar pela falta de um licenciamento ambiental em toda a sua extensão, possuindo apenas alguns estudos em trechos e interseções

---

<sup>48</sup> Pronunciamento do então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, durante a cerimônia de conclusão das obras da Linha Verde. Cf. em <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/361309/governo-de-minas-conclui-as-obras-da-linh-verde>.

pontuais, a concretização do empreendimento se fez por uma lógica do *consenso* e por uma ideologia do progresso que parece querer legitimar as ações empreendedoras dos estados envolvidos no projeto, mesmo que isso signifique o silenciamento sobre alguns dos impactos socioambientais advindos ou dos principais beneficiários de tamanha intervenção.

Talvez seja por isso que a regional mineira do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) tenha se contraposto à execução do projeto, achando-o incoerente para a solução do tráfego de veículo na cidade, tendo posteriormente abandonado as discussões sobre o mesmo, uma vez que o poder público simplesmente ignorava as vozes dos dissidentes<sup>49</sup> (PEREIRA e CAMPOS, 2009) reafirmando e aprofundando assim a dependência do transporte sobre rodas, principalmente o automóvel individual para a RMBH.

Outro aspecto contraditório que nos chama atenção foi o destino de quem até então morava nas ocupações adjacentes à obra. Em recente estudo sobre o processo de remoção e reassentamento das famílias atingidas pelo empreendimento LOPES (2010) ressalta que o Plano de Remoção e Reassentamento (PRR) que deveria ter sido resultado de um acordo entre o poder público e as famílias moradoras das vilas não se confirmou. Além disso, as parcas indenizações no processo de desapropriação, a ruptura dos laços sociais de solidariedade e de vizinhança configuraram-se como atos de violência contra essa parcela da população que, uma vez mais, foi protagonista do recorrente enredo do processo de expulsão/exclusão da/na cidade.

Quanto aos principais beneficiários de tamanho empreendimento desnecessário dizer que foram notadamente os donos dos capitais (especialmente o imobiliário) que viram um novo eixo de acumulação ser aberto e possibilitado pelos grandes investimentos infra-estruturais capitaneados pelo estado.

## **O Contorno Viário Norte**

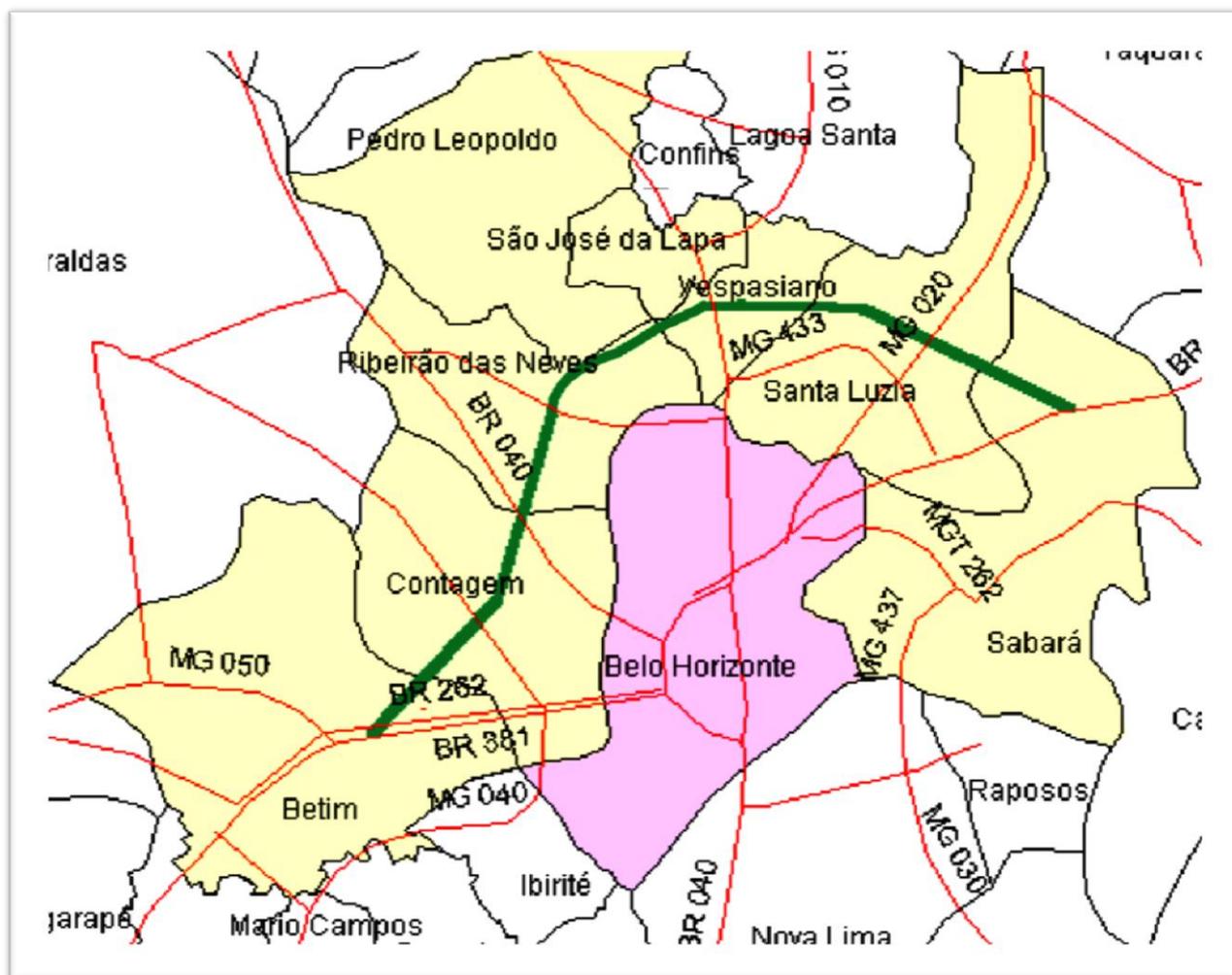
O Contorno ou Eixo Viário Norte é uma rodovia a ser implantada na RMBH, cuja maior parte de sua localização se dará em municípios que

---

<sup>49</sup> Cf. Rancière (1996).

compõem o Vetor Norte. A rodovia fará a ligação entre as cidades de Betim e Sabará sem passar pelo território de Belo Horizonte e atravessará os municípios de Contagem, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano e Santa Luzia conforme mostra a Figura 3. Esta alça viária possuirá uma extensão estimada em 64,83 Km, um custo inicial estimado em mais de R\$ 700 milhões, e terá características de uma Via Expressa com velocidade operacional de 100 Km/h.

**Figura 3: Contorno Viário Norte e sua área de influencia**



Fonte: Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no Eixo Norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte. Volume III.

Seu traçado, que se dará principalmente em áreas com características rurais (conforme mostra a Figura 4), permitirá trafegar pelas rodovias federais BR-262 e BR-381 sem a necessidade de tráfego no município de Belo



realizado pela UFRJ/UFMG (BELO HORIZONTE, 2008, Vol. III) a partir do EIA do empreendimento (assim como na reflexão dedicada ao Plano Estratégico para a RMBH desenvolvida logo a frente):

“favoreceria a pretensão de instalação de uma plataforma logística de desenvolvimento industrial voltada para exportação e sediada no Aeroporto de Confins, ao melhorar a acessibilidade do aeroporto e sua ligação com as principais áreas industriais na Região Metropolitana de Belo Horizonte em Betim e Contagem” (pg. 24).

No plano do desenvolvimento metropolitano, o discurso sobre o projeto reafirma sua importância e significância ao relacioná-lo à “necessidade de interligação transversal das áreas mais dinâmicas da RMBH (vetores oeste e norte)”; ao discurso que “propõe *estimular os vetores de mercado para o vetor norte*” (...) promovendo “a utilização das áreas físicas disponíveis ao norte para *grandes empreendimentos*” (ibid, pg. 24, grifos nosso); e a ideia de que os municípios na área de influência do empreendimento passariam a ter a capacidade de atrair investimentos produtivos para o entorno da rodovia gerando incremento de tributos municipais e novos postos de trabalho, temporários e permanentes, que poderiam ser preenchidos pelas populações locais.

Nesse sentido, o Contorno Viário Norte possuiria uma lógica similar à da Linha Verde: ele se comportaria como um direcionador da ocupação urbana para o Vetor Norte, servindo como referencial a possíveis investimentos, promovendo a valorização de áreas metropolitanas até então pouco valorizadas, principalmente pelo capital imobiliário. Mais do que uma simples via de trânsito, o discurso sobre o empreendimento projeta-o como um possível elemento *reestruturador* do Vetor Norte da RMBH.

Falamos, então, de uma *mobilização do espaço*, de possíveis novas formas de apropriação e produção social desta parcela do espaço metropolitano advindas da implantação de uma infraestrutura que “se refletirá na redefinição dos limites do perímetro urbano nos municípios que ainda contenham áreas vazias ou com características rurais ou, em mudanças na

legislação de uso e ocupação do solo” (ibid, pg. 22), desencadeando um processo exponencial de valorização fundiária impulsionado pela possibilidade de parcelamento e ocupação das propriedades segundo as novas condições de inserção na metrópole dadas pelo empreendimento.

Todos esses possíveis processos relacionados à implantação do Contorno Viário Norte poderão se comportar como um catalizador para o processo de urbanização em sua extensão, podendo redefinir toda essa área como uma nova referência de ocupação para a população metropolitana.

De fato, essas novas condições de acessibilidade dadas pelo Contorno Viário Norte – como também pela Linha Verde – somadas a uma extensa área ainda pouco ocupada destes municípios envolvidos com o empreendimento e desprovidas de equipamentos urbanos poderão, por um lado, reforçar os vetores de formação de novas periferias, produzindo novas áreas de expansão urbana sem infraestrutura, sem serviços públicos e propícias para a ocupação irregular, notadamente naquelas regiões já sujeitas a esse histórico de ocupação, como Ribeirão das Neves e Vespasiano, por exemplo.

Por outro lado, se confirmadas as intenções contidas no Plano Estratégico para o Vetor Norte da RMBH analisadas mais a frente, a possibilidade de usos controlados por processos de regulação pode se fazer notório, pois se tratariam de espaços estratégicos para a consolidação de todo um ideário de planejamento e de “cidade”.

Ademais, em se tratando do histórico processo da urbanização desigual brasileira o cenário que se desenha para áreas do entorno do Contorno Viário Norte ainda é incerto e de consequências ainda não mensuráveis, mas com certeza contraditórias, uma vez que: de um lado poderemos ver surgir uma nova frente de expansão urbana marcada pelo imprevisto, pelo espontâneo e pela carência nas condições urbanas, ocupadas por uma população de baixa renda, cujo processo (a ocupação) poderá ser novamente enxergado como uma externalidade negativa ao processo de urbanização e não como processo constituinte e inerente ao desenvolvimento metropolitano.

De outro, caso atores sociais como o estado (em suas diversas formas e com sua lógica de planejamento), o capital imobiliário de maior porte e outros consigam perpetrar formas de ocupação orientadas para o desenvolvimento de setores econômicos (como prevê o EIA-RIMA e o Plano Estratégico) ou para

ocupações imobiliárias de mais alta renda poderemos assistir ao desenvolvimento de uma urbanização ao mesmo tempo elitista e excludente, possivelmente favorecendo formas de ocupação orientadas para a satisfação do mercado (ou da economia) em detrimento de formas e programas que beneficiem a apropriação do espaço de forma autônoma e mais justa.

### *3.2.2. O Centro Administrativo de Minas Gerais*

O Centro (ou Cidade) Administrativo de Minas Gerais (CAMG) é um empreendimento do Governo do Estado mineiro que teve como finalidade criar uma estrutura centralizada para o desenvolvimento das atividades administrativas do Estado.

Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer a um custo de R\$ 1,2 bilhão o CAMG localiza-se às margens da MG 010, no extremo norte do município de Belo Horizonte, próximo aos limites com os municípios de Vespasiano e Santa Luzia, em uma região caracterizada pelos baixos índices de desenvolvimento humano, com elevado crescimento demográfico e ocupação imobiliária desordenada, onde estão localizados alguns dos maiores e mais carentes conglomerados da RMBH.

Não obstante, mais do que um local centralizado para o desenvolvimento das atividades administrativas do estado, o CAMG é entendido pelo discurso oficial como um empreendimento capaz de dotar a capital mineira “de um novo traçado”, abrindo caminho “para a sua mais importante expansão desde a década de 40, com a construção do conjunto arquitetônico da Pampulha, localizado também na Região Norte”, elegendo o Vetor Norte como “o novo eixo de crescimento da cidade, revertendo em definitivo o processo de crescimento demográfico elevado e empobrecimento socioeconômico da região” (CODEMIG, 2011).

**Figura 5: Vista aérea da localização do empreendimento com inserção de maquete digital**



Fonte: LUME, 2006

Empreendimento emblemático para o processo de reestruturação do Vetor Norte – seja em valores envolvidos na construção, seja em imponência ou em dimensão simbólica – o CAMG talvez se constitua em um dos exemplos mais significativos para expressar o papel e a importância que a implantação de um grande projeto urbano exerce na tentativa de transformação de determinada espacialidade urbana. Isso porque quando falamos do CAMG não nos referimos a uma simples adição de uso ao espaço urbano existente, mas sim, no esforço de se criar uma nova *centralidade* que possibilite a transformação de todo um espaço já existente, criando ou possibilitando a abertura um novo eixo de acumulação através da produção do espaço urbano.

Nas próprias palavras de Aécio Neves, então governador do estado quando do lançamento do projeto em 2008, encontramos o indicativo das expectativas que o CAMG e os demais empreendimentos (como a Linha Verde, o Contorno Viário Norte, dentre outros) exercem no imaginário das transformações esperadas:

“Hoje é um momento histórico para Belo Horizonte, para a Região Metropolitana e para toda Minas Gerais. Estamos dando um passo em direção ao futuro. Com a transferência do Centro Administrativo para esta região, estamos direcionando o crescimento da capital para onde ela tem que crescer, para a região Norte. Com todos os cuidados ambientais e urbanísticos, estamos trazendo para cá não apenas a estrutura do Estado, mas uma série de novas oportunidades de investimentos privados no seu entorno, de comércio, de serviços, que possibilitarão a essa região crescer rapidamente” (CODEMIG, 2011).

De fato, o discurso não se desvincula do projetado, pois no próprio EIA-RIMA do empreendimento, a ideia de um processo de reestruturação urbano-metropolitana no Vetor Norte da RMBH se faz presente e evidente, elegendo o CAMG como um dos principais elementos articuladores de todo esse processo de reestruturação e de macro-estruturação do espaço do Vetor Norte através da tentativa de criação de uma nova centralidade metropolitana:

“(…) pode-se crer que, das várias centralidades locais existentes no Vetor Norte às áreas massivas (parques, áreas de lazer e turismo, áreas residenciais, áreas industriais, entre outros) e elementos metropolitanos principais, tais como o Aeroporto Internacional de Confins, a Linha Verde e outros empreendimentos planejados para a região, poderão contribuir para, finalmente, gerar uma centralidade sub-metropolitana na região, que provavelmente não será única como proposta há trinta anos, mas surgirá a partir dos vários centros existentes, tendo o CAMG como um elemento catalisador” (LUME, 2006, pg.131).

É a partir dele (do CAMG) e de seu efeito sinérgico sobre as diversas centralidades locais existentes e de sua relação com os demais empreendimentos concretizados e projetados que o estudo vislumbra a possibilidade de se produzir “*uma reestruturação urbana* com impactos sobre o uso do solo, modificando as áreas massivas e contribuindo para a melhoria das

condições urbanas no contexto de pobreza que caracteriza a região” (ibid, pg. 131, grifo nosso).

Em outros termos, falamos da tentativa de consolidação de um plano de reordenamento da região que partindo do CAMG, da Linha Verde, do Contorno Viário Norte e de outros empreendimentos buscam transformá-los em um conjunto de ações indutoras de desenvolvimento que “proporcionará ao Estado competir economicamente com os grandes centros” (CODEMIG, 2011).

**Figura 6: O CAMG em fase de finalização**



Fonte: [www.flickr.com](http://www.flickr.com)

Quanto ao processo de reestruturação previsto pelo EIA do empreendimento para toda a macrorregião do Vetor Norte, é interessante notar o indicativo por uma (esperada) “melhoria das condições urbanas” com a implantação do CAMG, apontando justamente para o incentivo a um processo de “gentrificação” relacionado a um grande processo de valorização fundiária e apropriação privada dessa valorização:

“A presença de extensas áreas de expansão urbana e/ou rurais nesses municípios da Área de Influência, assim como nos outros municípios do Vetor Norte, onde a presença de condomínios e chácaras é já fato marcante e consolidado permite inferir que, a partir dos novos investimentos e da consolidação do processo de expansão metropolitana naquela região, deverá se observar um expressivo aumento do preço da terra induzindo a um processo de ocupação mais densa, exigindo cuidados especiais para o controle dos impactos ambientais que certamente surgirão.” (LUME, 2006, p.141)

Há, ao que parece, um esforço por parte dos poderes públicos (estaduais e locais) e dos capitais (notadamente o imobiliário) de promover uma ruptura com o histórico da política de loteamentos populares nos municípios do Vetor Norte a partir da consolidação do *CAMG* e das outras infraestruturas concretizadas e previstas, tendo-os como referencial simbólico e estruturante para um processo de valorização e ocupação de camadas de mais alta renda:

“Os novos planos diretores, todavia, incluem propostas de controle do uso do solo urbano, maior rigor na fiscalização do setor público, medidas de transporte visando maior integração interna das áreas urbanas diversas, entre outras. Em Santa Luzia, por exemplo, onde as propostas disponíveis do Plano Diretor se encontram mais avançadas, a regulação de parcelamentos populares é prevista com rigor, devendo a fiscalização ser feita em parceria com o Ministério Público, concessionárias de serviços e órgãos setoriais e ambientais estaduais. Propõe definir áreas mínimas de lotes segundo a localização, o zoneamento existente e disponibilidade e capacidade do sistema viário local, proibindo lotes com área inferior a 200, tendo um (...) interesse especial em estimular a implantação de condomínios horizontais, com lotes de área superior a 1000m<sup>2</sup> (...). Em Santa Luzia, há a preocupação também de rever os marcos da área de Expansão Urbana para incluir áreas de interesse ambiental hoje na Zona Urbana e

definir formas de ocupação menos densas e específicas de ocupação. O objetivo é, claramente, promover um tipo de ocupação de renda mais alta, modificando o caráter de município periférico que abriga populações pobres” (ibid, pg. 141).

Além disso, o CAMG possui uma importância fundamental na tentativa de consolidação do Plano Estratégico da RMBH, exercendo um papel central (e de centralidade), simbólico e referencial na imaginada (e almejada) reestruturação sócioespacial do Vetor Norte metropolitano.

### 3.2.3. Os empreendimentos imobiliários

Com o advento desses grandes projetos urbanos no Vetor Norte da RMBH impulsionados, principalmente, pelo conjunto de investimentos públicos implantados na região - como a Linha Verde, o Centro Administrativo e a requalificação do Aeroporto de Confins - o espaço dessa macrorregião se viu (re)aberto a um processo de valorização fundiária e para a atuação de frações de capital ligadas notadamente à “indústria” do imobiliário.

Com efeito, um conjunto de novos empreendimentos imobiliários de porte, diversidade e complexidade variados tem se estabelecido nessa macrorregião, prometendo transformar de forma marcante toda essa grande espacialidade, reforçando uma vez mais o histórico processo de articulação entre investimentos públicos e privados na valorização imobiliária.

Dentre esses diversos empreendimentos, a opção por uma ocupação residencial de mais alto padrão tem se destacado na região, inclusive em municípios que historicamente não eram tidos como alternativa para essa forma de ocupação como, por exemplo, Confins, Jaboticatubas, Matozinhos e Vespasiano. Assim, grupos empresariais ligados ou não ao desenvolvimento dessa tipologia de empreendimentos imobiliários vêm, a partir da emergência do evidente processo de reestruturação, investindo grandemente no desenvolvimento desses projetos.

A título de exemplos podemos destacar os empreendimentos ligados ao *Grupo Vitória da União* que, com um histórico de atuação na cidade de Lagoa Santa, passou a investir no desenvolvimento de novos empreendimentos em

idades como Matozinhos - *Condomínio Represa Ville* (Figura 6); em Jaboticatubas – *Canto da Siriema Resort Residence* (Figura 7) – e diversos outros na própria cidade Lagoa Santa.

**Figura 7: Foto ilustrativa mostrando a entrada do Condomínio Represa Ville, em Matozinhos, empreendimento do Grupo Vitória da União**



Fonte: [www.gvu.com.br](http://www.gvu.com.br)

**Figura 8: Vista aérea do condomínio Canto da Siriema Resort Residence, em Jaboticatubas**



Fonte: [www.gvu.com.br](http://www.gvu.com.br)

Por sua vez, o *Grupo Seculus*, um dos maiores conglomerados empresariais de Minas Gerais, passou a também investir e desenvolver, através de um de seus “braços” empresariais ligados a atuação imobiliária – a *Gran Viver Urbanismo*, alguns importantes empreendimentos na região do Vetur Norte.

Dentre esses podemos destacar o *Residencial Gran Royale Residencial Aeroporto*, localizado e desenvolvido na cidade de Confins, e que possui entre as infraestruturas prometidas 94 mil m<sup>2</sup> de área preservada, lotes de 1000 m<sup>2</sup> e um clube privativo com mais de 8 mil m<sup>2</sup>, já possuindo inclusive um projeto de expansão denominado *Ville Royale Aeroporto*.

**Figura 9: Imagem ilustrativa apontando a localização do empreendimento em relação aos demais pontos (locais) importantes do Vetur Norte**



Fonte: <http://www.smel.com.br/granroyalle/>

**Figura 10: Imagem aérea com inserção digital mostrando a disposição da infraestrutura (loteamentos, área preservada, clube) no Residencial Gran Royale em Confins**



Fonte: <http://www.smel.com.br/granroyalle/>

Outro empreendimento desenvolvido pelo Grupo Seculus localizado na região em destaque é o *Residencial Gran Park*. Situado em Vespasiano, às margens da Linha Verde e próximo ao Centro Administrativo, o *Residencial Gran Park* ocupa uma área total de 46 mil m<sup>2</sup>, contendo 291 lotes de 405 m<sup>2</sup>, uma área total preservada de 75745 m<sup>2</sup> e uma área de lazer de 3 mil m<sup>2</sup>.

Um exemplo interessante de um empreendimento desenvolvido por uma empresa historicamente não ligada diretamente a produção dessa “forma de ocupação” mas que encontrou uma “boa oportunidade de negócio” com a valorização das áreas no entorno do Aeroporto de Confins está o *Precon Park*.

Fruto de um projeto do Grupo Precon, empresa ligada a área de construção civil, o empreendimento implantado em uma área pertencente à empresa de 12 milhões de m<sup>2</sup> no município de Confins prevê o desenvolvimento de uma verdadeira *tecnopóle* ancorada nos conceitos de Ensino, Ciência e Tecnologia, Residencial, Armazenamento e Logística e Entretenimento<sup>50</sup>. Nesse sentido, o empreendimento se baseia em uma diversificação de usos, abrangendo parques de negócios, parques de ciência e tecnologia e áreas residenciais. Recentemente foi anunciado o desenvolvimento de um megaempreendimento voltado para a área da moda e de negócios relacionados ao segmento, no qual se prevê o investimento de R\$ 300 milhões em uma área de 400 mil m<sup>2</sup> da Precon Park. Formado por dois centros de compras (atacado e varejo), um centro de convenções, uma universidade da moda e três hotéis, o Fashion City Brasil (FCB) gera uma expectativa de se transformar no maior polo internacional de moda presente no Brasil.

Não obstante a apresentação desses simples exemplos sobre a nova dinâmica imobiliária em desenvolvimento na espacialidade em estudo, dois processos sócio-espaciais em especial relacionados à presente discussão nos chamam a atenção, principalmente pela magnitude das transformações que podem vir a provocar na dinâmica sócio-espacial do Vetor Norte. Esses dois processos que destacaremos a seguir são compostos pelo empreendimento *Reserva Real* e pelo parcelamento da região do Isidoro através do desenvolvimento de uma Operação Urbana.

### **O empreendimento *Reserva Real***

O *Reserva Real* é um projeto turístico-imobiliário que está sendo desenvolvido no município de Jaboticatubas, “a 50 quilômetros do centro de Belo Horizonte, a 20 do aeroporto, a 35 do CAMG e a 30 km do novo polo tecnológico”<sup>51</sup> da RMBH. Desenvolvido pelo grupo português *Design Resorts* em uma área de mais de 10 milhões de m<sup>2</sup> e com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão, o *Reserva Real*, quando plenamente realizado, se constituirá em um

---

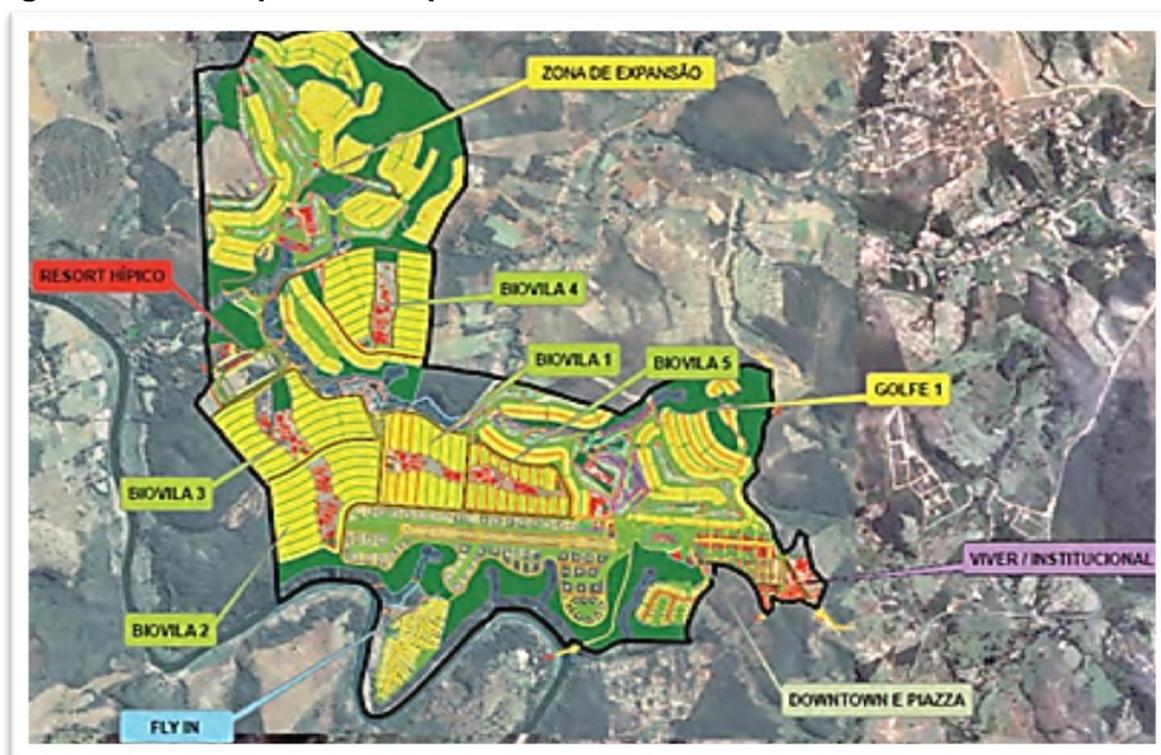
<sup>50</sup> Cf. em <http://www.precon.com.br/Site/Novo/Novidades/Midia.php?id=82>

<sup>51</sup> Cf. em <http://www.designresorts.com>

empreendimento que provavelmente provocará significativas transformações na dinâmica territorial e demográfica do Vetor Norte da RMBH.

Definido pelos seus idealizadores como “único”, como um lugar composto por “condomínios exclusivos, cercados por uma natureza exuberante”, onde o morador poderá “chegar em casa em seu avião particular, jogar golfe, praticar hipismo, fazer compras e se divertir no Uptown”, o *Reserva Real* emerge na cena metropolitana contemporânea como um significativo empreendimento reestruturador capitaneado pelo capital privado, principalmente se levarmos em consideração a magnitude dos investimentos, o porte do projeto, os tipos de equipamentos previstos e os impactos socioambientais quase impossíveis de serem mensurados.

**Figura 11: Masterplan do empreendimento Reserva Real**



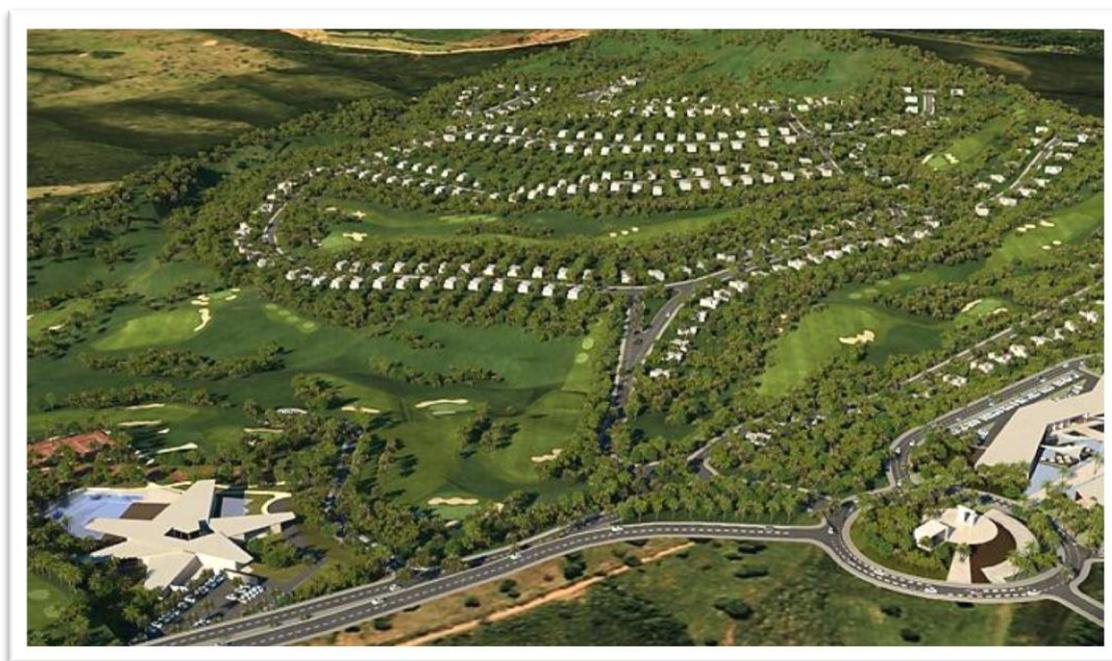
Fonte: <http://www.designresorts.com>

De fato, no lançamento do projeto em dezembro de 2009 ambos, Estado e capital privado, concordavam sobre o importante papel desempenhado pelo empreendimento no processo de crescimento, transformação e de valorização do Vetor Norte. “O desenvolvimento dessa área é uma *estratégia* do Governo de Minas, que vai criar novas oportunidades e necessidades locais. Para

aproveitar tal crescimento e contribuir com esse processo trouxemos nosso projeto para a região”, afirmava o presidente do grupo *Design Resorts*, José Miguel Tavares Roque Martins. Por sua vez, o então secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sergio Barroso, ratificava tal significância: “o Estado (de Minas Gerais) está apoiando decisivamente todos os projetos daquela região e vai continuar atuando junto aos investidores para atrair outros negócios que possam beneficiar nossa comunidade”<sup>52</sup>.

Composto por diferentes setores e abrangendo públicos diversos (mas exclusivamente de alta renda) o Reserva Real se divide (resumidamente) nos seguintes segmentos:

**Figura 12: Imagem ilustrativa do empreendimento Reserva Real**



Fonte: <http://www.designresorts.com>

- Um *Resort Hípico* composto por 167 residências unifamiliares em terrenos a partir de 1000 m<sup>2</sup> e que conterà uma infraestrutura completa para a prática das cinco principais modalidades do hipismo: corrida, saltos, adestramento, polo e hipismo rural. Este segmento oferecerá ainda uma pista de corrida circular com aproximadamente 1.400 metros lineares, campo de polo com sede social e

---

<sup>52</sup> Cf. em [www.agenciaminas.mg.gov.br](http://www.agenciaminas.mg.gov.br)

restaurante, picadeiros de treino e salto com cocheiras/baias, piquetes, circuito de hipismo rural e tribunas para espectadores.

- Cinco *Biovilas* sendo que cada uma se constituirá em um condomínio fechado com amplas áreas verdes, parques e “eco-chacaras”. Com um total superior de 2700 casas privativas projetadas em lotes mínimos de 420 m<sup>2</sup>, cada Biovila conterà ainda infraestruturas e equipamentos desportivos e de lazer como campos de futebol, campos society, quadras poliesportivas, de ténis, ciclo vias, playgrounds, clube social, restaurante, etc.

- Um *Golf Resort* composto por 521 lotes de 1000 m<sup>2</sup> e um campo de golfe profissional de 18 buracos com uma completa infraestrutura para a prática do esporte. Além disso, possuirá também um hotel-boutique para acomodar visitantes e atletas em competições nacionais e internacionais e um clube social com vestiários, restaurante, sala de ginástica, SPA, piscina adulto e infantil, campo de futebol-society, quadras poliesportivas, quadras de ténis e áreas de recreação infantil.

- Um *Fly – In Community* formado por um condomínio residencial de apenas 189 residências unifamiliares em terrenos de 8000 m<sup>2</sup> com pista de pouso de 1600 metros, hangares privativos, heliporto, centro de apoio e equipamentos de operação noturna. Segundo o projeto esta será a primeira “comunidade aeroportuária” da América Latina sendo que os residentes deste segmento poderão ainda “desfrutar” de todas as infraestruturas dos demais setores como o campo de golfe, a equitação, as várias áreas de lazer, etc.

- Um clube – *Star Club* – com diversos equipamentos esportivos e de lazer, biblioteca, cinema, etc;

- Um *Uptown* formado por um centro de comércio, serviços, lazer e cultura composto por bancos, lojas, supermercados, correio, *policiaemento ostensivo*, escolas de alto grau de especialização em ensinos diferenciados, restaurantes, clinica médica, hospital entre outros.

*Cidades de muros* (elevada ao extremo), o desenvolvimento de um empreendimento como o *Reserva Real* traz consigo além de diversos questionamentos a imagem do que, no fundo, todos os demais empreendimentos querem (ou tentam) ser.

Pois o que na superfície se apresenta como *conceitos de morar* revelam, na verdade, processos de autoexclusão e reclusão que se misturam aos discursos do *medo* e da *elitização* como recursos ideológicos à fuga da cidade e ao abandono da coisa pública, misturando consequência com causa e abrindo o espaço da metrópole à vigilância *privada* do poder e a fragmentação de seu tecido sócioespacial. Em última instância, empreendimentos como o *Reserva Real* são a marca e o fruto da objetivação-materialização do ideário burguês do privado (levado às suas últimas consequências) no espaço urbano e que tem como filho legítimo a anulação da política pelo distanciamento posto-imposto pelos ditames da acumulação que aqui se faz pelo domínio e produção do espaço.

E assim, nos confrontamos, no interior do continuado processo de metropolização do Vetor Norte, com o que DAVIS (1993) já havia apontado alhures: “de um lado, os cidadãos de bem confinados em suas casas e embalados num universo de consumo ultraprotégido; de outro, os cidadãos do mal vagando pelas ruas (portanto, inevitavelmente suspeitos de atividades ilegais) sob o olhar panótico e todo poderoso [da polícia]”.

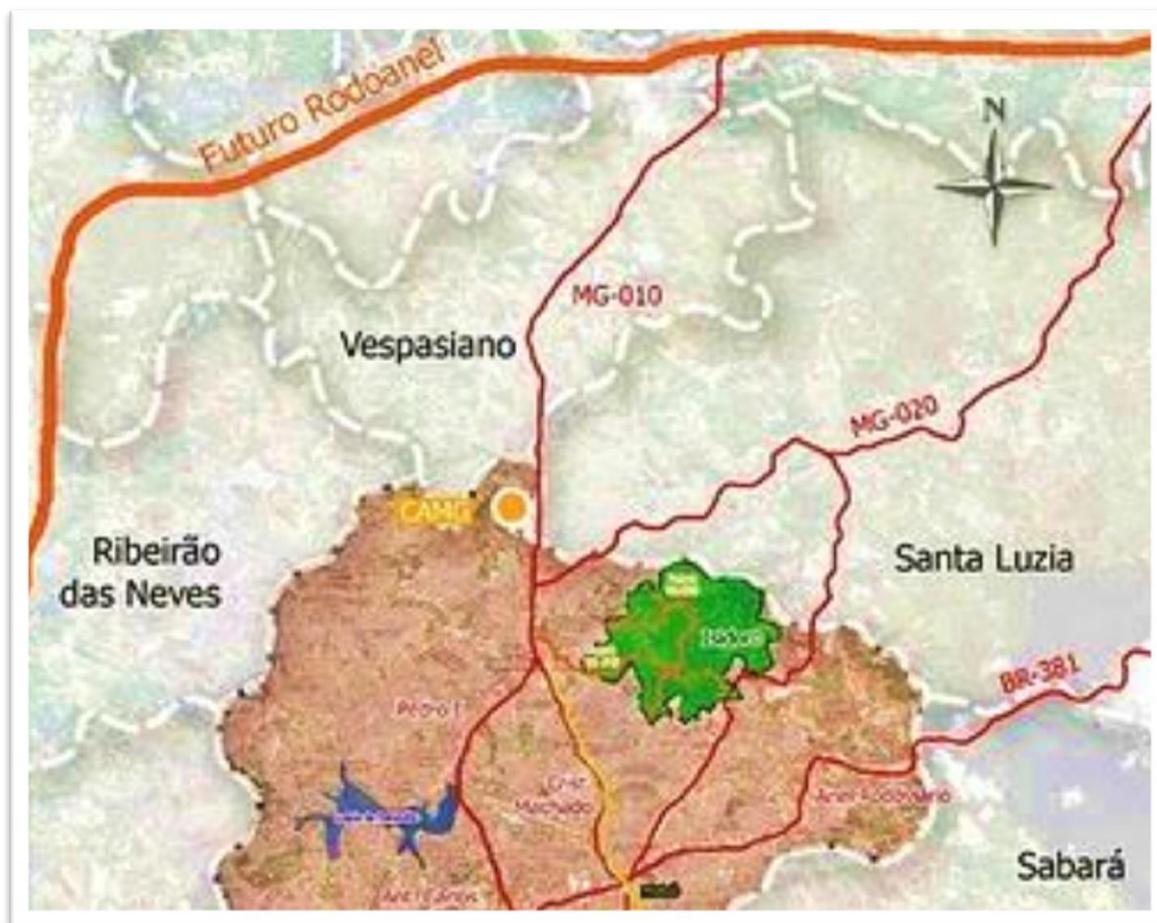
### ***A Operação Urbana do Isidoro***

A Região do Isidoro é uma grande área verde e permeável presente no eixo norte do município de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia (Figura 12), uma das últimas áreas não parceladas da cidade, com cerca de 10 km<sup>2</sup> (maior que a área interna à Avenida do Contorno que possui 8,9 km<sup>2</sup>), possuindo uma ocupação rarefeita formada por assentamentos irregulares.

Pela sua proximidade com os recentes equipamentos produzidos no Vetor Norte da RMBH como a Cidade Administrativa, a Linha Verde e a requalificação do Aeroporto de Confins, sua grande disponibilidade de terra a ser parcelada, assim como pela pressão de ocupação exercida pelos

interesses do mercado imobiliário, a região do Isidoro acabou recentemente se transformando em objeto de uma mudança de lei de uso e ocupação de sua área através da *Operação Urbana do Isidoro*.

**Figura 13: Mapa identificando a localização da região do Isidoro**

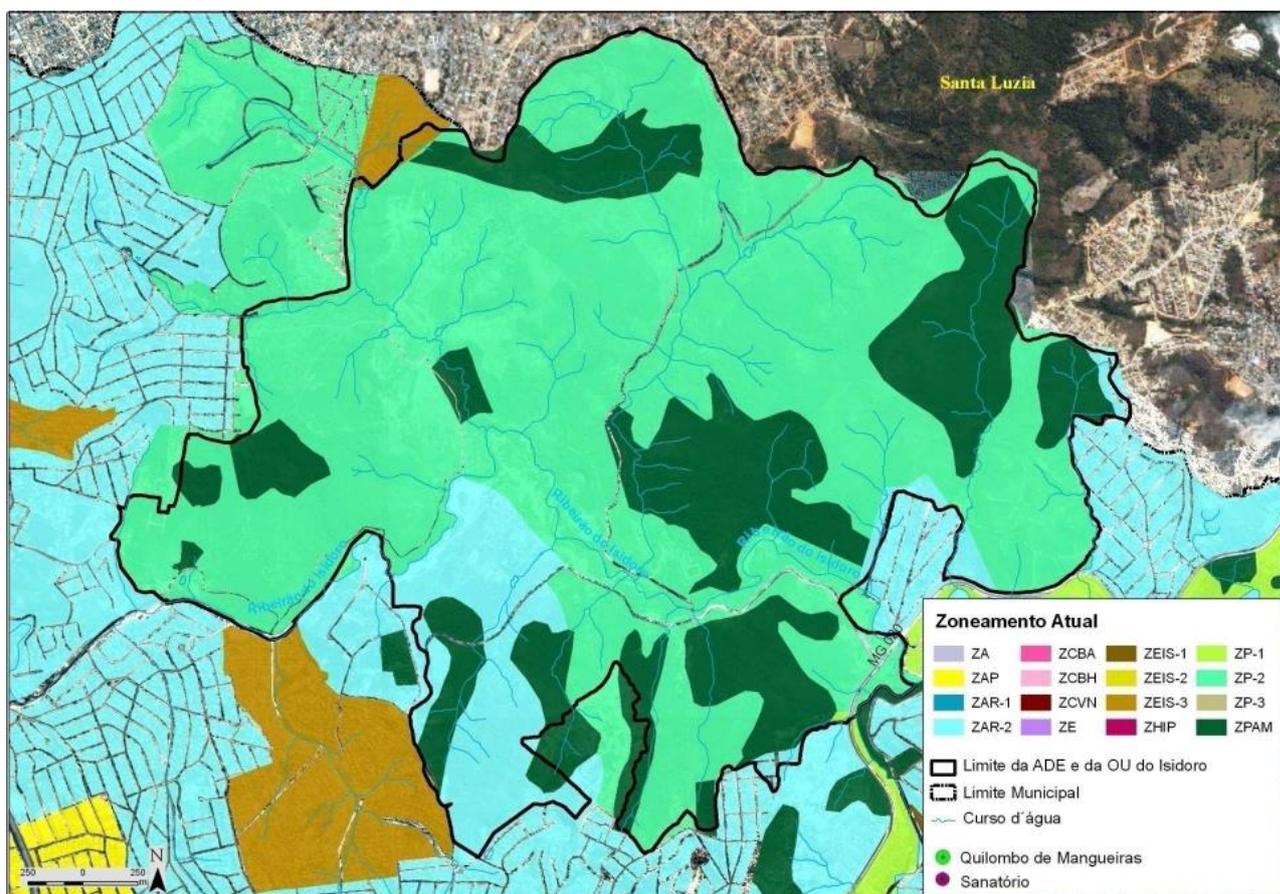


Fonte: Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro

Entre os objetivos gerais destacados pela Operação Urbana estão, dentre outras coisas: a promoção da proteção e recuperação ambiental da região do Isidoro por meio de um processo de ocupação ordenado e sustentável e pela preservação de áreas de “grande relevância ambiental e paisagística, em especial, as nascentes, cursos d’água, áreas de vegetação relevante e cerrado” através da viabilização de um “modelo de ocupação mais concentrado, com taxas de permeabilidade mais elevadas, assegurando e ampliando a preservação de áreas de importância ambiental” (Belo Horizonte, 2010); e a viabilização da oferta de terrenos urbanizados para implantação de

unidades habitacionais e atividades econômicas no município assegurando que o desenvolvimento de um processo de expansão urbana na região “ocorra de modo sustentável, por meio da implantação de toda infraestrutura e equipamentos públicos e sociais que serão demandados pela população” (ibid).

**Figura 14: Zoneamento da região do Isidoro segundo a Lei 7.166/1996**



Fonte: Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro

Segundo a Operação urbana tais objetivos propostos deverão ser alcançados através da divisão da região em três grandes áreas de uso e ocupação, cada qual permitindo formas diferenciadas (de ocupação) através de *graus de proteção* (parâmetros de ocupação) proporcional a cada área. Nesse sentido, os três graus de proteção se dividem em:

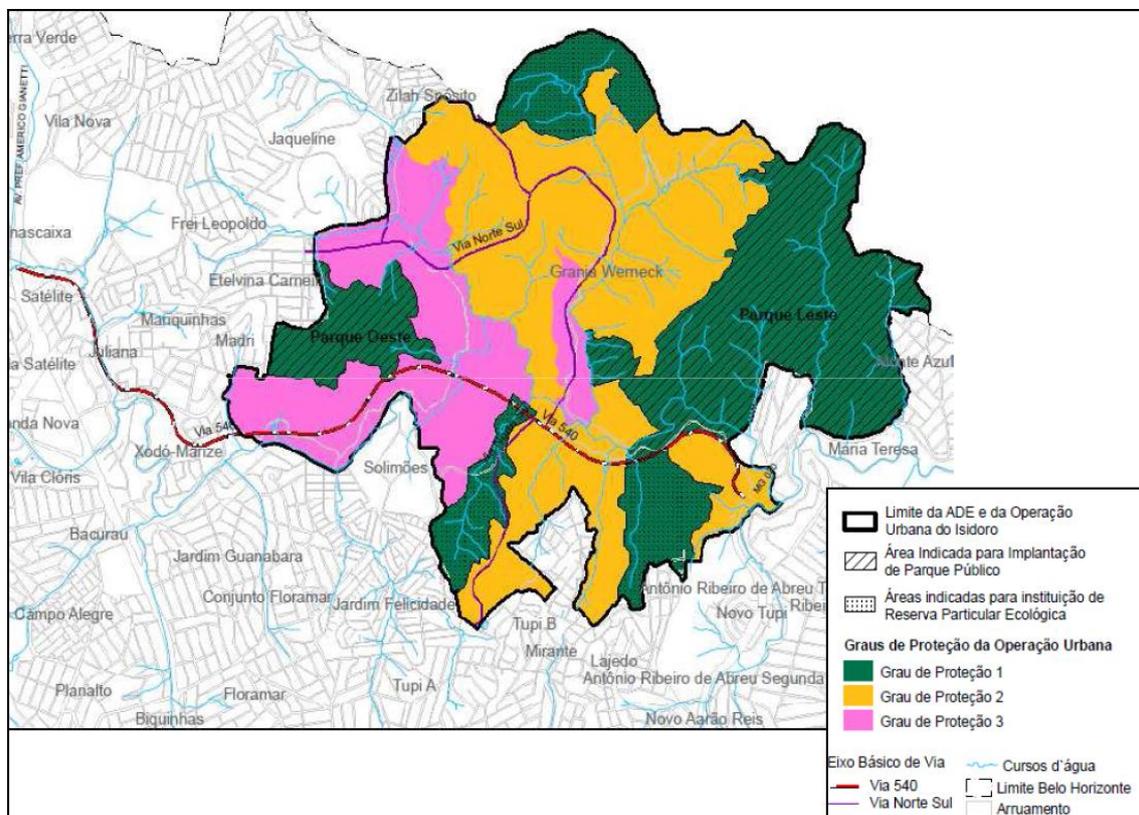
Grau 1: Áreas de proteção máxima, destinadas à preservação permanente de *nascentes, de cursos d'água e de grandes áreas contínuas de cobertura vegetal e cerrado*, onde a ocupação deverá ser proibida, exceto para atividades

relacionadas com a sua manutenção e preservação (aproximadamente 40% da área). Os proprietários que porventura possuam terrenos nessas áreas poderão transferir seu potencial construtivo para as demais áreas;

Grau 2: Áreas de proteção elevada devido às condições topográficas, presença expressiva de cursos d'água e presença de *manchas isoladas de cobertura vegetal significativa*, nas quais a ocupação, o adensamento e a impermeabilização do solo deverão sofrer restrições (aproximadamente 40% da área);

Grau 3: Áreas de proteção moderada, nas quais, em virtude das condições topográficas, morfológicas, de drenagem locais mais favoráveis e com menor concentração de cobertura vegetal relevante, poderão ser estabelecidos parâmetros de ocupação e adensamento menos restritos do que nas demais áreas (aproximadamente 20% da área). (Belo Horizonte, 2010).

**Figura 15: Operação Urbana do Isidoro**



Fonte: Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro

Com as mudanças nos parâmetros de ocupação das áreas efetivamente parceladas através da Operação Urbana - *Áreas de Proteção Elevada* (Grau 2) e *Áreas de Proteção Moderada* (Grau 3) – a região do Isidoro passa a conter uma urbanização que ao mesmo tempo que reduz sua taxa de ocupação (através do aumento no tamanho mínimo dos lotes) promove um acréscimo na taxa de permeabilidade, na concentração da densidade construtiva e consequentemente da densidade populacional, como bem demonstra a Tabela 2 abaixo.

**Tabela 2: Estimativas de mudanças com a Operação Urbana do Isidoro**

<b>Item</b>	<b>Lei Vigente Lei 7.166/1996</b>	<b>Operação Urbana</b>
<b>Nº de unidades habitacionais</b>	<b>16.500</b>	<b>67.620</b>
<b>Área de lotes comerciais (m<sup>2</sup>)</b>	<b>-----</b>	<b>444.600</b>
<b>Potencial construtivo (m<sup>2</sup>)</b>	<b>5.000.000</b>	<b>5.600.000</b>
<b>Área permeável exigida (m<sup>2</sup>)</b>	<b>4.350.000</b>	<b>6.250.000</b>
<b>Área permeável exigida (%)</b>	<b>45%</b>	<b>65%</b>

Fonte: Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro

As consequências imediatas dessas mudanças (principalmente no que tange ao uso e a ocupação) são, além de um aumento na área permeável da região, um acréscimo vertiginoso no número de unidades habitacionais e de áreas reservadas a atividades comerciais, fazendo com que a região do Isidoro passe a comportar (virtualmente) uma população estimada de 250.000 habitantes, quase o montante total esperado para o crescimento populacional de toda Belo Horizonte para os próximos 10 anos, que é de 305.000 pessoas (a uma taxa de 1,2% a.a.).

A infraestrutura prevista para comportar tamanha ocupação segundo o Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro (BELO HORIZONTE, 2010) deverá ser composta de 14 Centros de Saúde; 16 UMEIs<sup>53</sup>; 21 Escolas de

<sup>53</sup> Sigla referente as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI) atendendo crianças de quatro meses a cinco anos e meio em período integral (de 7:00 h da manhã as 17:30 h da tarde).

Ensino Fundamental; 8 Escolas de Ensino Médio; 2 Centros Profissionalizantes; 1 Terminal de Integração de Transporte; 17 terminais de embarque e desembarque de ônibus; 1 Sede de Órgão Público e 2 auditórios/culturais, investimentos esses que devem ultrapassar o montante R\$ 1 bilhão, oriundos em sua maior parte (pelo menos nas páginas do projeto) da iniciativa privada enquanto contrapartida pela viabilização da operação urbana.

Em outros termos, o projeto prevê que para se fazer uso dessas concessões relativas à flexibilização dos parâmetros urbanísticos os empreendedores *deverão* contribuir com recursos que serão aplicados no financiamento da infraestrutura adequada para o adensamento projetado.

Dentre outras contrapartidas esperadas (e que se somarão às infraestruturas supracitadas) o projeto prevê ainda que pelo menos 10% dos imóveis devam ser destinados à Política Habitacional do Município; que as vias 540 e Norte-Sul (previstas no projeto), inclusive o trecho fora do Isidoro (com exceção da desapropriação) sejam implantadas e que os equipamentos urbanos e comunitários necessários para atender as demandas dos empreendimentos nas áreas de grau de proteção 2 e 3 e previstos pelo projeto (citados logo acima) sejam efetivamente implementados.

**Tabela 3: Estimativas de custos para a adequação urbana da região do Isidoro**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>
<b>Via 540 (MG-20 a Cristiano Machado)</b>	<b>6,7Km, com largura média de 45m, incluindo desapropriações</b>	<b>R\$421 milhões</b>
<b>Via 038 (Norte-Sul)</b>	<b>6,5Km, com largura de 18m, incluindo desapropriações</b>	<b>R\$152 milhões</b>
<b>Parques Públicos</b>	<b>2.800km<sup>2</sup>, incluindo desapropriações e infraestrutura</b>	<b>R\$182 milhões</b>
<b>Equipamentos Públicos</b>	<b>14 Centros de Saúde; 16 UMEIs ; 21 Escolas de Ensino Fundamental; 8 Escolas de Ensino Médio; 2 Centros Profissionalizantes; 1 Terminal de Integração de Transporte; 17 terminais de embarque e desembarque de ônibus</b>	<b>R\$315 milhões</b>
	<b>Total de Investimentos</b>	<b>R\$1,07 bilhões</b>

Fonte: Plano Urbano Ambiental da Região do Isidoro

Além desses investimentos citados a Operação Urbana prevê também o desenvolvimento de parques públicos destinados à preservação das áreas que efetivamente não podem ser parceladas. Essas áreas são compostas pelos chamados *Parque Leste*, com 2.300.000m<sup>2</sup> (aproximadamente do tamanho do Parque das Mangabeiras que tem 2.450.000m<sup>2</sup>); pelo *Parque Oeste*, com 500.000 m<sup>2</sup> (maior que o Parque Municipal que tem 202.000m<sup>2</sup>) e por Reservas Particulares Ecológicas (abertas ao público) que somadas chegam a um montante de 1.125.600,00 m<sup>2</sup>.

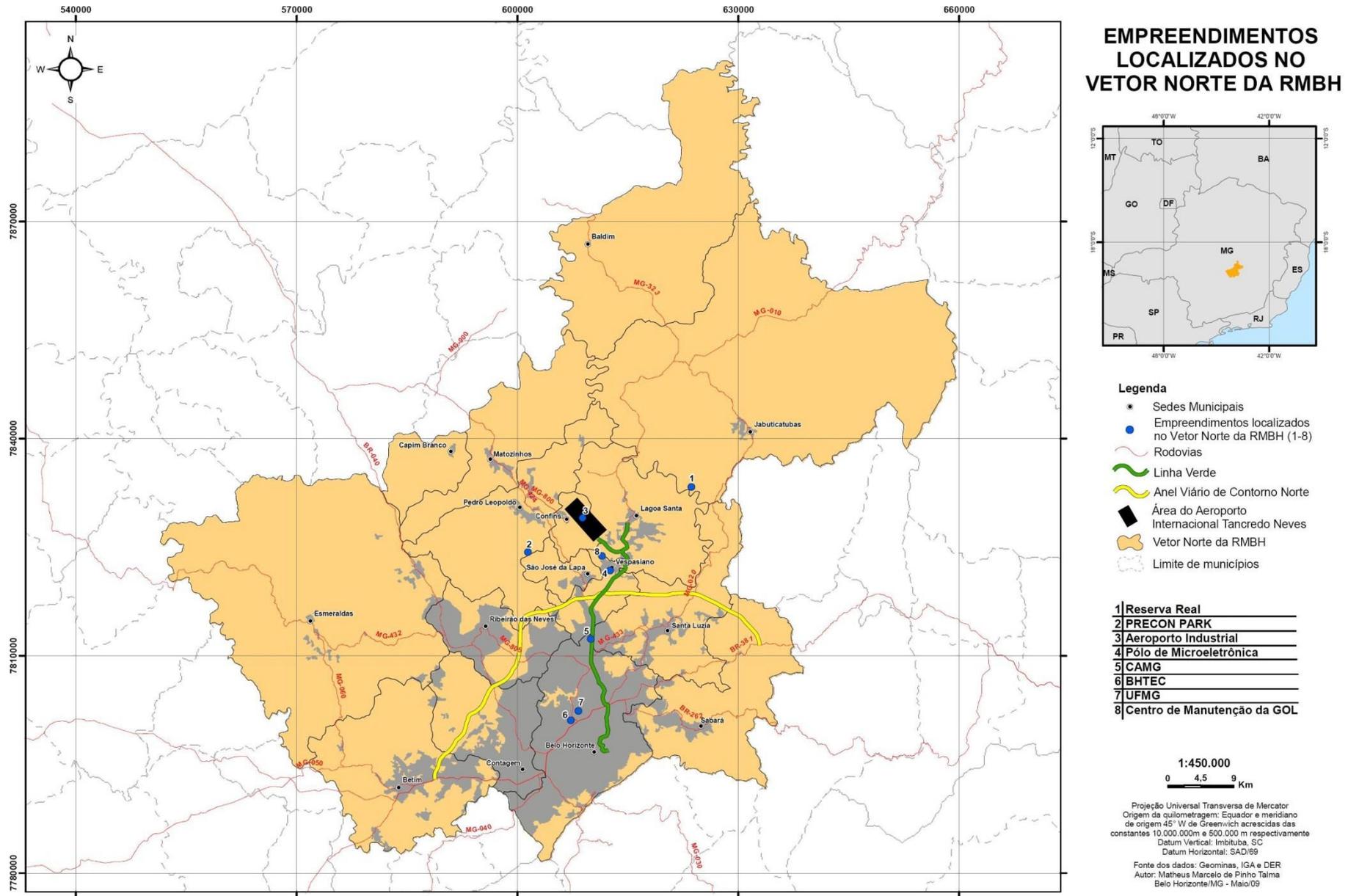
Entretanto, as críticas à Operação Urbana se multiplicam. Seja porque os impactos socioambientais em uma região que é considerada a última extensão verde de Belo Horizonte podem se tornar irreversíveis, afetando diretamente uma área de drenagem em torno de 55 km<sup>2</sup>, correspondente a aproximadamente 20% da área do município de Belo Horizonte, e que comporta uma rede hidrográfica com 64 córregos e aproximadamente 280 nascentes.

Ou talvez porque os investimentos privados previstos enquanto contrapartida à flexibilização dos usos e ocupações podem simplesmente não se concretizarem, haja vista o histórico das parcerias entre os setores público e o privado no Brasil, nos quais os custos são sempre socializados e os ganhos sempre privatizados.

Ou então (e principalmente) porque o “público alvo” pretendido para os imóveis se incluam naqueles estratos da população que historicamente sempre tiveram acesso e/ou possibilidade para a aquisição dos mesmos, apesar dos indicativos de possíveis “reservas” habitacionais para as parcelas de renda mais baixa.

O fato é que apesar de já deflagrado (pela mudança na lei) a Operação Urbana do Isidoro ainda não se iniciou efetivamente, impossibilitando aprofundamento da análise de suas consequências. Em verdade, eventos como esse (se realmente consolidados) merecem pesquisas a parte pela possibilidade de impactos e desdobramentos. O que fica para nós neste momento é justamente a tendência que se nos apresenta: de termos na consolidação deste grande evento elementos significativos para o desenvolvimento deste anunciado processo de reestruturação.

**Figura 16:**



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do IBGE, do GEOMINAS e do IGA

### 3.3. Belo Horizonte 2030: a dimensão do Planejamento

Concluída a apresentação e breve discussão de alguns dos empreendimentos que acreditamos serem, além de *estratégicos* e *estruturantes*, bons exemplos para confirmar nossa hipótese sobre a *reestruturação*, resta-nos ainda incursionar por outra dimensão também fundamental para a continuidade deste anunciado processo: a dimensão do planejamento.

Isso porque, mais recentemente, o Vetor Norte se transformou em objeto de duas propostas de *reestruturação territorial* desenvolvidas por um duplo processo de planejamento metropolitano – o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH)*<sup>54</sup> e o *Belo Horizonte Multi-Modal Corridor* –

---

<sup>54</sup> O PDDI-RMBH constitui-se em um conjunto de estudos e propostas elaboradas visando o desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte, cujo horizonte temporal remete, mais amplamente, ao ano de 2050. Contratado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru, do Governo do Estado de Minas Gerais, junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – Fundação Ipead, ele foi elaborado por uma equipe coordenada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Faculdade de Ciências Econômicas – Face, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da UFMG. Além desses, os estudos envolveram também a participação de professores e pesquisadores do Observatório de Política Urbana – Opur, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PucMinas, e da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e centros de pesquisa no Estado, além de consultores nas áreas de planejamento urbano e ambiental, transportes, políticas públicas e outros estudos setoriais. (PDDI-RMBH, pg. 1).

Fruto do “novo” contexto político-institucional no qual o (re)interesse pela “centralização metropolitana” vem contrastar com as formas empreendedoras de planejamento e gestão urbana local (com o localismo), o PDDI-RMBH pode ser entendido então como “o marco inicial de um processo de *planejamento integrador* dos vários agentes e visões, devendo se transformar no principal instrumento referencial de ordenação, mobilização e articulação das ações no território ao longo do tempo, marco inicial da colaboração Universidades + Cidades”.

Infelizmente, a versão final desta grande proposta de planejamento foi apresentada muito próxima a data de finalização da presente pesquisa o que impossibilitou uma maior pesquisa e aprofundamento em suas análises e propostas.

O que pode se dizer da breve apreciação que fizemos deste grande estudo é a ideia nele contida de procurar priorizar a formação de centralidades cujos atributos devam ser capazes de induzir e/ou configurar uma nova hierarquia urbana na RMBH, tornando-a policêntrica e mais compacta a partir da distribuição hierárquica desses centros, culminando em uma proposta de *Reestruturação Territorial Metropolitana*, tendo o eixo norte como uma dos Centros Metropolitanos de indução do desenvolvimento e crescimento metropolitano.

que o identificam (o Vetor Norte) enquanto espacialidade estratégica (e fundamental) para o desenvolvimento de novos processos socioespaciais e, mais amplamente, de uma *transformação* socioespacial.

Porquanto possuam *valores* e *objetivos* finais em certa medida diferentes, ambos os planos partilham não só do utópico sonho (tornado racional pelas práticas econômicas, políticas e ideológicas) de controle dos processos sociais (cuja proposta planejada de reestruturação territorial se constitui um bom exemplo), como também da adoção de práticas *neoliberais* enquanto respostas aos ditames da acumulação.

Nesse sentido, mais do que um simples “retorno” a uma prática de planejamento metropolitano após o hiato de longos anos sem seu desenvolvimento e de uma proposta *planejada* de reestruturação, o que se observa também é a emergência e consolidação de um discurso relacionado ao *receituário neoliberal* enquanto prática de planejamento, ou seja, de um discurso que confunde (na verdade reduz) boa parte da *práxis socioespacial* à dimensão do crescimento econômico.

Por conseguinte, apesar da impossibilidade de realizarmos uma análise mais aprofundada sobre ambos os planos, nas páginas que se seguem procuraremos apresentar e refletir sobre as propostas de reestruturação presentes no plano *Belo Horizonte Multi-Modal Corridor*, uma vez que entendemos ser este o que contenha o ideário neoliberal de desenvolvimento econômico e de planejamento territorial em seu “estado mais puro”.

Para tanto, uma rápida reflexão sobre o que aqui chamamos de práticas neoliberais de planejamento se faz necessário, enquanto balizamento à reflexões vindouras.

### **[Parênteses] A emergência das práticas neoliberais de planejamento**

Em um apressado texto de 1989 [2005] podemos dizer que Harvey vai inaugurar as reflexões sobre a emergência das práticas neoliberais de planejamento no capitalismo tardio. Argumentando que o desenrolar de processos como a desindustrialização, o desemprego generalizado, a austeridade fiscal tanto em nível federal quanto local, combinados a uma onda

crescente de neoconservadorismo e um apelo muito mais forte à racionalidade do mercado e da privatização acabaram por levar muitos governos locais, de conotações políticas diferentes, a adotarem uma “política urbana empresarial” na forma de trazer a *negociação* entre o capital transnacional e o poder público, para o *nível local*.

Com efeito, uma maior ênfase na *ação local* enquanto resposta às exigências do capital transnacional (cada vez mais “livre”) começou a se desenvolver nos países do capitalismo central. Uma vez que o Estado nacional, em muitos casos, já não mais cumpria com seu compromisso econômico de outrora (no modo de regulação fordista-keynesiano), os governos locais se viram “obrigados” a tomar para si a responsabilidade de arcar com seu próprio desenvolvimento econômico, inaugurando uma nova forma de competição – a competição urbana, contribuindo com o próprio processo de transição de um regime de acumulação fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível.

Para Harvey, a própria *lógica* da competição interurbana acabou por abrir o espaço urbano dos países capitalistas a novos padrões de desenvolvimento econômico, como também, a um processo cada vez maior de “criação de um ambiente local favorável para os negócios” através da emergência “da localidade como o *locus* de regulação da provisão de infraestrutura, das relações de trabalho, dos controles ambientais e mesmo da política tributária, face ao capital internacional” (HARVEY, 2005, pg. 180), agora muito mais seletivo em seus investimentos e sem empecilhos a sua circulação.

Assim, uma vez que os setores *públicos locais* (os governos locais), em muitos países, começaram a arcar com a provisão de suas próprias infraestruturas e com os *riscos* para o capital, “o custo de mudanças locais diminuiu do ponto de vista do capital multinacional”, fazendo com que este se tornasse ainda mais fluido geograficamente num contexto de crescente “oferta” de lugares para sua reprodução.

Com efeito, todo este processo de *produção de lugares* a partir da reorientação da política urbana local para formas *neoliberais*, segundo Harvey, acabou por permitir que formas de acumulação flexível, muito mais abertas geograficamente e baseadas no mercado se desenvolvessem, facilitando

assim a transição do regime fordista, fortemente dependente de fatores locacionais, para um regime de acumulação flexível (ibid, pg. 181).

Não obstante, se considerarmos correta a hipótese apontada por Harvey de que a reorientação da “política” urbana rumo a práticas de planejamento e gestão urbana neoliberais tenha favorecido a emergência de uma economia que por falta de uma melhor nomenclatura chamaremos de pós-industrial, fica notório, como destacado no capítulo I, a importância que novamente o espaço adquire em mais esta etapa de *reestruturação* capitalista e de *realização do valor* pelo capital. Nas palavras do pensador inglês

“a consideração em relação à concorrência interurbana, porém, indica um modo pelo qual o empreendedorismo urbano aparentemente autônomo pode se harmonizar com as exigências contraditórias da acumulação contínua do capital, enquanto garante a reprodução das relações sociais capitalistas em escalas sempre maiores e em níveis mais profundos” (ibid, pg. 187).

“A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre as localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades especiais” (1994, pg. 266)

Ademais, a própria “redução das barreiras espaciais” - muito facilitada pela emergência do “empresariamento da administração urbana” – não só acirrou ainda mais a concorrência entre as localidades pelo capital destinado ao “investimento”, como facilitou a mobilidade e a seletividade deste próprio capital, ao proporcioná-lo cada vez mais locais dispostos a criar um “bom clima para os negócios”.

Assim, como bem destaca Harvey, os governos locais, ao optarem pelo ideário neoliberal na busca por “investimentos”, acabaram por “confinar a inovação a um caminho muito estreito, elaborada em torno de um pacote

favorável ao desenvolvimento capitalista e a tudo que isso acarreta” (ibid, pg. 180). A missão do governo urbano acabou por se resumir em “atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço”, com opções de investimento de caráter especulativo – pela dificuldade de prever se o pacote de alternativas dará certo - em um mundo de muita instabilidade e volatilidade econômica (ibid).

No entanto, são nas páginas de autores como *Borja & Castells*<sup>55</sup>, verdadeiros propagandistas das formas neoliberais de planejamento, que encontramos as concepções ideológicas que norteiam essas práticas de planejamento. Para esses autores as *ciudades* hoje - muito mais do que resultado de processos sociais e espaciais que envolvem atores diversos e com compromissos diversos no processo de urbanização - já podem ser entendidas “como *atores sociais complexos e de múltiplas dimensões*”, dado o forte protagonismo que estas possuem face ao contexto político, econômico, social e cultural do mundo atual (1996, pg. 132). Para estes autores, trata-se de um protagonismo que advém não só da emergência da globalização e da necessidade que as cidades possuem em se articularem com a economia global, como também pelo redirecionamento da política e da gestão urbana rumo a práticas neoliberais de planejamento.

Para *Borja & Castells*, o *reflorescimento* das cidades estaria relacionado à superação da rigidez imposta pelo compromisso fordista e pelo Estado do Bem-estar social quando da reestruturação iniciada nos anos 70, e da emergência de um novo regime de acumulação – pós-industrial – fundamentado em um novo paradigma “tecnológico” da organização sociotécnica da produção.

Uma vez que os Estados nacionais tiveram diminuído sua capacidade regulatória frente ao capital financeiro internacional e que um novo modelo sociotécnico da organização da produção se desenvolveu – denominado por eles de *informacional* - onde o incremento da produtividade estaria muito mais relacionado com a qualidade do conhecimento, com o processamento da

---

<sup>55</sup> Castells & Borja talvez sejam os mais proeminentes representantes dos chamados “socialistas municipais” europeus (COMPANS, 2004), além de serem também importantes representantes da “escola catalã” de difusão do aclamado “planejamento estratégico” para governos do mundo inteiro através do paradigmático caso de Barcelona.

informação e com a coordenação da rede produtiva, caberia, portanto, aos governos locais procurar *inserir* sua localidade na nova configuração internacional do desenvolvimento econômico.

Para tanto, uma “nova gestão urbana” pautada no “setor empresarial e privado” enquanto prática política e de planejamento far-se-ia necessário, a fim de permitir que as cidades se tornassem “competitivas” neste novo cenário de desenvolvimento capitalista (e urbano).

Seria, portanto, papel da política urbana desenvolver estratégias a fim de

“mobilizar recursos financeiros para empreender a modernização da infra-estrutura urbana, de forma a facilitar a passagem do modelo industrial tradicional para o de centro terciário qualificado; elevar sua capacidade gerencial na renovação da base econômica da cidade e sua eficiência na prestação de serviços públicos; fortalecer sua capacidade de negociação junto aos investidores privados; aumentar a agilidade na tomada de decisão governamental e na sua implementação; e garantir legitimidade política às decisões”. (COMPANS, 2004, pg. 92).

Dessa forma, como também pelas reformas – política e administrativa - e pelos diversos compromissos assumidos pelo governo local<sup>56</sup> na forma de prover a cidade das *competências* necessárias para se tornarem competitivas, as cidades estariam aptas a se desenvolverem economicamente e socialmente e a se integrarem nos circuitos globais da economia.

Entretanto, estes autores vão além. Na visão de Castells & Borja as cidades não só seriam protagonistas do seu próprio desenvolvimento, como

---

<sup>56</sup> Para Castells & Borja (1996), em trabalho preparado para a Conferência Habitat II da ONU, as cidades hoje devem assumir novas competências e funções a fim de se tornarem protagonistas de seu desenvolvimento. Dentre estas competências estariam: blocos de competências econômicas, blocos urbanísticos, de moradia e meio ambiente, blocos de competência em segurança pública e justiça, blocos de competência em infraestruturas de serviços urbanos, transportes e comunicações e blocos de competência social e cultural. Além disso, todos esses compromissos a serem assumidos pela “cidade” seriam acompanhados de uma reforma política e administrativa a fim de romper com os limites político-administrativos do governo local, tornando-o um “gestor”, mais ágil e empreendedor, assegurando assim uma “maior integração social” e uma maior governabilidade.

também seriam as promotoras do desenvolvimento econômico do próprio capitalismo por se tornarem “um elemento indispensável na organização geográfica das grandes empresas” e por emergirem enquanto os “atores privilegiados para intermediar a negociação entre o capital global e os das coletividades territoriais” num contexto de perda da capacidade governativa dos Estados nacionais (apud COMPANS, pg. 66)<sup>57</sup>.

As cidades seriam, portanto, o lócus, por excelência, para o desenvolvimento da “nova” economia informacional, por permitirem ganhos de produtividade às empresas, cujo incremento (de produtividade) dependeria muito mais da aplicação de conhecimento e informação ao processo de gestão, produção e distribuição do que no incremento quantitativo dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais).

No caso brasileiro, cujo “receituário” neoliberal começa a desembarcar por aqui ainda nos anos 90 através dos chamados “planos estratégicos”<sup>58</sup>, o que se observa também é a existência de um “terreno fértil” para o desenvolvimento dessas práticas de planejamento devido principalmente à emergência do chamado “localismo”, fruto do esforço neoliberal (nacional) pelo desmanche do robusto Estado militar e de suas principais estruturas, inclusive as relativas ao planejamento territorial.

Consequências desses processos foram não somente o relativo declínio da “questão metropolitana” (seu planejamento e sua gestão) no país, mas também e principalmente a emergência do que ROLNIK e SOMEKH (2003) denominaram de um *municipalismo exacerbado*, baseado justamente nos novos paradigmas de eficiência administrativa e competitividade interurbana propalados pelo ideário empreendedor, aumentando a disputa dos municípios brasileiros por investimentos públicos e privados (inclusive no interior de regiões metropolitanas), tendo muitas vezes como resultado direto a diminuição da participação popular nas decisões (como nos mostra as importantes críticas de VAINER, 2000 e COMPANS, 2005 sobre a política urbana no Rio de Janeiro).

---

<sup>57</sup> Ver BORJA, J., CASTELLS, M. Local y global: la gestión de las ciudades em la era de la información. Madrid: Unchs/Taurus, 1997.

<sup>58</sup> Há uma vasta bibliografia que trata dessas experiências empreendedoras no Brasil. Para ficar apenas em algumas podemos citar ARANTES (2000), VAINER (2000), COMPANS (2005), PEREIRA (2001), SANCHES (1999) e SOUZA (2002).

Não obstante tais fatos, o que se observa nos dias atuais é tanto um (re)interesse pela centralização (pela “questão metropolitana”) quanto a consolidação do *discurso neoliberal* enquanto a resposta mais “natural” às transformações no padrão global de acumulação capitalista e à crise do Estado. Conquanto o planejamento possa tornar mais *competitivo* o local (ou região) onde está “inserido”, já não importam mais as escalas de sua atuação, podendo agora ser “praticado” em qualquer espacialidade, de simples cidades a grandes metrópoles.

O que importa, na verdade, é o discurso transformado em prática (política) de planejamento, mas não uma prática qualquer, mas sim, uma que consiga contemplar os novos ditames da acumulação, o (re)interesse pela escala metropolitana como lócus privilegiado para o crescimento econômico (como nos fala SMITH, 2005) e a “adequação” do espaço para todas essas transformações.

Nesse sentido, o que se contempla atualmente na metrópole Belo Horizonte é justamente a *tentativa* de consolidação de tais processos, ou seja, o (re)interesse por um planejamento e uma gestão metropolitana acompanhada de um discurso *empresarial*, tendo como pano de fundo a emergência de um “novo” contexto político-institucional<sup>59</sup> para a RMBH.

Ainda que esses processos estejam apenas em sua etapa inicial e não possamos afirmar inclusive se essa nova proposta de gestão metropolitana irá de fato se consolidar na geografia da metrópole, o que já se pode inferir é adoção de um *discurso empresarial* – notadamente pelo Estado de Minas

---

<sup>59</sup> Este “novo” contexto do qual falamos diz respeito à emergência, em 2006, de um “Novo Marco Regulatório para a RMBH” que confere, através da emenda constitucional 65/2005 e das Leis Complementares 88, 89 e 90, uma nova institucionalidade às relações entre o governo estadual e os municípios que integram as regiões metropolitanas assim como aos processos de planejamento e gestão metropolitana. Foram definidos como órgãos de gestão a Assembleia Metropolitana e o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, e como órgão operacional e de suporte técnico, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Participam também do sistema de gestão instituições estaduais, municipais e intermunicipais relacionadas às funções públicas de interesse comum metropolitano, sendo definidos como instrumentos de gestão e pilares do sistema o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Em 2007, além da I Conferência Metropolitana onde foram escolhidos e eleitos os componentes de cada órgão, foi também criada a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, dentro da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), para implementar este novo arranjo institucional (PDDI-RMBH, pg. 7).

Gerais – nas propostas de planejamento metropolitano “nascidas” deste novo contexto institucional e que tem como consequência direta a reorientação de investimentos que viabilizem a (re)abertura do espaço da metrópole a uma nova etapa de acumulação tendo como recursos técnicos e ideológicos justamente tais propostas de planejamento, que em maior ou menor medida vislumbram um espaço ou uma metrópole competitiva para o século vinte e um, inaugurando um momento que podemos denominar de *planejamento metropolitano neoliberal*.

### 3.3.1. O Belo Horizonte Multi-Modal Corridor<sup>60</sup>

O *Belo Horizonte Multi-Modal Corridor* constitui-se em um *Plano Estratégico e Estrutural para a RMBH*<sup>61</sup> cuja chave do projeto se encontra na transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) e do seu entorno em uma “Cidade Aeroporto”, complementada por um corredor de crescimento econômico ao longo do Contorno Viário Norte ou Rodoanel (JURONG, 2009).

Desenvolvido por um escritório internacional de Planejamento Urbano de Cingapura – a Jurong International – cuja missão e visão consistem em prover

---

<sup>60</sup> A versão final do estudo desenvolvido pela Jurong foi entregue ao governo de estado de Minas Gerais em 2010. Mesmo tendo conseguido uma cópia do plano através da extinta SEDRU (Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano) absorvida na criação da Agência Metropolitana, não fomos autorizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) – “detentora do plano”?- a realizar uma discussão e análise crítica deste grande plano estratégico na presente pesquisa. Pudemos apenas fazer uma análise baseada em uma apresentação feita um ano antes para os membros da SEDE, material esse que continha muito do plano, mas não ainda tudo.

A justificativa dada pela SEDE para a negativa ao estudo do plano é tão curiosa quanto reveladora: segundo a secretaria este plano era estratégico para o estado de Minas Gerais. Ora, se o Estado, como para muitos, não deve ser considerado uma estrutura de dominação, este dito conteúdo estratégico do plano, é então estratégico para quem? Para quais grupos sociais? Quem são os atores que se beneficiarão com as informações contidas no plano, uma vez que nem a universidade pôde ter acesso a elas? É estratégico para o Estado ou para os grupos que o comandam durante este período?

<sup>61</sup> Cf. PDDI-RMBH, pg. 177.

e criar *inovadores* projetos de *built environment*<sup>62</sup>, a proposta do Plano tem como objetivos finais, entre outras coisas, um encorajamento a um “crescimento econômico sustentável e coordenado com o desenvolvimento infraestrutural”, uma melhoria na qualidade de vida da população e uma interessante “provisão *de terra* para atender todas as necessidades” advindas do possível e esperado crescimento e desenvolvimento econômico (ibid). Tendo o estado de Minas Gerais como ator essencial nesse processo de planejamento (notadamente através das diversas intervenções infraestruturais já elencadas), a proposta de planejamento destaca o *Vetor Norte* (acrescidos das cidades de Contagem e Betim) como o grande eixo para a expansão e desenvolvimento econômico não só da RMBH, mas do Estado como um todo, desenvolvendo sua proposta de planejamento apenas nessa espacialidade.

Literal *modelo* de urbanização, o conceito de *Aerotropolis* (ou Cidade Aeroporto) – cuja proposição foi desenvolvida pela primeira vez pelo Dr. John D. Kasarda, professor da Universidade da Carolina do Norte Kenan-Flager Business School – se constitui no objetivo final do planejamento em questão e também projeto macro estruturador e indutor das mudanças almejadas.

Segundo Kasarda (2011) as mudanças nos padrões de transporte e de infraestrutura sempre possuíram impactos diretos no desenvolvimento urbano, notadamente nas localizações comerciais e de negócios, sendo que, a cada evolução e/ou modificação nos padrões de transporte uma “forma urbana correspondente” surgiria, enquanto resposta (ou consequência) a esse novo padrão de desenvolvimento.

Nesse sentido, o século XXI seria marcado pela ascensão de uma nova “onda de transportes e desenvolvimento”, cuja emergência seria possibilitada pelo surgimento de processos como a globalização, o avanço nas comunicações, maiores e mais rápidos aviões a jato, novos sistemas de gestão de cadeias de suprimentos, competição baseada no tempo, produção flexível, consumo em massa, obsolescência programada, velocidade e agilidade nas operações comerciais e produtos com alto valor agregado. Todos esses processos induziriam os “aerportos” a se transformarem na forma principal de

---

<sup>62</sup> Cf. em [www.jurong.com](http://www.jurong.com)

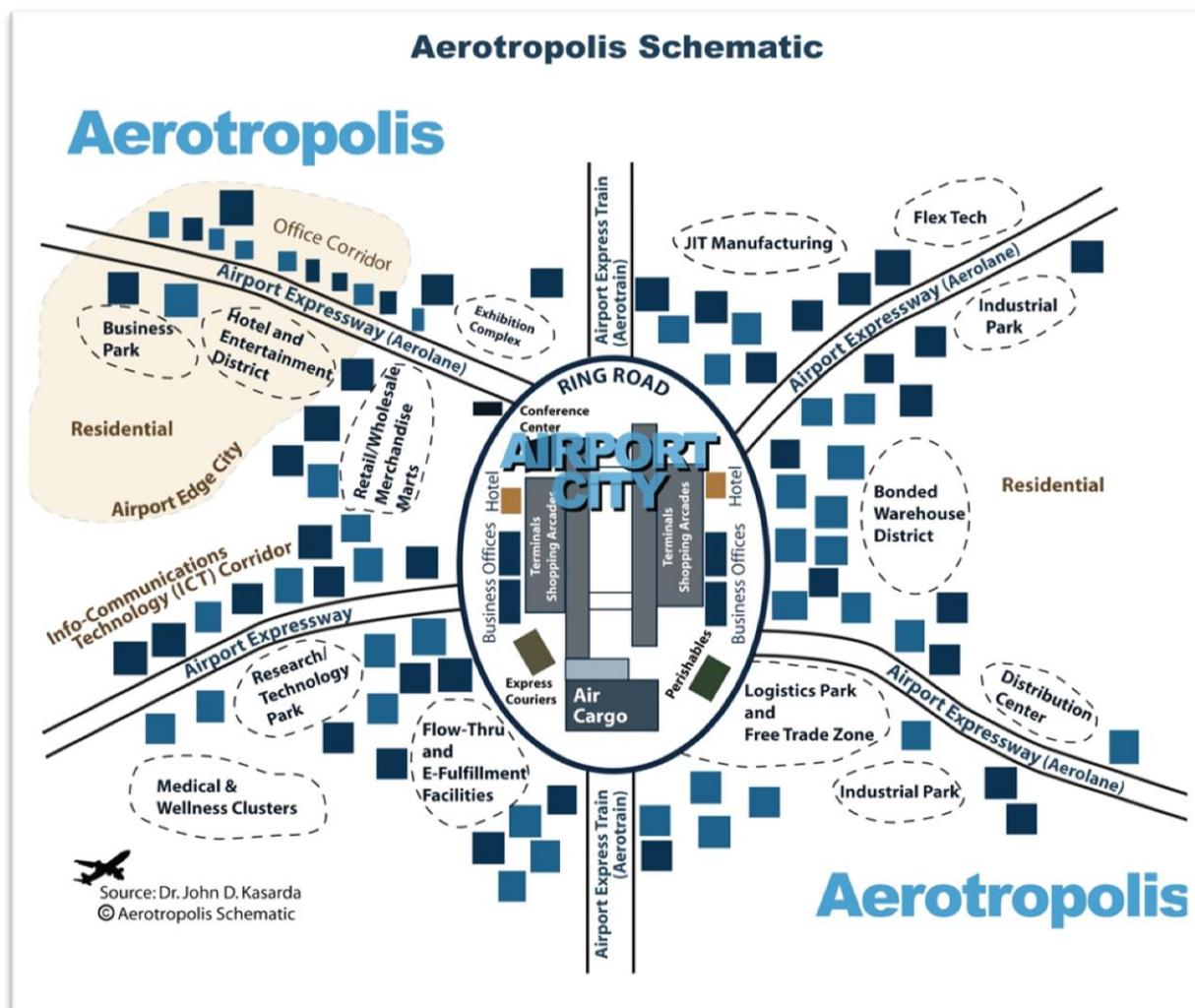
transporte neste século, sendo a *Aerotropolis* a forma urbana correspondente a todas essas mudanças.

Tendo o aeroporto como centro irradiador de um processo de desenvolvimento regional, o modelo proposto por Kasarda destaca a necessidade de existência de *usos de solo* compatíveis com as formas de desenvolvimento econômico propostas e almejadas, formas espaciais que se adequem as mudanças urbanas pretendidas, como bem aponta a Figura 16 que se seguem.

Como a tendência da Cidade-Aeroporto seria, segundo o autor, a de ter um crescimento e desenvolvimento ainda maior ao longo do tempo, o modelo concebido destaca a possibilidade de uma diversificação dos negócios a fim de englobar atividades não estritamente relacionadas à aviação. Dentre essas atividades que o modelo proposto por Kasarda destaca estariam incluídas:

- atividades de varejo (retail) como *free shoppings*, boutiques de marca, “mega malls”, lojas de varejo especializadas (specialty retail shops);
- atividades de lazer e entretenimento como parques temáticos, casinos, pistas de corridas de cavalo, atrações culturais (museus, galerias de arte) e centros de artes cênicas;
- atividades ligadas ao esporte e recreação como campos de golfe, ginásticas, spas, e;
- atividades ligadas a serviços especializados como clínicas médicas, hospitais e serviços financeiros.

Figura 17: Esquema geral e Layout de uma “Aerotropolis



Fonte: [www.aerotropolis.com](http://www.aerotropolis.com)

Para tanto (e por causa disso) a *Aerotropolis* se dividiria funcionalmente em três zonas distintas, sendo a primeira formada pelo perímetro em torno do Aeroporto; a segunda formada por uma área radial de 10 Km de distância do Aeroporto; e a terceira formada por uma área distante 25 Km; zonas essas que possuiriam suas respectivas funções e usos, verdadeiros espaços concebidos e idealizados, na qual as “funções econômicas” se sobreporiam sobre as demais.

Por fim, o modelo concebido por Kasarda destaca - baseado em diversos estudos de caso de Cidades-Aeroporto ao redor do mundo – alguns fatores em comum para o “sucesso” no desenvolvimento deste “conceito de urbanização”. Dentre essas ideias o autor aponta para a necessidade de um

*Planejamento Compreensivo* de longo prazo para o desenvolvimento urbano requerido; flexibilidade e efetividade na implementação dos usos de terra compatíveis com as funções econômicas almejadas através, principalmente, da constituição de uma agência central de coordenação, e um processo bem coordenado de implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da Cidade-Aeroporto.

É, portanto, a partir desse “conceito” de urbanização que o *Belo Horizonte Multi-Modal Corridor* apresenta e desenvolve as propostas de *macrozoneamento* para o Vetor Norte, destacando-se o zoneamento da Cidade-Aeroporto e das demais localidades, com seus respectivos *usos* a serem desenvolvidos conforme demonstra a Tabela 4.

**Tabela 4: Macrozoneamento proposto para o Vetor Norte da RMBH**

<b>Macrozoneamento</b>	<b>Município</b>
<b>Aerotropolis</b>	<b>Confins</b> <b>Lagoa Santa</b> <b>São José da Lapa</b>
<b>Regional Businnes District</b>	<b>Vespasiano</b>
<b>Industrial</b>	<b>Contagem e Sabará</b>
<b>Residencial</b>	<b>Ribeirão das Neves</b> <b>Santa Luzia</b> <b>Betim</b>
<b>Resi-in</b>	<b>Capim Branco</b>
<b>Resi-in / Resi-Rec</b>	<b>Pedro Leopoldo</b>
<b>Resi- in/Recreation</b>	<b>Matozinhos</b>
<b>Recreation</b>	<b>Jaboticatubas</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de JURONG (2009)

Não obstante essa proposta de macrozoneamento, o estudo destaca que a intenção do plano não é o de restringir ou limitar cada zona a um uso específico, mas desenvolver diversos usos em cada zoneamento, sendo que o

respectivo nome de cada uma denota meramente seu uso predominante. Nesse sentido, o estudo identifica alguns “*land uses*” a serem “desenvolvidos” em cada macrozoneamento. Dentre esses podemos citar usos como o residencial, o comercial, o institucional, o industrial, de recreação, etc.

Entretanto a proposta do plano não para por aí. Ele não apenas e tão somente destaca a tipologia de usos para cada zoneamento, mas também a quantidade de terra (espaço) necessária para o desenvolvimento de cada um deles.

A título de exemplo podemos citar a provisão e distribuição proposta para o *uso industrial*. Como pode ser observado nas Tabelas 5 e 6 em cada um dos macrozoneamentos o plano prevê (e propõe) espaços (terra) destinados ao desenvolvimento deste determinado uso. Assim, em cada um há uma quantidade específica de espaço que deve ser destinado para o uso industrial, sendo que as maiores porcentagens observadas situam-se justamente nos zoneamentos *Aerotropolis* e *Industrial*.

**Tabela 5: Distribuição do uso industrial nos macrozoneamentos propostos**

Macrozoneamento	Provisão de Área Industrial (ha)	Porcentagem (%)
<b>Aerotropolis</b>	<b>2.420,3</b>	<b>35,5</b>
<b>Regional Business District</b>	<b>57,56</b>	<b>0,8</b>
<b>Industrial</b>	<b>2.611,21</b>	<b>38,3</b>
<b>Residencial</b>	<b>1.433,69</b>	<b>21</b>
<b>Resi-in</b>	<b>132,38</b>	<b>1,9</b>
<b>Resi-Rec</b>	<b>95,17</b>	<b>1,4</b>
<b>Recreation</b>	<b>70,64</b>	<b>1,1</b>
<b>Total</b>	<b>6.820,96</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de JURONG (2009)

**Tabela 6: Demanda prevista e provisão proposta para o uso industrial**

Provisão (ha)	Demanda (ha)	Déficit (-) / Superávit
<b>6.820,96</b>	<b>5.000,00 (aprox.)</b>	<b>(+) 1.820,96</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de JURONG (2009)

Por conseguinte, a proposta apresentada destaca ainda dois “corredores” (espaços) fundamentais de crescimento, sendo um composto pelo eixo espacial formado por Belo Horizonte-AITN e outro ao longo do Contorno Viário Norte – e que terão seu ponto nodal justamente na espacialidade contígua ao aeroporto, na “Cidade-Aeroporto” – lugares pelos quais uma “nova economia” deverá emergir, fundamentada essencialmente em atividades ligadas à *economia do conhecimento* como Indústria Aeroespacial e de Defesa, Educação, Componentes Eletrônicos, Info-Tech, Ciências da Vida, etc.

Adotando o discurso da competitividade metropolitana, da necessidade de mudança no paradigma de produção e da adequação infraestrutural coordenado por um planejamento empreendedor, o que se percebe é que essas *intenções estratégicas* relacionadas pela proposta nada diferem muito daquelas já observadas e destacadas por Harvey (2005) ainda no início dos anos de 1990 quando este escrevia sobre a emergência do “empresariamento na administração urbana” e algumas das opções relacionadas pela agenda do empreendedorismo para as transformações urbanas “necessárias” em tempos de neoliberalização e globalização da economia como: a atração de indústrias alta tecnologia, de defesa, o desenvolvimento da indústria do turismo e do comércio; ou ainda pelo receituário - que parece ter se modificado muito pouco desde então – proposto pelos propagadores do empreendedorismo público urbano como os destacados acima.

Mas o mais interessante no âmbito da proposta de planejamento em questão repousa justamente no papel exercido pelo *espaço* e pelo próprio *planejamento*, pois ali, nos poucos slides de apresentação do *Belo Horizonte Multi-Modal Corridor*, livre de qualquer embaraço posto pela crítica, o espaço é claramente transformado em estratégia, tratado pelos planejadores como dimensão fundamental a ser produzido (concebido e ordenado) para o sucesso dos objetivos traçados, momento pelo qual se afirma-confirma a estreita e necessária ligação entre a produção do espaço – guiado pela lógica do planejamento tecno-estatal – e a reprodução das relações capitalistas de produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOTAS PARA NÃO CONCLUIR

Los mayores hicieron la ciudad.  
La hicieron con una cruz y una espada  
La hicieron con sudor, con años, con lágrimas,  
también con el coraje y con el destierro.  
La hicieron para lentos crepúsculos.  
La hicieron para el tempo y las agonias.

Jorge Luis Borges

Há nestes versos de Borges sobre a cidade (de Buenos Aires) a ideia que desde Aristóteles seduz aos mais fascinados com as possibilidades do urbano, da vida urbana: a cidade é, por excelência a morada dos homens, sua maior obra, o lugar onde sua história é recontada por gerações, o lugar das muitas possibilidades.

É na cidade (ou na grande cidade), como também na *metrópole* que a reunião de tudo que pode nascer do espaço se concentra, que o *Aleph borgiano* prenuncia o *urbano* (lefebvriano), que o tempo se esvai no espaço, mas onde também se exerce um aflito processo de dominação. Por isso a noção primeira (neste trabalho) de *totalidade* nos foi tão importante: porque a partir dela podemos começar a compreender a *infinidade* de uma metrópole, uma infinidade que se constrói pela diversidade dos usos, dos tempos, dos lugares, dos possíveis... nela contidos.

Aqui, o recorte feito a favor de um determinado processo socioespacial – a reestruturação metropolitana - e de uma determinada espacialidade – o Vetor Norte da RMBH - se fez justamente porque sabemos da complexidade do todo e da impossibilidade de esgotá-lo, mas igualmente porque sabemos que compreendendo uma parte desse todo começamos a compreendê-lo também.

Privilegiando o entendimento do *espaço* e sua *produção* pudemos, dessa forma, construir um quadro de análise que pudesse fornecer apontamentos sobre uma realidade social em construção, evidenciando discursos, práticas e processos indutores de transformações socioespaciais.

A opção pelo *materialismo histórico-geográfico e dialético* como norteador (método) de análise se fez por uma questão metodológica, porque com ele a totalidade dos processos sociais não é deixada de lado, o conteúdo material das relações sociais não é esquecido ou eclipsado e a dialética é retomada contra um logicismo que só enxerga causa e efeito e quase nunca as contradições. Por conseguinte, o espaço deixa de ser visto apenas como um *dado* e passa a ser compreendido como um *produto social*, permeado por interesses, lutas e contradições.

Ainda como um *campo cego* para algumas das ciências ditas sociais o espaço entendido (e produzido) pelos traços e planos do concebido mascara o vivido, despolitizando e desqualificando o espaço social como uma dimensão fundamental da sociedade, e porque fundamental também estratégica. Por isso o esforço desenvolvido no primeiro capítulo em tentar contribuir uma vez mais com as reflexões que tomam o espaço como um produto da sociedade, dominado e reproduzido pelos interesses hegemônicos das relações capitalistas de produção, mas ainda aberto a ação, a realização dos possíveis ainda não realizados que encontram no espaço social terreno fecundo para o desenvolvimento de uma *práxis social libertadora* através da luta pelo uso (não capitalista) do espaço (e obviamente do próprio tempo).

Tendo como fio condutor essa concepção social do espaço inserido no contexto mais amplo da *reprodução das relações sociais de produção* o caminho para o debate sobre a reestruturação socioespacial se abre facilmente e a hipótese se confirma simplesmente pela necessidade imperiosa que as relações capitalistas possuem em (re)produzir continuamente o espaço como o de uma metrópole.

Conquanto a ideia (ou conceito) de reestruturação possua possibilidades múltiplas de realização ou desenvolvimento, nos limites do presente trabalho buscamos situá-lo principalmente em relação às transformações relacionadas aos *processos socioespaciais* metropolitanos, processos esses marcados (ou oriundos) do instável e desigual desenvolvimento capitalista que produz e reproduz a paisagem metropolitana de acordo com as necessidades e interesses relativos à perpetuação do seu contínuo processo de acumulação.

Na metrópole Belo Horizonte o que se afirma e confirma é o franco desenvolvimento de um processo reestruturação catapultado por importantes empreendimentos públicos e privados, que somados as intenções estratégicas contidas no “âmbito” do planejamento vem transformando o Vetor Norte da RMBH, na contemporaneidade, em um *lócus privilegiado para a reprodução das relações capitalistas de produção* através, principalmente, do desenvolvimento de processos relacionados à produção do espaço metropolitano.

Ainda que esses processos não tenham transformado completamente o quadro social da região em questão as *tendências* que se apresentam e que emergem neste atual contexto sugerem transformações mais agudas (no tempo e no espaço), transformações essas que poderão ser mais bem compreendidas justamente com a evolução de todos esses processos.

A escolha deliberada por alguns empreendimentos como exemplos empíricos para as discussões teóricas desenvolvidas se fez não somente pela facilidade de acesso às informações, mas principalmente pelo valor *simbólico* que alguns possuem enquanto indutores de transformações. Notadamente os empreendimentos públicos – como a *Linha Verde*, o *Centro Administrativo*, o *Aeroporto de Confins* - que em ordem cronológica se anteciparam aos demais e assim possibilitaram o desenvolvimento dos empreendimentos ditos “privados”, muitos dos quais tem na dominação e valorização do espaço (como o capital imobiliário) o trunfo para os seus esperados ganhos.

Quanto a esse último – o capital imobiliário – cujo caráter antecipatório (em relação às demais frações de capital) na ocupação e produção do espaço no Vetor Norte o tem transformado em um importante agente de mudanças, vem imprimindo na paisagem geográfica uma coleção de cidades carcerárias, recintos normalizados e espaços fortificados que entrincheiram voluntária e involuntariamente os indivíduos e comunidades nas ilhas visíveis e não tão visíveis, supervisionadas por formas reestruturadas de poder e autoridade pública e privada (SOJA, 2008, p. 420)<sup>63</sup>, ocupando a espacialidade em questão com verdadeiros enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), lugares

---

<sup>63</sup> Para Soja, tais “governos privados” terão importância cada vez maior no futuro, cabe lembrar.

onde se nega a vivência da alteridade, já que os conflitos, inerentes à vida na cidade (ou na metrópole), são impedidos.

Mais do que uma simples *elitização* dos espaços, a ocupação proporcionada pelos ditos “condomínios fechados” deve ser entendida apenas como a “ponta” de um processo de *dominação, ocupação e produção territorial* que se inicia (ou tenta se iniciar) no Vetor Norte e que parece querer privilegiar justamente os grandes capitais privados. Tal processo, longe de ser (virtualmente) visualizado somente pelos exemplos escolhidos e que ainda se iniciam, é também composto por propostas de *planejamento territorial* que vislumbram um espaço organizado, competitivo e empresarial para o Vetor Norte.

Dimensão esta – a do planejamento (urbanismo) – que também é fundamental para a compreensão dos eventos e processos aqui destacados, pois trata-se de um *saber político* como nos diz MARTINS (2000), a ferramenta por excelência para que o poder estatal consiga “adequar” o espaço para o interesse dos “consumidores”, dos usuários, enfim, do mercado; para que o poder de Estado consiga imprimir a sua própria presença no espaço. Nesse sentido, os empreendimentos públicos aqui destacados por nós possuem essa capacidade imagética - a de indicar que ali, na espacialidade do Vetor Norte, o Estado (mineiro principalmente) se faz presente, proporcionando a “segurança” necessária para que os investidores possam aqui se instalar.

Quanto ao planejamento em si, mais do que a simples continuação de uma prática que já se realiza há muito, o que nos chama atenção para o atual momento da RMBH é tanto o “retorno” de uma prática de planejamento cujo interesse é o espaço da metrópole, quanto o seu atrelamento aos discursos que justamente o sepultaram décadas antes: do empreendedorismo neoliberal, do protagonismo dos governos locais.

Consubstanciando o discurso da necessidade de um planejamento metropolitano (o “desafio metropolitano”) com o discurso da competitividade territorial o que se vislumbra para o atual rearranjo político-institucional da RMBH e para o (re)interesse pelo planejamento metropolitano é a superação (ou tentativa de superação) de uma gestão urbana empreendedora de cunho municipalista por uma gestão empreendedora metropolitana. Em outros termos, o desenvolvimento de uma *agenda estratégica* própria para a região

metropolitana de Belo Horizonte, mas a de uma *agenda* que consiga contemplar *mais* os novos ditames do capitalismo globalizado que tem por imperativo a produção social em detrimento de uma reprodução social, a transformação de regiões metropolitanas em plataformas de produção global. Como bem destaca HARVEY e SMITH (2005, pg. 67)

“La escala metropolitana vuelve a dominar sobre la escala regional, em vez de lo contrario. La producción global se organiza cada vez más em el âmbito metropolitano. Así, por uma parte la economía mundial reestructurada ya está rehaciendo las ciudades del siglo XXI como plataformas dirigentes de la producción global”.

Nesse sentido, quando observamos algumas das mais importantes propostas de planejamento que se articulam para a RMBH, principalmente aquelas arquitetadas nos escritórios internacionais de planejamento que tomam o espaço como um simples *plano* a ser preenchido, podemos, assim como nos propõe HARVEY e SMITH (2005), pensar no desenvolvimento de um *urbanismo neoliberal* para a RMBH enquanto balizador de intervenções urbanas estrategicamente concebidas e espacialmente planejadas. Falamos aqui obviamente do macroprojeto “Cidade Aeroporto” e de todas as intervenções infraestruturais promovidas e/ou em vias de promoção e também as esperadas para o Vetor Norte da RMBH, intervenções estas arquitetadas, planejadas e possíveis apenas no âmbito de uma “estrutura” metropolitana, pois perpassa por interesses e espaços intra e supra-municipais, e ideologicamente aceitas através da universalização dos discursos relacionados à competitividade metropolitana e à “novíssima economia” pós-industrial (ideias essas fortemente presentes em ambos os planos estudados).

Porquanto tomemos por verdadeiras as proposições aludidas por HARVEY e SMITH (2005) sobre a expansão do empreendedorismo urbano (agora também metropolitano) e do urbanismo neoliberal de cunho metropolitano nos países do mundo capitalista a partir do avanço dos imperativos da globalização e da reestruturação produtiva e espacial, poderemos pensar o atual marco regulatório da RMBH e seus processos de

planejamento enquanto uma resposta, ou melhor, uma *estratégia* dos atores públicos (estatais) e privados na tentativa de inserir *competitivamente* o espaço metropolitano belo-horizontino no cenário do capitalismo global, através, principalmente da produção de novas configurações espaciais.

Ainda que esses processos destacados não se concretizem de fato na geografia da metrópole, e que uma urbanização/metropolização diferente da advinda do histórico processo de urbanização brasileira se desenvolva produzindo uma metrópole mais humana para todos, as possibilidades de se desenvolverem justamente os processos que vislumbramos se evidenciam, principalmente quando sabemos que uma das grandes “virtudes” burguesas é fazer com que suas próprias ideias (nascidas de suas necessidades) se tornem ideias universais. Por isso que como Riobaldo<sup>64</sup>, que de nada pouco sabia, mas que desconfiava de muita coisa, devemos sempre ter em mente que, inclusive nas páginas de uma proposta de planejamento que se quer mais “progressista” como a do PDDI-RMBH, cujas diretrizes econômicas “empreendedoras” são apenas uma pequena parte no todo do trabalho podem, no final das contas, se tornarem as diretrizes essenciais, deixando de lado (ou para outros momentos) as diretrizes mais comprometidas com as transformações sociais almejadas pelo plano.

Ademais, o próprio processo de reestruturação que acreditamos estar em desenvolvimento na geografia da metrópole – incluindo diversas das ilustrações feitas - apenas “engatinham”, deixando muito mais perguntas do que respostas que só poderão ser respondidas (ou não) daqui a algum tempo, quando todos esses processos já estiverem mais bem consolidados na região em destaque.

Conquanto no atual momento só possamos realizar mais apontamentos e perguntas do que de fato elaborar respostas, a oportunidade que se nos apresentou de uma vez mais contribuirmos para o entendimento do espaço enquanto um *produto social*, como uma dimensão *estratégica e essencial* tanto

---

<sup>64</sup> Famoso personagem de Guimarães Rosa em seu romance *Grande Sertão Veredas*. O trecho que nos referimos se apresenta dessa forma: "O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo, eu digo: para pensar longe, sou cão mestre - o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa por fundo de todos os matos" (pg. 8).

para o capital quanto para todos aqueles que ainda lutam contra as tramas opressivas da reprodução capitalista foi por nós aproveitada, principalmente quando nos deparamos com o surgimento de propostas de planejamento (como as elaboradas pela *Jurong*) nos quais o *espaço* é, na aparência dos fatos, tratado como um simples elemento *passivo*, mas quando observado em sua *essência* o que se vê é a busca pela sua dominação, seu controle, sua organização e sua produção em favor das relações capitalistas hegemônicas.

Nesse sentido, somente em sendo capazes de compreender que propostas de planejamento estratégico como esta desenvolvida pela *Jurong* normalmente só fazem muito “sentido” e “sucesso” em países onde a democracia é levada ainda menos a sério que no Brasil, é que poderemos enxergar as armadilhas ideológicas *homogeneizadoras* do urbanismo (normalmente estatal) que tenta elidir o *urbano* e suas *diferenças* em favor de um espaço *normatizado*.

Somente em sendo capazes de no mínimo achar graça de modelos tão simplórios como o proposto por Kasarda, que reduz toda a riqueza e a complexidade dos processos sociais de desenvolvimento metropolitano a um simples subproduto de modelos econômicos e formas de transporte é que poderemos nos lamentar ao percebermos que tais modelos (e formas de pensar o espaço) ainda continuam “seduzindo” governos mundo afora.

Por fim, somente quando compreendermos que as cidades (e as metrópoles) assim como as pessoas são elementos singulares, formadas no tempo e no espaço pelo espontâneo das relações sociais, é que a produziremos sem o imperativo da *rationale* e da troca, valorizando mais seu *valor de uso* e sua qualidade de *habitar*, que vislumbraremos, assim como *Pierre Francastel*, a paisagem humana e sentimental da cidade – “os homens, as sociedades não criam o seu ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas de suas *ambições, das suas esperanças, das suas utopias*”.

Em tempos onde espaço urbano/metropolitano ainda não deixou de ser fragmentado, feito em pedaços e transformado em estratégia - de acumulação - por um capital cada vez mais entranhado nas estruturas do Estado ou em completa “liberdade” para seus investimentos; em dias onde a cotidianidade ainda continua sendo arrastada para a mediocridade, sufocada pela

homogeneização imposta pela dominação capitalista e pela passividade política<sup>65</sup>, onde os homens, transformados em meros expectadores da vida cotidiana, calados e inertes, se ignoram (coletivamente) frente à sua agonia; *em dias onde a política não é política (nos termos de Rancière) é polícia, onde a democracia é governance*<sup>66</sup>, onde o colapso ambiental se torna cada dia mais iminente, a advertência lefebvriana recai como um convite à esperança;

“Para o devir histórico e frente à ação não há fim definido, pré-fabricado, portanto, antecipadamente alcançado por um deus ou em seu nome, por uma Idéia ou por um Espírito absoluto. Não há objetivo posto como objeto (real desde este momento). Inversamente, não há impossibilidade prévia para um fim refletido, para um objetivo racionalmente declarado como sentido de ação e do devir. Não há síntese realizada de antemão. (...) não há nada que negue a exigência, a vontade e a concepção do total, nada que bloqueie o horizonte, a não ser a atitude alienante-alienada que decreta a existência exclusiva, teórica e prática, de uma *coisa*”.

Se não há um futuro pré-definido, determinado (mesmo que haja determinações); um urbano pré-fabricado pelo pensamento (ideológico) atual, isso significa que o campo está aberto para a luta e para o pensamento utópico afinal, não há pensamento sem utopia<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> “Quando a política perde cada vez mais seu estatuto próprio, quando se desmorona o espaço público, ao mesmo tempo o espaço privado é desfeito. Em seu lugar surge, por um lado, a organização social e, no outro pólo, o pequeno mundo do indivíduo, o qual H. Arendt chama de mundo da intimidade: este torna-se algo ilusório, sujeito à estandardização dos costumes e dos comportamentos” (LEFORT, 1991, pg. 71)

<sup>66</sup> Como bem observa SANTOS (2006, pg. 406) a ideologia da *governance* (governança) visa “substituir a participação autodeterminada por uma participação baseada num princípio de seleção segundo o qual apenas alguns atores, interesses ou vozes são admitidos a participar”.

<sup>67</sup> “Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos realistas... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Evidentemente, desde que se evite o positivismo acabrunhante, que não significa outra coisa senão a ausência de pensamento, encontramos-nos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir, entre o possível e o impossível. E hoje, no entanto, especialmente no domínio que nos concerne, não há pensamento sem utopia (LEFEBVRE, 2008, pg. 73).”

Fragmentado, o tecido socioespacial da metrópole exaspera a alienação social, tolhe a política e recrudesce o discurso e a ideologia do privado. Corroída, a sociabilidade degenera num processo de aversão e medo do outro e na reclusão entre supostos “iguais”. Dominado, o espaço do centro, da cidade, da metrópole continua a contar uma falsa história de vencedores e vencidos, pois ainda inacabada, ainda aberta está a própria história, principalmente para aqueles que são aptos a realizar o improvável e o impossível, ou seja, a própria humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENSOUR, M. *A democracia contra o Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ANDRADE, A. A. *Economia Regional, Sistema Urbano e Processo Migratório na Região Polarizada de Belo Horizonte*. CEDEPLAR, 1979.
- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. "Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas". In: ARANTES, O. VAINER, C.B. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARENDDT, H. *A condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A dignidade da política*. 2. ed. Rio de Janeiro: 1993.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. *Estudo sobre os impactos oriundos de iniciativas localizadas no eixo norte da RMBH e definição de alternativas de desenvolvimento econômico, urbano e social para o município de Belo Horizonte: Relatório Final*. Belo Horizonte, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Memória da Economia da cidade de Belo Horizonte*. BH 90 anos.
- \_\_\_\_\_. *Plano Urbano Ambiental da região do Isidoro*. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Principais Ações de Governo 2006*. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. (2007)
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLOCH, Ernest. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Contraponto, 2006.
- BORGES, J. L. *Ficções*. São Paulo: Globo, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Aleph*. São Paulo: Globo, 1999.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BORJA, J. & CASTELLS, M. *As cidades como atores políticos: Novos Estudos*. CEBRAP, n. 45, p. 153-74, jul. 1996.
- BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia*

*pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Ambulante; FAPESP, 2007.

CALDEIRA, Tereza. *Cidade de Muros*. Edusp: São Paulo, 2000.

CAMARGO, C.P.F. et al. *São Paulo 1975 – crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CEDEPLAR. *Belo Horizonte no século XXI*. Site: [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br), 2004.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. *O que é ideologia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 24ª edição.

CHOAY, F. *O Urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: Entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. O Paradigma da Global Cities nas estratégias de desenvolvimento local. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR, ano I, n.1, p.91-114, maio 1999.

COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. (org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. p. 51-77.

DAMIANI, A. L CARLOS, A. F. A; SEABRA, O. S. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Geousp abordagens;1)

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo: escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Escala.

DINIZ, C.C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

EIA-RIMA: *Centro Administrativo de Minas Gerais*, 2006.

FREDERICO, C. *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HABERMANS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 – (Coleção Tópicos).
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ambulante, 2005
- \_\_\_\_\_. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX*. Transcrição e tradução de gravação de palestra. Belo Horizonte, 1º semestre de 1995.
- \_\_\_\_\_. *Los Limites del capitalismo y la Teoria Marxista*. Fondo de Cultura Económica: México, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola: São Paulo, 2008.
- HARVEY, D. & SMITH, N. *Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura*. Museu d'Art Contemporani de Barcelona y Servei de Publicaciones de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. 5.ed. Petropolis: Vozes, 2000.
- HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- HOBBSAWN, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- INSTITUTO HORIZONTES. *Programa de desenvolvimento e gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vetor Norte da RMBH: Plano de ações imediatas*.
- JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JURONG. *Structure Plan Presentation: Belo Horizonte Multi-modal Corridor*, October, 2009.
- KASARDA, J. D.; LINDSAY, G. *Aerotrópolis: The way we'll live next*. Farrar, Straus and Giroux: New York, 2011.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 5.ed. Rio de Janeiro: 1989.

LEFEBVRE, H. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: *La Production De L'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) primeira versão: início – fev. 2006.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *De L'Etat. Les contradictions de l'Etat moderne*. Union Générale d'Éditions, Paris: 1978.

\_\_\_\_\_. *Hegel, Marx, Nietzsche (o el reino de las sombras)*. Siglo XXI Editores: 1978.

\_\_\_\_\_. *La vida cotidiana em el mundo moderno*. Alianza Editorial: Madrid, 1972.

\_\_\_\_\_. *Le matérialisme dialectique*. Paris : Presses Universitaires de France, 1962.

\_\_\_\_\_. *Metafilosofia: Prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O fim da historia*. Dom Quixote, Lisboa: 1971.

\_\_\_\_\_. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes, 1969.

\_\_\_\_\_. (O) urbano. *Le retour de La dialectique: 12 mots pour Le monde moderne*. Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. Tradução: Margarida Maria de Andrade.

\_\_\_\_\_. *Sociologia de Marx*. São Paulo: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *The Survival of capitalism*. London: Allison & Busby, 1976.

LEFEBVRE, H; GOLDMANN, L. *Debate sobre o estruturalismo*. São Paulo: Documentos, 1968. (Documentos: L'homme et la societe)

LEFORT, C. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, E. *O projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, IGC-UFMG, dissertação de mestrado, 2010.

- MARES GUIA, V. R. A gestão na Região Metropolitana de Belo Horizonte: avanços e limites. In: Fernandes, E. (org). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, p. 407 – 426, 2003.
- MARTINS, José de S. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARTINS, S. Rentismo e autoritarismo: fundamentos seculares de uma metrópole anticidadã. In: *Urbanização e Cidades. Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. O urbanismo: esse (des)conhecido saber político. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR, ano II, n. 3, outubro 2000.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)
- \_\_\_\_\_. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MINAS GERAIS, Governo do estado de. *Estratégia de desenvolvimento da Cidade (CDS), com foco na redução na desigualdade social e da pobreza, para o Vetor Norte e área de influencia do Contorno Viário Norte da Região Metropolitana de Belo horizonte (RMBH)*. Belo Horizonte, novembro de 2009.
- \_\_\_\_\_. Site: [www.desenvolvimento.mg.gov.br](http://www.desenvolvimento.mg.gov.br).
- MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- \_\_\_\_\_. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006a.
- \_\_\_\_\_. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. Diniz, C.C. e Lemos, M.B.(orgs.) *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. pp. 429-446)
- MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo: Escala, 2006.

OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PDDI. *Plano diretor de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte*, 2011.

PEREIRA, V. *Intenções estratégicas no planejamento urbano de Belo Horizonte modernização espacial, internacionalização e city marketing*. 2001 131 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PLAMBEL. *A estrutura urbana da RMBH – diagnóstico e prognóstico*. Belo Horizonte, 1986.

PRÉTECEILLE, E. Cidades Globais e Segmentação Social. In: RIBEIRO, L., C., Q; SANTOS JÚNIOR, O. (Org) *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996, p. 367 – 382.

RIBEIRO, L., C., Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROLNIK, R; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: Gonçalves, MF; Brandão, C.A.; Galvão, A.C. (orgs) *Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP; ANPUR, p. 95-104.

SANCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ANPUR, ano I, n.1, p. 115-32, maio de 1999.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, I. R. T. *Belo Horizonte: os caminhos de uma “política urbana” empreendedora*. Belo Horizonte: IGC - UFMG. Monografia de Graduação, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 4. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. *A prisão e a Ágora. Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, 2001/2002-1, Rio de Janeiro: IPPUR – UFRJ/DPA Editora, 2002, pp. 13 – 32.